

# ***Autoetnografia e memória***

demônios e alteridade na  
vida acadêmica

CARLOS CAROSO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

*Reitor*

João Carlos Salles Pires da Silva

*Vice-reitor*

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

*Assessor do Reitor*

Paulo Costa Lima

# ***Autoetnografia e memória***

demônios e alteridade na  
vida acadêmica

CARLOS CAROSO



2019, Carlos Caroso.  
Direitos dessa edição cedidos à Edufba.  
Feito o Depósito Legal.

*Capa e projeto gráfico*  
Gabriel Cayres

*Editoração e arte final*  
Josias Almeida Jr.

*Revisão*  
O autor

Sistema Universitário de Bibliotecas - UFBA

---

Caroso, Carlos

Autoetnografia e memória : o demônio e alteridade na vida acadêmica /  
Carlos Caroso. - Salvador : UFBA, 2019.

166 p. ; il.

ISBN 978-85-8292-215-6

1. Soares, Carlos Alberto Caroso. 2. Professores de ciências sociais - Brasil  
- Biografia. 3. Memória autobiográfica. 4. Antropólogos - Brasil. I. Título.

CDD - 923.7

---

Elaborada por Evandro Ramos dos Santos CRB-5/1205

# Sumário

## Sumário

### Sumário

- 7 Introdução
- 11 Quando eu sou a alteridade!...
- 17 Encontro com os Pankararé, para vê-los a distância
- 33 Outros tempos, outros momentos, outras ideias e concepções
- 37 Trânsitos entre Pankararé, Ceará, Polônia e Paraná
- 55 Novos retornos e novos projetos
- 81 Atuação em cursos de pós-graduação
- 91 Escapando dos limites locais e ampliando horizontes: ABA e Ciências no Brasil
- 115 Prática antropológica em dois mundos
- 119 Vários retornos para o lugar de onde não saí: muitas baías na Baía
- 129 Dormir “*na*” Éden, sonhar com o Paraíso e despertar na UFSB
- 143 De volta para casa?... Para não ficar em casa!
- 149 Enfim!... Para chegar a um fim e não ao fim...
- 151 Publicações e outros produtos
- 159 Referências



## Introdução

No ano de 2017 completei mais de quatro décadas de atividade docente na UFBA, todos dedicados à prática antropológica que, de fato, antecede a minha condição de professor/aprendiz. Acredito que ser movido pela dúvida, pelo constante aprendizado e pela surpresa, seja uma das vantagens de praticar antropologia e ser professor. É que a prática do olhar antropológico nos põe sempre em condição de aprendiz com o outro, não importa quem seja aquele outro que se escolhe ou pelos quais somos escolhidos para ocupar a posição de aprendiz.

A prática antropológica exige que nos aproximemos do outro, o ato principal consiste exatamente em “chegar perto”, como se diria em linguagem informal contemporânea, para buscar compreender o outro antropológico/etnográfico em todas as dimensões de sua vida em sociedade, ou seja, compreensão do comportamento do outro por empatia, proximidade, convivência e experiência. Seja o outro o indígena, isto é, povos antecessores, em todas as suas nuances étnico-culturais; o camponês ou trabalhador do campo; o trabalhador urbano; o membros da elite (raramente tratado pelos antropólogos!...); as questões que afetam a existência humana; e, a própria sobrevivência humana em todos os locais, tempos e formas despertam o interesse e olhar antropológico. Somos, utilizando a categoria de Michel Agar (1996[1980]) “o estranho profissional”, cuja missão consiste em estranhar o outro, suas formas de pensar, de ser e de fazer, enfim, estar no mundo. A prática nos leva ao estranhamento cotidiano do próprio cotidiano, daí nos colocarmos como os profissionais do estranhamento, da busca de compreender as diferenças e diversidades culturais, étnicas,

sociais, econômicas, organizacionais e estruturais em todas as nuances arranjos que estas se apresentam.

O que me fez e faz antropólogo?!... É exatamente o que busco narrar por meio do presente memorial. A história do eu enquanto profissional, uma tentativa de elaborar uma autoetnografia reflexiva na qual busco retratar o mundo social ao qual pertenço, participo e o que me fez e faz ser o que sou. Conto com a vantagem de me encontrar no lugar de *insider* e compreender, ao menos pensar que compreendo, o mundo e minha posição no mundo, este no qual vivo, interajo, construo e desconstruo afetos e desafetos, todos necessários e indispensáveis para uma vida social completa, plena e feliz.

8  
—

Ao começar a escrita destas reflexões autoetnográficas me deparei com uma questão para a qual não encontrava solução fácil e rápida, que era aquela de constituir uma banca examinadora para atender às exigências normativas de defender meu escrito frente a colegas que, de uma forma ou de outra, já passaram por este rito antes de mim para serem professores titulares. Aos poucos fui identificando cada um dos potenciais participantes, de modo a encontrar na disposição para o rigor e cuidado para com o detalhe de Lina Aras, a perfeita presidente para a ocasião. A ela fico muito agradecido por assumir o tedioso trabalho de atribuir pontos a cada uma de minhas atividades nos anos 2014 e 2015. Aos outros quatro membros titulares e três suplentes, cujos nomes foram surgindo à medida em que eu avançava com a escrita do memorial, a escolha tem razões tanto acadêmicas quanto pessoais. Desde já quero registrar meus agradecimentos pela participação de cada um e de todos. Com prioridade para as senhoras como se faria antigamente, início pelos titulares da banca com agradecimentos à colega Léa Freitas Perez (UFMG), em seguida pelos colegas, e muitas vezes parceiros, Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UNB), Naomar Almeida Filho (UFSB) e Rogério Hermida Quintella (UFSB). Não são menores meus agradecimentos para Marcelo Ayres Camurça (UFJF) e Ronaldo de Salles Sena (UEFS) por aceitarem ser suplentes externos, e José Maria Landim Domingues (UFBA) pela disponibilidade para compor a banca como suplente interno. Sou grato a todos os avaliadores pelos apropriados comentários e sugestões feitas por ocasião da defesa, os quais busquei incorporar com o objetivo de melhorar o trabalho apresentado para sua disponibilização sob forma de livro eletrônico.

Quero também registrar e reconhecer a importância dos familiares com os quais interajo mais intensamente nos últimos anos. Fátima Tavares, que tem sido parceira no trabalho e na vida diária; meus filhos Tarso e Lucas, já adultos e interlocutores constantes e questões do cotidiano, dos planos futuros e da realidade da vida; minha jovem filha Ana, que em mim desperta sentimentos de pai e avô simultaneamente, porém, sem perder de vista o que de fato represento para ela. Da memória de família,

sem qualquer pretensão minha de construir um gráfico de parentesco, como os antropólogos preferem denominar as representações de genealogias, já que se fosse proceder assim teria que mencionar mais duas centenas de nomes que posso identificar ao retroagir a busca ao século XVIII como o fiz recentemente em busca de origens recentes. Por prudência é melhor não o fazer para não ter que expiar severas culpas dos meus antepassados. Mantendo na contemporaneidade, registro a lembrança de minha mãe, pai, ambos como memória de nossos mortos queridos; de minhas irmãs, Lina e Leila, das mães de meus filhos, Lia, e de minha filha, Soraya. Todos estes fazem parte da história e referências familiares do cotidiano.



## Quando eu sou a alteridade!....

Ao longo de minha carreira tenho retornado à leitura feita em 1972 (quando iniciei meus estudos em antropologia e li avidamente) de uma autoetnografia precursora sobre/de *Black Elk*, um xamã *Ogalala Sioux*, que foi registrada por Neihardt (1961 [1932]). Este livro em muito influenciou o que penso sobre modos de percepção, registro e interpretação de narrativas sobre fatos etnográficos<sup>1</sup> (BROWN, 1972; MINTZ, 1984; NUGENT; OCEAN, 1995; GEERTZ (2012 [1995])). Refiro-me, particularmente, à perplexidade expressa na fala de Black Elk ao afirmar que, por mais que se esforce, nem mesmo ele, que sonhou seus sonhos revelatórios, consegue falar sobre tudo que cada um daqueles lhe revelavam. Peço licença para parafrasear o que é dito por aquele “Homem Sagrado”, para dizer que, nem mesmo eu que vivi minha trajetória consigo recontá-la em sua inteireza, limitando-me a produzir interpretações e verdades parciais<sup>2</sup>, muitas que não de ter sido compartilhadas com alguns dos que lerão este texto, que, com certeza, terão seu próprio ponto de vista e suas próprias verdades parciais a respeito dos fatos compartilhados. Ao fim restarão muitos aspectos que eu desejaria ter incluído nesta narrativa, que por mais que me esforce restará sempre incompleta, contudo meu relato se limitou àqueles que consegui trazer à memória por me parecerem relevantes naquele momento em que

1 Citaria ainda outras publicações que relatam fatos por meio de experiência de seus participantes e trajetórias de antropólogos, a exemplo do livro dos livros de Brown (1972), Nugent e Ocean (1995) e Geertz (2012 [1995]), e artigo de Mintz (1984).

2 Certamente creditando esta ideia de “meias verdades” a James Clifford (2016 [1986]).

textualizava lembranças entre os muitos esquecimentos, na forma de fragmentos que se entrelaçavam para contar uma ego-história em perspectiva, acredito eu, de autoetnografia reflexiva.

Tomando esta questão como ponto de partida, tenho como pressuposto que a escrita de um memorial acadêmico implica prioritariamente falar e valorizar seus próprios feitos por meio de suas memórias, das lembranças, e, dos esquecimentos<sup>3</sup>. Tanto as lembranças quanto os esquecimentos, que certamente resultam da seletividade da memória, daqueles fatos que queremos buscar de volta e tornar atuais. Outros são deixados naqueles cantos, invisibilizados, seja por acidente, ou de maneira conscientemente e intencional. Dar sua própria versão de si e dos fatos e acontecimentos a partir do auto olhar sobre si próprio como se fosse um outro, da auto escuta, das sensibilidades, dos sentimentos, das percepções e, sobretudo, das interpretações e, certamente, desinterpretações, quer sejam seletivamente acidentais ou intencionais.

12

Ao longo de toda minha narrativa questiono se esta é realmente uma ego história, autobiografia ou autoetnografia, como o faz Wilton Silva (2015) ao analisar os memoriais como fontes de pesquisa. Assumo, assim, o compromisso de falar somente a verdade, desde que seja o que melhor penso de mim mesmo, em uma auto avaliação em que tenho de mostrar aos circunstantes, e para o “júri”, o que considero que fiz de melhor em minha trajetória acadêmica e seus antecedentes. É como se fosse júri popular com minha carreira e seus acidentes em julgamento, claro, a pessoa pública também. Certamente outros os interpretaria de maneira diversa das que faço neste momento e circunstâncias. Mas, meus limites e interesses é que constroem o meu eu pessoal e acadêmico, também me põe na vida junto e compartilhada com outros, com o colega, particularmente com aquele de departamento “inventado pelo demônio”, e me fornece minhas próprias concepções de mim e de meus fazeres. Certamente a carreira de trabalho não se aparta da pessoa, de sua trajetória, assim é que terei de falar de mim e do que acredito serem meus feitos ao longo da carreira acadêmica e, da vida. Não seria este o caminho para o que se encontra em momento de forte vigência, para evitar dizer, “em moda”, a autoetnografia?!... Sim, proponho-me a pensar-me como o outro etnográfico, ponto de vista que tanto nos acostumamos e nos exercitamos a reconhecer em nossas carreiras de antropólogos.

---

3 Tomo de empréstimo a ideia de esquecimento de Le Goff, que considera “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (1990, p. 4), neste caso, também da individual, já que alguns aspectos das memórias/ lembranças serão propositadamente esquecidos, outros, lembrados, tanto por seus aspecto positivos quanto negativos na minha própria carreira.

Será assim que, ao longo da escrita, crescentemente tomarei decisões, como por exemplo, a de escrever este memorial acadêmico como uma autoetnografia reflexiva sobre minha experiência, que toma como principal instrumento o registro autoetnográfico reflexivo de minha história, com foco sobre a trajetória profissional, ou seja, da minha própria trajetória pessoal enquanto antropólogo. Esta é narrada em primeira pessoa, exceto quando tenho de incluir, ceder espaço e, verdadeiramente, contracenar com outros participantes das mesmas situações, cenas, momentos, lembranças e, esquecimentos.

Começo pelo meu próprio começo, num corte temporal e espacial para falar de minha origem em uma cidade de pequenas dimensões à época em que ali nasci. Jequié, no sudoeste da Bahia, onde voltei a cada ano para passar as férias escolares e visitar parentes e amigos até os 18 anos de idade, se não me falha a memória, ou se esta não pratica seu primeiro até seletivo para me preservar de algo a muito esquecido. Minha trajetória foi de criança e adolescente de interior, envolvido na vida em fazendas e pequenas cidades, até que minha família se mudasse para Salvador, no início do ano de 1964. Isto mesmo, aquele 1964!..., um ano que do qual minha geração não se esquece e que carrega as piores memórias, que, por mais que se tente, não se esquecerá jamais do autoritarismo e violência política que se instalou no país e veio durar duas décadas.

Em razão de ser meu pai funcionário do Banco do Brasil, as andanças da família nos levaram a morar em locais desde o sopé da Chapada Diamantina, para onde fui levado de volta logo após o nascimento naquele “quarto da frente” da ampla casa de meus avós em Jequié, onde a parteira me aparou, que foi perversamente demolido há cerca de dois anos para atender às demandas de venda por parte dos herdeiros e avassalador apetite da especulação imobiliária, que veio a transformar aquele espaço de vidas, memórias e muitas ocorrências familiares em frio espaço comercial. A segunda mudança se deu para o Sudoeste da Bahia, para a cidade de Itambé, onde a lei da bala vigia e resolvia todas as querelas de maneira traumática. Dali guardo a lembrança gravada no Smith Wesson calibre 38 do meu pai, que teve de passar a sair de casa armado para sua proteção contra as ameaças por parte dos donos do poder local, aos quais ele ao assumir a gerência não atendeu às pretensões de fraudes continuadas contra o patrimônio do Banco<sup>4</sup> que era o símbolo nacional. Depois para o Rio Grande do Norte, na cidade de curto e pretensioso nome, Açu, ou seja, Grande,

---

4 O uso de letra maiúscula para Banco visa a evidenciar a importância que o Banco do Brasil tinha nas cidades do interior no passado, seu “funcionários” e, particularmente gerente, sendo reconhecidos como autoridades entre as mais importante nos locais: prefeito, juiz de direito, padre e gerente do “banco”.

em fins de 1958, onde de fato comecei a conhecer o nordeste das secas, das caatingas, cercas de pedra, das pessoas simples e generosas<sup>5</sup>. De retornar a outra cidade no sopé da Chapada Diamantina, Jacobina, onde se encontram as águas do rio do Ouro com as do Itapicuru, e onde fiz vários primeiros de tudo da adolescência, e, finalmente, vir morar a cidade da Baía.

Naquele momento esta cidade tinha menos de meio milhão de habitantes, os trilhos que ainda cortavam as ruas faziam lembrar dos movimentos desajeitados e ouvir os sons metálicos e arrastados dos bondes, substituídos pelos silenciosos ônibus elétricos que circulavam somente na Cidade Baixa, onde minha recém chegada família foi morar. Os raros carros eram, em grande parte, modelos importados com seus designs ainda das décadas de 1940 e 1950. Era o tempo em que taxis eram referidos como “carros de praça”, seus motoristas como “chofer de praça” e os ônibus e lotações, muitos com suas antiquadas frentes protuberantes, já raramente referidos como “marinetes”, cuja denominação e razão para esta crescentemente desaparecia da memória coletiva dos soteropolitanos. Pela manhã tomava-se o navio Itaparica para sua viagem de cabotagem às ilhas e porções continentais na Contra Costa e continente ao longo do Canal do Funil, com retorno à tarde fazendo a mesma rota. As outras alternativas para navegar na Baía de Todos os Santos eram nas surgentes e precárias lanchas, e, de saveiros, à moda antiga, numa viagem longa, silenciosa e, encantadora!... como no passado em que estes veículos aquáticos faziam parte de uma frota naval, que no ano 1823 tivera fundamental presença na luta pela independência da Bahia, somava cerca de 1.400<sup>6</sup> indivíduos, pontilhando a baía, ou melhor, as baías que integram a Baía de Todos os Santos<sup>7</sup> e rios que aí desaguardam, movendo a economia, as pessoas, e inspirando a construção de uma das várias identidades baianas. Isto

5 Ao revisar o texto para disponibilização de possíveis leitores, retomei o relato de viagem de Stephen Nugent e Humphrey Ocean (1995). Próximo à aposentadoria, tomo este relato como inspiração para retomar às memórias das viagens para e de Açu em perspectiva autoetnográfica.

6 Gabriel Soares de Sousa se refere um mil e quatrocentas embarcações povoando a paisagem da Baía na segunda metade do século XVI: “Todas as vezes que cumprir ao serviço de Sua Majestade se ajuntarão na Bahia mil e quatrocentas embarcações:”. (DE SOUSA, 1581).

7 Sou ferrenho opositor da insensibilidade dos colegas da área das ditas Ciências, que crescentemente tratam a Baía de Todos os Santos com a sigla BTS, roubando-lhe todo o romantismo da sua denominação e significado profundo que esta tem para os povos “tradicionais” que habitam no entorno e dependem desta para ganhar a vida. Frequentemente me referirei apenas como a Baía, mesmo sendo a de Todos os Santos a maior, que faz parte de um sistema de baías e enseadas que a pode tratado como um golfo de pequenas dimensões.

me fazia pensar no que eu tinha ou não tinha de baiano, tendo crescido morando em tantos lugares, nenhum com o mesmo sotaque e jeito malemolente de andar e falar que tinham as baianas e baianos de verdade, aqueles nascidos e residentes na ou no entorno da Baía, o Recôncavo, com perdão pela possível anáfora e devidos créditos ao poeta Caetano Veloso (1989), o *reconvexo*. Seria minha identidade de sertanejo, construída nos recantos interioranos e nordestinos que morei? Mas, a Bahia ficava na Região Leste, até que fosse engolida pela Região Nordeste!... Mesmo hoje, ainda lido com estas interrogações identitárias, preferindo manter a ambiguidade já que todas me agradam e tem significado muito importante para mim.

Minha infância em cidades pequenas sem os constrangimentos das cidades grandes tinha um preço a pagar em futuro próximo, e, paguei caro por aquelas experiências, que, certamente, agora, à distância, avalio que valeram a pena e, as repetiria se possível fosse. Ao chegar em Salvador, minha pouca disciplina para frequentar a escola levou minha família a me matricular no Colégio da Polícia Militar, na avenida dos dendezeiros, onde também residíamos. Ali cursei da segunda até a quarta série do antigo ginásio. Já avesso à ideologia militarista e disciplina rígida que era imposta aos jovens estudantes e, ao mesmo tempo, atraído pela luta que se travava contra a ditadura militar que se implantara no país, no ano de 1967 fui fazer o curso clássico no Colégio Central da Bahia, o velho “Central” como era conhecido, tendo o curso de direito com meta profissional a ser alcançada. Ali tive oportunidade, não apenas, de respirar conhecimento e liberdade, mas de participar ativamente do movimento estudantil que era duramente reprimido pela ditadura. Conheci, também professores e colegas com os quais mais tarde vim a conviver na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, entre outros, Eliana Barbosa, Roberto Albergaria e Jeferson Bacelar.

No ano de 1970 ingressei na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, onde estudei até o primeiro semestre de 1971, quando optei por abandonar o curso. Saí em busca de experimentar o que acontecia no mundo de fora naquele momento, traduzido nos acordes sedutores claramente sintetizados pelo Festival de Woodstock, que continuavam a ecoar. Pensava em iniciar meus estudos em Antropologia, por meio dos quais eu acreditava que poderia entender melhor a diversidade étnica e cultural da cidade em que vivia, assim como compreender minha experiência de ter morado e vivido em locais com características tão diferenciadas. Talvez, quem sabe, compreender o que era a mitificada cidade da Baía que povoava minha imaginação de criança, onde se ia quando alguém se deslocava para Salvador.

São decorridas mais de quatro décadas desde o dia em que pela primeira vez tive o sentimento de que estava a me transformar em antropólogo, caminho que resolvi trilhar aos 20 anos de idade. Sob a influência do pensamento da juventude de 1968, do movimento hippie que se expandia, fui residir e estudar nos Estados Unidos da

América, mas especificamente, na cidade de São Francisco, onde ingressei na *University of San Francisco*. Iniciei com estudos de língua inglesa e outras exigências curriculares no programa para estrangeiros, consegui me matricular e obter um visto de estudante que me garantiria o prolongamento da permanência, já que o visto de turista com o qual ingressei nos EUA venceria em poucos dias. No semestre seguinte e sessão de verão norte americano pude buscar aqueles componentes curriculares que me permitiram entrar em contato com os vários campos de conhecimento antropológico, tais como antropologia sociocultural, antropologia biológica (física como era a referida à época), arqueologia e linguística antropológica. Comecei a ler os autores clássicos em língua inglesa, entrar em contato com etnografias seminais até então inacessíveis para mim, ver os primeiros filmes etnográficos que marcaram a história da antropologia e, a mim, nesta oportunidade ímpar que tive naquele momento e naquele lugar.

16

Somou-se ao aprendizado formal na universidade a experiência do momento que era vivido pela juventude mundial e seus reflexos e representações na Califórnia, particularmente na cidade que me encontrava, São Francisco, na cidade de Berkeley e campus da Universidade da Califórnia ali sediado, para onde eu me dirigia nos fins de semana e participava intensamente de um mundo novo e dos sonhos que ali eram sonhados e vivenciados. Além desta experiência de viver de maneira radical em outra cultura, tive ainda oportunidade de visitar entrar em contato com representante de um povo originário da América do Norte, um grupo *Hopi*, na “Reserva de Round Valley”, onde fui com um colega para realizar a primeira observação etnográfica como parte de um trabalho de curso. Outro fato que marcou profundamente minha experiência foi a oportunidade de ver e ouvir uma conferência do filósofo daquele momento, Herbert Marcuse, com suas propostas libertárias eu empolgavam a juventude. Certamente estas experiências afetaram e marcaram aquele momento de minha vida, assim como todas as minhas decisões posteriores.

Tudo isto me levava a conhecer melhor o campo de conhecimento que naquele momento exercia total encantamento, uma vez que me levava a refletir sobre minha forma de ver o mundo e compreender a diversidade cultural de minhas próprias origens, sempre escondidas pelas classes dominantes e elites brasileiras, para as quais, a naturalização das diferenças, ainda hoje, é aceita acriticamente por significativa parte das pessoas com as quais interajo no cotidiano. Esta experiência de estar em meio a pessoas que tinham consciência explícita das diferenças veio a contribuir para a definição de minha carreira como antropólogo, que somente começou a se desenhar claramente com minha estreia em “campo”, rito de iniciação pelo qual se espera que passem todos que podem ser referidos como antropólogos, o que para mim ocorreu no ano de 1975, no momento em que tive meu primeiro encontro intencional e buscado com a alteridade constituída pelos Pankararé.

## Encontro com os Pankararé, para vê-los a distância

A oportunidade de ser o primeiro estudante a tratar da questão Pankararé foi para mim uma daquelas que não se perde, particularmente quando lhe é oferecida por um sonhador. Pedro Agostinho teimosamente buscava trazer evidências sobre a presença continuada de povos indígenas no estado da Bahia, que se encontravam sob domínio das oligarquias, expropriados de seus meios de produção, de suas culturas e marginalizados, juntamente com outros grupos excluídos de pobres, egressos da dominação da escravidão e camponeses, desprovidos de seu principal meio de produção representado por terras para cultivo, ao ponto de serem considerados como pessoas não existentes.

Como já relatado, a expedição que nos levaria ao encontro dos Pankararé partiu de Salvador muito cedo no primeiro dia do mês de maio de 1975, aproveitando o feriado prolongado, como se fossemos em busca de “índios perdidos”. Pedro Agostinho, que nos liderava, transmitia experiências suas anteriores no Xingu, quando estudou com os Kamayurá, no Parque Indígena do Xingu. No ano de 1971 ele tinha liderado um grupo de estudantes do curso de graduação em Ciências Sociais para fazer reconhecimento antropológico preliminar dos Pataxó de Barra Velha, no município de Porto Seguro, no sul da Bahia, assim como apoiou Maria de Lourdes Bandeira por ocasião de seu estudo com os Kiriri de Mirandela (1972). Essa primeira incursão pioneira no campo serviu para confirmar as suspeitas que levávamos conosco, já que a presença de indígenas, sob qualquer das denominações comuns (caboclo, bugre, índio), foi descartada por todos com os quais conversamos, mesmo por aqueles

cujos fenótipos mostravam claros traços indígenas e, o próprio nome do local, Brejo do Burgo<sup>8</sup>, evocava claramente a presença de indígenas.

O acaso veio a confirmar nossas suspeitas já ao fim da tarde, após conversarmos com uma família no local denominado Ponta D'Água e nos prepararmos para voltar a Paulo Afonso sem qualquer confirmação quanto ao nosso propósito de encontrar indígenas no local, um homem não indígena se dirigiu a mim num momento em que me desgarrei do grupo, para dizer que existiam sim pessoas indígenas naquele local, contudo eles negavam por conta da repressão a que estavam sujeitos da parte dos que se consideravam não indígenas, que era o grupo dominante local. Exemplificou com as pessoas que acabávamos de falar que se disseram desconhecedoras da presença de caboclos no local, sendo elas mesmas parte dos caboclos. Certamente a informação nos fez tomar outro ânimo, estávamos ali, diante das pessoas que procurávamos e não encontramos durante todo o dia. Profundamente gratificados pela informação, antes de partir naquele fim de tarde, limitamo-nos a comunicar que estaríamos de volta no mês de julho, no momento em que já se instalava o “lusco fusco” que nos permitiu apreciar o belo luar do sertão e os reflexos da lua cheia iluminando e destacando as curvas e movimentos da vegetação da caatinga.

Voltamos a Paulo Afonso, onde nos encontrávamos hospedados, em apartamentos disponibilizados pela CHESF, conseguido por meio de um de seus diretores, o engenheiro Eunápio Peltier de Queiróz, que atendeu a nosso pedido quando o visitamos com uma carta de recomendação do professor Thales de Azevedo em favor do trabalho. Quando visitamos o Dr. Eunápio, como era conhecido, para pedir apoio para a pretendida expedição, veio à tona que ele fora velho companheiro de meu avô, falecido no ano de 1958. Para ouvidos atentos, do professor Pedro Agostinho e meu, ele se dedicou a nos contar suas parcerias e aventuras na construção da Estrada de Ferro Nazaré, da qual fora dirigente, e meu avô fornecedor de dormentes de madeira, e, ao fim, cobrar uma dívida de um garrote que meu avô teria para com ele, para em seguida nos passar uma ordem manuscrita para que na CHESF, em Paulo Afonso, nos atendessem em tudo que necessitássemos e solicitássemos. Esta providência, sem dúvida, foi fundamental para viabilizarmos a nossa atuação junto aos Pankararé entre 1975 e 1980.

O reconhecimento preliminar que realizei no mês de julho de 1975, com importante ajuda e dedicação de Lia Soares, se propunha a constatar a presença de uma população etnicamente diferenciada no local, sua distribuição espacial, forma de

---

8 Em um momento que conversei com o Sr. Artur Pereira, uma das lideranças políticas não-indígenas residente no local, ele afirmou que o nome do local seria Brejo do Burgo porque ali no passado residiriam os burgueses e não indígenas.

organização, presença de atividades e rituais, traços linguísticos, modo de adaptação ao ambiente e sua economia, entre outros diacríticos diferenciadores. Para surpresa maior, diferentemente da experiência que tivemos de negativa total quanto à existência de indígenas no local em nossa primeira curta incursão. Quando retornamos ao mesmo local, fomos recebidos por um pequeno grupo que tinha à frente um homem com maior porte que a maioria dos que o acompanhavam, aquele nos sendo apresentado como “Anjo de Preta”, como era chamado Ângelo Pereira Xavier. Senti-me inseguro e fiquei muito emocionado e hesitante para lhe explicar o que pretendia fazer entre eles e com eles. Seu pequeno chapéu de couro, sob a aba do qual nos olhava sem fitar os olhos do interlocutor ou deixar fitar os seus, me causou uma reação de insegurança e dificuldade de falar e expressar meu propósito naquele local. Enfim, era meu primeiro encontro com “nativos de verdade”, embora eu mesmo tivesse dúvida se de fato o eram, até que viesse a aprofundar os contatos com aqueles.

Luís de Aprígio, a principal liderança daqueles que residiam na área denominada Cerquinha, um bairro rural longitudinal onde se encontrava o cemitério local, mostrou-se desconfiado e hesitante em receber-nos, assim como esquivo no estabelecimento de diálogos em razão de nossa proximidade com Ângelo. Suas atividades ocorriam em separado daqueles liderados de Ângelo, contudo compareceu a um dos rituais festivos realizados no Terreiro do Nascente, nas Poças, reconhecido como área de influência política da liderança a qual fazia oposição.

Os arranjos foram feitos rapidamente; ele nos convidou para um almoço em sua casa e ofereceu uma casa de um de seus filhos que se encontrava em São Paulo para nossa permanência. O almoço foi servido com comidas típicas locais em porções generosas, tais como nos servir a cada um de nós metade de uma melancia, com uma colher para “ir ao ataque”. Os pratos de marca *colorex*, com evidência de serem recém comprados, pela presença de seus selos e poeira da loja, certamente para nos deixar perceber a distinção que nos davam. A casa de paulista, assim eram chamadas as casas de alvenaria resultantes da aplicação do dinheiro obtido em São Paulo, onde aqueles migrantes temporários se estabeleceram em vizinhanças Pankararé, com divisões que repetiam os nomes das denominações locais: Poças, Brejinho, Cerquinha, Olhos D’Água. As casas de paulistas eram uma marca de modernidade, sempre pintadas em branco com frontispícios ornados por formas geométricas e, destacados por cores fortes, o chão em cimento, cozinha interna, mas sem instalações sanitárias até aquele momento.

O primeiro dia em campo foi dedicado à tomada de conhecimento de pessoas, lugares e instalações. O motorista da CHESF que nos acompanhou foi acomodado em uma rede em um dos quartos; o outro, que tinha uma cama de casal, destinado a mim e minha parceira naquele trabalho. A conversa com todos sentados no passeio

de uma casa vizinha se alongou noite adentro, após o que dormimos, para acordar muito cedo na manhã seguinte, e nos darmos conta de que a privacidade não prevaleceria durante nossa estada. Após aquela primeira noite mal dormida, por conta do zumbido dos mosquitos e ratos que andavam por toda a casa, fazendo especial barulho em meio às vagens de feijão e palha das espigas de milho estocados no quarto ao lado, acordamos com a presença de crianças que haviam entrado por uma janela que não fora corretamente fechada, certamente para conhecer bem de perto o “hom” e a “muiézinha”.

Imagem 1 - Fonte Grande, importante fonte de abastecimento de água



Foto: Carlos Caroso, 1975.

Naquele mesmo primeiro dia nos demos conta das dificuldades para o tomar banho, o único “banheiro” comum, se assim pode ser chamado um corredor lindeiro à denominada Fonte Grande, que tinha dois “banheiros”, um destinado ao uso pelos homens e o outro pelas mulheres. Não só eram pouco protegidos, como ao longo do caminho eram encontrados acúmulos de dejetos humanos, que eram chutados por um de nossos acompanhantes com grande simplicidade e destreza, como algo banal e apenas um incômodo para as vistas dos recém-chegados. Resolvemos aceitar a

oferta de uso do banheiro da casa de um “branco”, Artur<sup>9</sup>, o principal opositor aos indígenas, o que veio a nos causar dificuldades com estes. O líder Ângelo, na segunda ou terceira noite de nossa permanência, disse-nos que as pessoas estavam temerosas de conversar conosco por conta de nossas idas à casa do principal opositor deles. Descobrimos, neste momento, que não seria possível manter relações intensas com ambos, pois nos era exigido fazer uma opção para o sucesso de nosso trabalho. Não hesitamos em fazê-lo, o que foi de imediato acusado pelo lado oposto e resultou em crescente distanciamento nosso dos não indígenas.

Adaptados ao local com soluções imaginativas, limitamos a um mínimo os contatos corteses com os não indígenas, ao mesmo tempo que vimos nossa aceitação crescer entre os Pankararé. Em pouco já não dávamos conta de visitar cada um para fazer os registros; o líder Ângelo Xavier nos sugeriu, e tomou todas as providências, no sentido de viabilizar de imediato que ficassemos numa das escolas locais para que as pessoas pudessem comparecer para conversar conosco. Aceitamos a proposta de imediato, já que o tempo que dispúnhamos não permitiria visitar todas as unidades domésticas nas quatro principais concentrações (Poças, Brejinho, Ponta D’Água e Cerquinha), além dos grupos familiares na Serra do Chico, Serrota e outro local cuja referência nominal não consigo encontrar na memória ou em meus registros manuscritos, contudo creio ser o Amaro, do qual só vim a tomar conhecimento mais recentemente.

Mesmo trabalhando em conjunto com minha parceira de campo nos registros, foi difícil atender a todos que afluíam para “se assinar como índio”. Saíam de todos os lugares para ir a nosso encontro. Alguns compareciam para nos questionar se deveriam ou não “se assinar”, já que temiam as represálias que poderiam recair sobre eles. Outros, compareciam em um dia para nos dar as informações, voltavam no seguinte para pedir que seus nomes fossem excluídos e, em alguns casos, num terceiro dia para pedir que fossem novamente considerados. Não foram raros os que relatavam ser irmãos, meio irmãos ou parentes próximos de pessoas que se consideravam não indígenas, enquanto ele se via como tal. Em um caso específico, a pessoa indígena que

---

9 Artur Pereira relatou que fora membro, mercenário, da Força Volante que perseguiu os bandos cangaceiros no sertão. Após a morte dos cangaceiros mais conhecidos, ele e seus companheiros se tornaram cangaceiros, pois era a única coisa que sabiam fazer. Foi preso, cumpriu pena e voltou para a antiga Glória, de onde era originário. Herdou terras de seu pai em Brejo do Burgo, onde residia. Suas ações contra os indígenas eram garantidas por seu sobrinho, Adauto, advogado, que foi deputado cassado pela ditadura militar na década de 1960, e gozava de grande prestígio político com o governo do Estado, seguindo a liderança de Antonio Carlos Magalhães.

se apresentava diante de nós era meio-irmão, por parte de pai, da principal liderança política anti-indígena do local, pessoa sobre a qual faço adiante algumas observações nesta narrativa de memórias acadêmicas.

A estratégia política traçada por Ângelo Xavier foi inteiramente bem-sucedida, contribuindo para o crescimento de seu prestígio e confiança na comunidade indígena. Divergindo da maioria, que buscou de imediato estabelecer contato com os pesquisadores, vistos como sob tutela de “Anjo” por estar em “território de seu domínio” e em uma casa de propriedade de familiar seu, as duas outras lideranças, respectivamente no Brejinho, “Nêgo de Rosa”, e na Cerquinha, “Luís de Aprígio”, não vieram às Poças para tomar conhecimento da presença dos visitantes. Coube-nos, portanto, buscar o contato com aqueles o mais rapidamente possível para evitar que se consolidasse a posição de resistência a nossa presença.

22

A visita a Nêgo de Rosa foi no mínimo impactante para nós que, naquele momento, tínhamos a primeira experiência de campo sob nossa própria responsabilidade quanto aos resultados, inclusive nas relações políticas locais que exigiam elaborados cuidados diplomáticos. Nêgo, como era normalmente referido, foi a mais importante antiga liderança, perdendo este reconhecimento por conta de acusações ter se submetido ao controle de Artur Pereira para obter vantagens pessoais, em prejuízo dos interesses dos indígenas. Ao mesmo tempo que ele se isolava indignado com as acusações que refutava, embora contestada por alguns, crescia a liderança de Ângelo. Nêgo de Rosa se recolheu a sua casa um pouco afastada do centro do Brejinho, em torno da qual, juntamente com seus familiares, mantinha suas roças e criatório de alguns animais. Era uma figura impressionante, de movimentos rápidos, muito falante e contestador, defendia-se das acusações que lhe eram feitas sem que houvesse qualquer manifestação de nossa parte. Reafirmava sua pertença indígena repetidamente, inclusive mostrando um pequeno arco, com o qual dizia caçar animais de menor porte, que nos apresentava como se fora um troféu identitário. Contestava as outras lideranças recentes e aqueles que falavam sobre seu comportamento. Reconhecia ser apropriada sua estratégia para conviver no local e buscar o reconhecimento como indígena, mas dizia ter optado por manter-se em sua própria área junto a seus familiares. Em nenhum momento participou dos rituais comunitários que ocorreram durante nossa presença em campo.

Luís de Aprígio, a principal liderança daqueles que residiam na área denominada Cerquinha, um bairro rural longitudinal onde se encontrava o cemitério local, mostrou-se desconfiado e hesitante em receber-nos, assim como esquivo no estabelecimento de diálogos em razão de nossa proximidade com Ângelo. Suas atividades ocorriam em separado daqueles liderados de Ângelo, contudo compareceu a um dos

rituais festivos realizados no Terreiro do Nascente, nas Poças, reconhecido como área de influência política da liderança a qual fazia oposição.

Os rituais e festividades constituíam a principal arena de integração e reafirmação de pertença identitária dos Pankararé. As danças do Toré e dos Praiás foram outra proibidas pelos não indígenas que exerciam o controle político do município de Glória. Contavam que muitas vezes aqueles que ousaram realizá-los foram presos e levados para a delegacia na sede do município onde ficaram, ao arbítrio do delegado, presos por alguns dias.

A ideia de “levantar a aldeia” era uma constante nos discursos produzidos pelas lideranças Pankararé e nas canções do Toré, tendo como significado ver-se livre da reconhecida dominação dos não indígenas locais. “Anjo”, cuja liderança não era aceita por unanimidade, sofria na própria pele esta dominação e discriminação da parte dos não indígenas. Ele tinha de ir e vir a pés nas suas viagens a Paulo Afonso por impossibilidade de tomar o transporte feito diariamente por um caminhão de proprietário não indígena. Esta situação se instalou em um momento em que seu prestígio veio a ser tornar crescente e catalisar nele as demandas de seus liderados, em um momento em que viajava no veículo foi expulso do mesmo, tendo se determinado a si mesmo não mais tomá-lo nos seus deslocamentos por considerar que corria risco, além de ser humilhado, como ocorreu na situação em que teve de descer e completar a jornada a andando. Sofria ameaças à sua vida desde que sua liderança se tornara mais visível, findando por ser vítima de um assassinato de mando em dezembro de 1979, quando os mandantes se aproveitaram de uma altercação sua com um jovem parente de sua esposa. Ele teria expulsado o futuro assassino do local em que jogavam cartas por aquele estar bêbado e abusivo. Os mandantes viram neste ato a oportunidade de o jovem a vingar-se, armá-lo e lhe dar fuga após o covarde crime, no qual o assassino desferiu um tiro de espingarda enquanto este transitava para sua roça. Este assassinato não foi esclarecido e punido; ao que temos informação o assassino voltou à aldeia após prescrição do crime.

Nossa presença a Brejo do Burgo e o interesse demonstrado pelos Pankararé estimulou suas lideranças na busca de seus próprios caminhos, agora sentindo-se apoiados por um grupo da Universidade Federal da Bahia, que exercia o papel de agenciador junto à FUNAI e ao público em geral. Encontravam-se presentes no local uma indígena Fulniô, casada com um homem local, e dois indígenas Pankararé, conhecidos como Irineu e Luís Preto, vindos de Brejo dos Padres para ajudar aos Pankararé em sua luta para “levantar aldeia”.

Imagem 2 - Vista aérea Poças e Terreiro do Nascente



Foto: Carlos Caroso, 1980.

A participação daqueles dois indígenas se dava particularmente na organização dos rituais, que ganharam grande intensidade durante nossa presença. Os espaços rituais eram denominados de terreiros, sendo os principais o Terreiro do Nascente e o Terreiro do Poente, nos quais, no período de um mês, presenciamos três rituais do Toré, que foi sempre iniciado com a apresentação precursora dos Praiá. Além destes, participamos de um ritual fechado denominado Quarto da Ciência, ou, Ciência de Caboclo (esta era a forma com eles se referiam à Roda de Jurema). Nesta mesma ocasião em que fizemos trabalho de campo, presenciamos, ainda, um ritual *ad hoc*, denominado Prato, que consistiu em uma refeição ritual. Contudo, aparentemente foi uma nova “tradição inventada”<sup>10</sup> por Irineu e Luís Preto naquele exato momento em que observávamos e participávamos como expectadores. Creio nessa possibilidade por não ter obtido qualquer informação sobre ocorrência anterior ou posterior a esta ocasião. O ritual foi realizado na mata rala da caatinga, próximo aos Terreiro do Poente, à noite; com exceção dos dois condutores, ninguém sabia como proceder,

10 Fazendo uso do conceito de tradição como invenção, tal como tratado por Hobsbawn e Ranger (1984).

sendo todos constantemente instados a fazer ou deixar de fazer algo que era ativamente sugerido pelos dois, nem sempre em total acordo entre eles.

Imagem 3 - Praiá representando encantado no Terreiro do Nascente



Foto: Carlos Caroso, 1975.

Quando finalizei o trabalho de campo, apresentei como resultado um relatório que atendeu à obrigação curricular para conclusão do Bacharelado em Ciências Sociais. Este mesmo relatório foi encaminhado à FUNAI para suprir à necessidade de um instrumento de identificação<sup>11</sup> e de outras demandas, no sentido de atender às

.....  
11 É importante o registro de que os relatórios antropológicos que integram os laudos de identificação não se encontravam regulamentados como o são atualmente.

necessidades urgentes dos Pankararé, representadas pelo reconhecimento de sua presença naquela área, definição de terra indígena, provimento de educação escolar e assistência à saúde diferenciadas.

Um dos reflexos de minha presença entre os Pankararé, entre 1975 e 1980, e que veio a incluir outros colegas e representantes de agências governamentais e do Exército Brasileiro<sup>12</sup>, foi o crescimento do prestígio e liderança de Ângelo, em decorrência do diálogo aberto com membros de uma instituição universitária, que tinham acesso facilitado à FUNAI por meio de uma convênio interinstitucional. O grupo liderado pelo professor Pedro Agostinho passou a ser seu interlocutor junto aos órgãos federais, estaduais e municipais, viabilizando grande parte das demandas dos Pankararé, que antes ficavam sem interlocutores que tivessem interesse em buscar soluções compartilhadas com estes.

26

A presença da usina e instalações hidrelétrica em Paulo Afonso, que levava o governo federal a instalar ali uma companhia de Infantaria do Exército Brasileiro em 1954, representava mais um protagonista nas disputas da área, que outrora foi palco das lutas entre os cangaceiros que tinham em Lampião sua principal referência e as famigeradas Volantes. Particularmente durante o período da ditadura militar, os comandantes locais, um oficial com patente de major, se imiscuía em todos os aspectos da vida local e era visto como “a autoridade” para a resolução de todas os conflitos e questões na área. O início de nossos trabalhos em 1975 exigiu visita de cortesia, para comunicação de nossas intenções e informação oficial àquele. De outra forma, poderíamos ter tido problemas em trabalhar na área, já que o comandante e seus comandados eram informados e vigiavam todos os movimentos e acontecimentos.

Os indígenas, à semelhança de todos os outros grupos e pessoas na área de atuação da companhia do exército, subordinavam-se a estes por meio de relações que podem ser caracterizadas como claramente autoritárias e paternalistas, recorrendo ao “Major” para todas as questões e querelas surgidas nas relações com o não-indígenas. Ângelo não era a exceção quanto a isto. Antes de nossa chegada ele recorreu

---

12 Considero controversa a presença de um coronel do exército em uma das vezes que fomos ao Brejo do Burgo em 1979, juntamente com o Delegado da FUNAI em cuja jurisdição se encontravam os Pankararé. A presença se deu por ser ele pai de uma estudante do curso de ciências sociais que se integrava ao grupo liderado pelo professor Pedro Agostinho, contudo, sua ideologia de militar ativo na defesa da ditadura que se instalara no país em 1964 e, conseqüente, forma autoritária como agiu no local não me parece ter contribuído para estabelecer conciliações por meio da imposição do temor, como ele o fez. O assassinato de Ângelo Xavier ocorreu após esta visita e atuação, que desde então, avalio como mal conduzida, imprudente, ameaçadora e desastrosa.

a esta instância de autoridade local por diversos motivos, particularmente por conta da perseguição que os indígenas experimentavam da parte de um antigo prefeito do município de Glória, que tinha residência e de terras no Brejo do Burgo, que era declaradamente anti-indígena. A ele, juntamente com o delegado, eram atribuídas a responsabilidade por prisões de membros do grupo Pankararé quando realizavam seus rituais, até que o “Major”, num ato de intervenção na política e luta de poder local, veio a autorizar os indígenas a realizar seus rituais, o que forçou os não indígenas a recuarem nas suas investidas.

Uma vez descoberto os possíveis canais para buscar o atendimento das demandas de seus liderados, Ângelo, juntamente com seu grupo mais próximo, se dedicou intensamente à tarefa, à medida em que fortalecia seu poder internamente ao grupo por representar suas demandas. Buscava diálogos e apoio em Salvador com os novos parceiros na luta em defesa dos interesses indígenas; em Recife, na representação da FUNAI no Estado de Pernambuco; no Município de Glória, por meio de um novo prefeito, que, mesmo não tendo muito poder e possibilidade de atender suas demandas, era favorável aos Pankararé com olhos nos votos que estes representavam; e ainda ao prestigioso pároco de Paulo Afonso e uma freira católica que os apoiava. Ao mesmo tempo que seu prestígio externo e poder interno aumentavam, acirravam-se as críticas a ele, tanto da parte de outras lideranças indígenas locais, quanto de opositores aos indígenas, que passaram a ver nele o principal agenciador da visibilidade que o Brejo do Burgo, os Pankararé e as tensões locais ganhavam com coberturas jornalísticas na imprensa do estado situada em Salvador. O crescimento desaparelhado de seu poder teve ainda um ingrediente simbólico que o colocava direto na disputa com os não indígenas sem respaldo efetivo, que foi sua nomeação em 13 de dezembro de 1975, para o cargo de “Inspetor de Quarteirão do Distrito de Brejo do Burgo”, feita pelo Delegado de Polícia da 8ª Região Policial em Paulo Afonso.

O assassinato de Ângelo Xavier, que ocorreu em 26 de dezembro de 1979, deve ser compreendido como parte da desastrosa política da FUNAI com relação às populações indígenas no Nordeste, particularmente na Bahia. Mesmo sendo alertada sobre as questões, dificuldades e tensões que o grupo enfrentava, assim como suas lideranças e, particularmente, Ângelo, não foi tomada qualquer providência até que sua morte e repercussão na imprensa nacional forçou as primeiras medidas. Algumas destas faziam parte do rol de recomendações feitas desde 1975, por meio do relatório que resultou do estudo que realizei no mês de julho daquele ano, que foi encaminhado à presidência da FUNAI pelo coordenador do Convênio FUNAI/UFBA, solicitando urgência nas mesmas em face das tensões locais.

Quando, em 1977, iniciou-se a discussão sobre a constituição da Reserva Ecológica do Raso da Catarina por meio da SEMA (Secretaria do Meio Ambiente), do

Ministério do Interior, fui nomeado por Portaria da FUNAI para representar os interesses dos Pankararé juntamente com dois de seus servidores. Além deles, participava uma geógrafa que representava a SEMA. Esta servidora federal demonstrava total intolerância quanto à permanência de um pequeno grupo de indígenas liderados por Saturnino Celestino de Barros (o “véi Saturnino”), na Serra do Chico, onde habitavam desde tempos imemoriais. A antiguidade da ocupação podia ser evidenciada pelas lembranças da Guerra de Canudos e familiaridade com os cangaceiros, como o grupo de Lampião, que se abrigava no “talhado”<sup>13</sup> e convivia com eles na área. Contudo, a dedicada servidora pública, movida por interesses não declarados, buscava em todas as palavras que fossem ditas uma maneira de desqualificar suas narrativas, negar que fossem indígenas e propor a remoção de todos do local que habitavam e desenvolviam suas atividades de sobrevivência por meio da caça, coleta e limitada prática de agricultura. Ela se apropriava do discurso ecológico no tocante à fragilidade do ecossistema e aos limites impostos pelas condições ambientais no local, sobretudo porque ali ocorre o menor índice de pluviosidade no país. Estranhamente a insistente proposta de retirar os indígenas do local em que habitavam contava com o apoio da servidora da FUNAI que fazia parte da Comissão, que claramente agia em prejuízo dos indígenas. Eram tempos da ditadura militar e domínio da FUNAI por oficiais de patente superior do Exército Brasileiro. Encontrei-me, portanto, em meio a este conflito, tendo de enfrentá-lo, juntamente com o professor Pedro Agostinho, em uma mesa de negociações em Brasília, sendo esta minha primeira viagem à capital do Brasil.

---

13 A despeito da distância temporal, as memórias do cangaço se encontravam muito presente no local, tanto nas narrativas das pessoas, quanto nas evidências encontráveis. Minha andata no interior do cânion, por eles conhecido como “Talhado” ou “Serra do Talhado”, onde plantavam suas roças em razão da maior umidade que seu assoalho retinha rapidamente trouxe evidência destas memórias. Um dos indígenas que seguia na frente do grupo encontrou duas balas de fuzil não deflagradas, com inscrições da marca DWM e datas de 1912 e 1914.

Imagem 4 – Ângelo Pereira Xavier, líder Pankararé assassinada em 26/12/1979

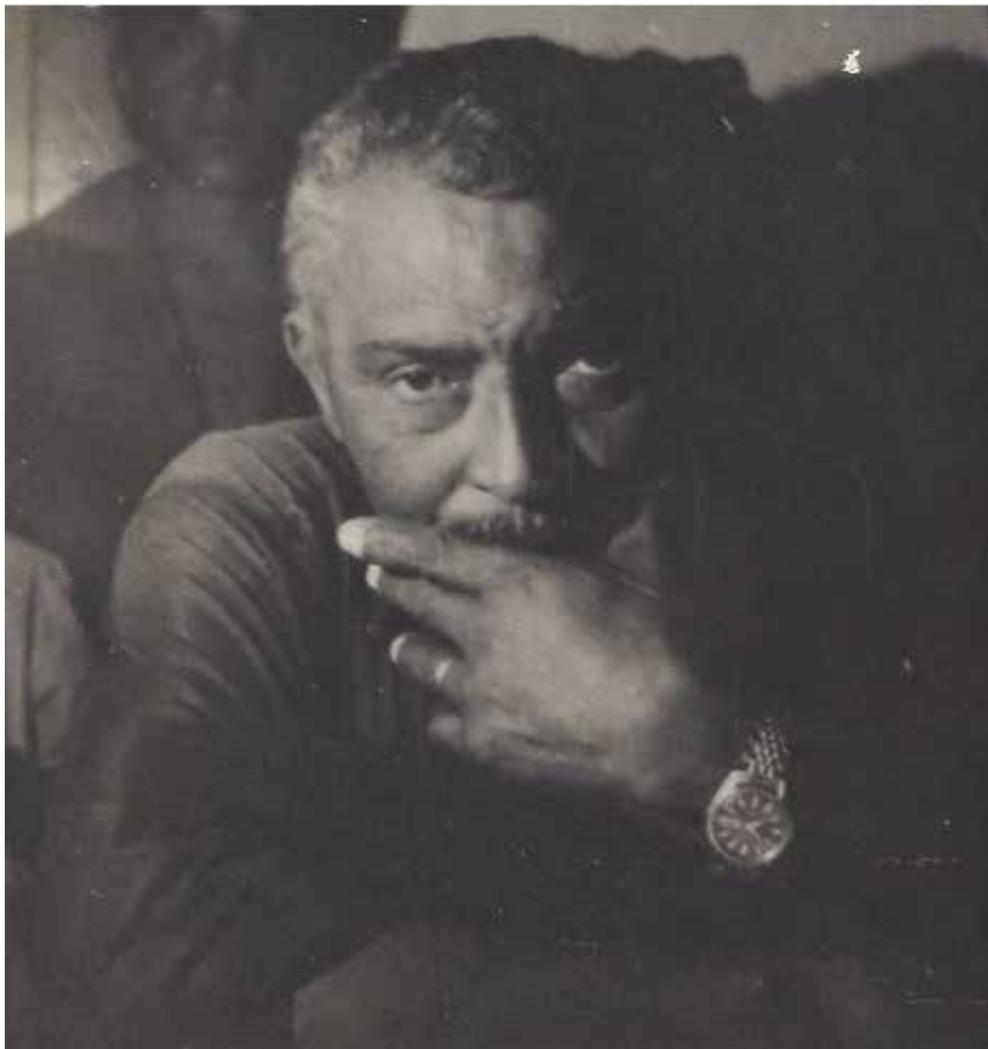


Foto: Carlos Caroso, 1975.

No mês de março de 1980 fui a Brejo do Burgo em companhia de dois servidores da FUNAI, para discutir os limites da área que ocupavam, com a finalidade dar início ao processo de definição da localização e extensão da Terra Indígena Pankararé. Os movimentos sociais da toda a região, liderados pelo sindicato de trabalhadores rurais e por lideranças da igreja católica, entre estas últimas um sacerdote que havia deixado a igreja e era candidato a deputado estadual, mobilizaram pessoas de toda a região para participar de uma manifestação em Brejo do Burgo no momento que ali chegamos. Eu e os dois servidores da FUNAI fomos cercados por uma multidão de aproximadamente 400 pessoas, que exigiam definições imediatas quanto às

questões fundiárias dos Pankararé naquele momento e lugar. Esta situação de alta tensão durou cerca de quatro horas. Em meio à multidão que nos mantinha sob cerco e exigia respostas impossíveis de serem dadas, pois extrapolavam a competência dos que ali estavam. Entre os que nos cercavam, podia ser visto um dos acusados de ser mandante do assassinato de Ângelo Xavier, impune, que nos arrostava de maneira agressiva e intimidatória. Naquele momento dei-me conta do risco, não só que eu correria, mas que minha presença representaria para as pessoas indígenas com as quais eu interagira, caso eu voltasse para realizar meu o estudo de campo que pretendia dar continuidade na área.

Imagem 5 - Saturnino Celestino de Barros, líder do grupo da Serra do Chico

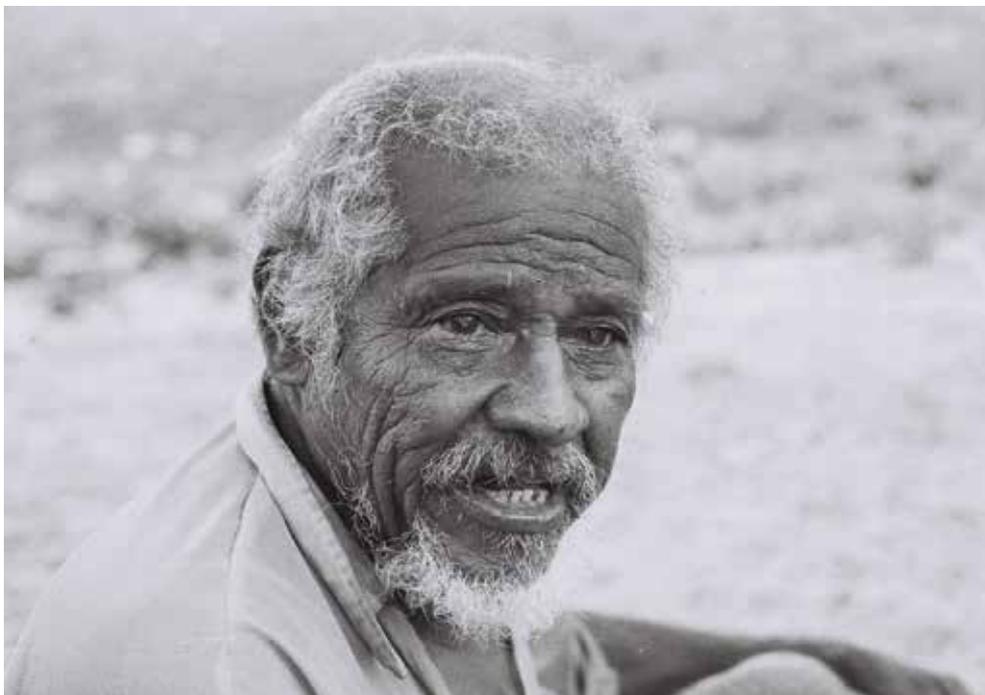


Foto: Carlos Caroso, 1980.

Após este evento, que para os que se encontravam naquela posição foi um verdadeiro massacre emocional, fisicamente esgotado, fui ter com alguns dos Pankararé em Poças, que já recebiam notícias deturpadas de que sob pressão eu teria sido afirmado que ali não existiam indígenas. Com certa apreensão por conta das tensões claramente presentes entre todos, me despedi da família de Ângelo Xavier e de todos que ao longo dos últimos quase cinco anos se tornaram próximos e confiaram em nossos encaminhamentos em defesa de seus direitos. Os dois servidores da FUNAI

que se encontravam junto comigo estavam claramente amedrontados e colocavam em questão a própria autenticidade dos pleitos do grupo.

A última viagem feita a Brejo do Burgo e Serra do Chico foi em meados do ano de 1980, quando assessoriei a equipe de filmagem do documentário intitulado Raso da Catarina, que era realizado sob a direção do cineasta Hermanno Penna para um programa da TV Globo, Globo Repórter. Desde aquela data não mais retornei ali. Quando me encontrava na direção do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, tive oportunidade de fazer a curadoria de uma exposição sobre o patrimônio material e imaterial da cultura Pankararé. Na oportunidade contribuí com o significativo acervo de fotografias, que integrei ao acervo de imagens do MAE, sendo algumas destas fotografias únicas, já que as pessoas, locais e eventos naquelas registrados não mais existem.

Os contatos recentes com lideranças jovens dos Pankararé me estimulam a voltar a visitá-los, levando para lhes entregar, entre outras fotografias, uma do “véi Saturnino”. Sobram evidências que estas seriam o único registro de imagem do último, que também é homenageado com seu nome em uma das escolas.



## Outros tempos, outros momentos, outras ideias e concepções

No ano de 1976 ingressei no Curso de Mestrado em Ciências Sociais, na área de concentração denominada Sociologia da Cultura, logo após a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, no qual fui único egresso da concentração em Antropologia. Tinha realizado o TCC sob orientação do professor Pedro Agostinho. Eu estava profundamente entusiasmado com os resultados obtidos com Pankararé e determinado a continuar a estudá-los. Para isto, apresentei para a seleção o projeto de pesquisa intitulado “Acamposenamento do Grupo Indígena Pankararé de Brejo do Burgo”. Assim como o faziam Darcy Ribeiro (1973) e Paulo Marcos Amorim (1975), minha proposta era tratar a questão indígena como inseparável daquela do campesinato do Nordeste, particularmente da área do Médio e Baixo São Francisco onde estes se localizavam. Isto se deu em razão da característica preponderante que identifiquei entre os remanescentes indígenas Pankararé, que era de serem seus membros camponeses etnicamente diferenciados, portanto, indígenas convivendo com outros segmentos não indígenas, em condições similares de existência, o que me levou a tomar esta como uma das principais premissas para estudo e compreensão.

O Mestrado em Ciências Sociais disponibilizava duas áreas de concentração: além daquela em Sociologia da Cultura, a outra era em História Social. A integração das duas formações se dava por meio dos componentes comuns em teoria e epistemologia, filosofia da ciência e metodologia da pesquisa. Os componentes optativos me permitiram vir a ser aluno do professor Pedro Agostinho pela primeira vez. Apesar de ser meu orientador no projeto de graduação, eu não tinha cursado qualquer disciplina sob sua responsabilidade. Esta experiência veio a influenciar minhas decisões

do ponto de vista das temáticas preferenciais, que eram orientadas para as relações entre cultura, ambiente físico e biótico, conseqüentemente, sobre adaptação cultural, custos e eficiência energética, produção e consumo, mercados e economias de pequena escala, o que me levou a opções teóricas que posteriormente vieram a me conduzir ao doutorado na UCLA.

A leitura de autores como Julian Steward (1955), Leslie White (1943, 1949, 1959), Marvin Harris (1968, 1987) e Witold Kula (1976) foram de grande importância para consolidar meus interesses em antropologia das relações entre ambiente, sociedades, cultura e economia, compreendendo a interação dos diferentes grupos sociais com as condições ecológicas prevalentes, que podem ser relacionadas às respostas adaptativas encontradas para garantir o sustento das comunidades de pequena escala e tecnologias simples, assim como o surgimento e desenvolvimento de sistemas de troca e economias de mercado de várias dimensões e níveis complexidade política.

34

No semestre do ano em que iniciei o mestrado, seu coordenador, professor A.L. Machado Neto, me propôs fazer o estágio de ensino, que permanece barrocamente denominado Tirocínio Docente Orientado, em disciplina teórica de sociologia, que tinha como tema estrutura e organização social. A responsabilidade pela disciplina era a professora Marília Murici. Marília, que teria de participar em um seminário na Faculdade de Direito, na qual era também docente. Eu seria responsável por uma das duas aulas da semana, ela fazendo a primeira apresentação geral na segunda-feira, eu continuando aula da quarta-feira. Transitei entre o susto inicial, de ser delicada e convincentemente instado a assumir e ser responsável por esta primeira atividade de ensino / aprendizado universitário, e entusiasmo, por estar a antecipar o início desta experiência, prevista para ocorrer somente a partir do segundo semestre do curso. Pela primeira vez em sala de aula na universidade na condição de tirocinante (sic), dei-me conta de que alguns dos estudantes que ali estavam eram meus colegas de sala de aula há bem pouco tempo. Aquela inusitada situação era, no mínimo, assustadora.

Esta experiência inesperada me estimulou e permitiu começar a carreira de professor bastante jovem, aos 25 anos. No segundo semestre de 1976 assumi e me responsabilizei por disciplinas de antropologia na graduação, atividade que venho desenvolvendo por mais de quatro décadas. A ausência de pessoal com maior treinamento possibilitava o acesso muito precoce e sem a devida maturidade para o nível de ensino do qual muitos de nós éramos recém egressos. Este é o sentimento que me acompanhou durante toda minha carreira de ensino superior, na qual ingressei sem que sequer tivesse a experiência e a titulação mínima de mestre. Certamente estou me referindo a outros tempos, afortunadamente, superados.

À medida em que amadurecia minha compreensão, tanto do ponto de vista das teorias e respectivos métodos então vigentes, quanto do ponto de vista etnográfico,

por meio da experiência obtida na convivência com a luta política dos Pankararé, seja por aquela travada pelas lideranças no plano externo, ou no plano das tensões internas, crescentemente busquei compreendê-la segundo a então vigente teoria da fricção interétnica, de Roberto Cardoso de Oliveira (1964, 1972). Levantadas estas questões de caráter teórico, crescentemente me afastei da premissa da aculturação anteriormente apresentadas e discutidas por Galvão (1960), Schaden (1969) e Ribeiro (1970), que me levaram a considerar os Pankararé com um grupo aculturado, ao invés de compreendê-los como socialmente recalcitrantes e resistentes à aculturação e prontos, naquele momento, para atualizar e reconstruir seu passado indígena. Este fenômeno que se verificava principalmente no Nordeste do país, veio posteriormente a ser tratado como “processo de etnogênese, abrangendo tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já reconhecidas” (OLIVEIRA, 1994).

Para minha decepção, a indisponibilidade de recursos para realizar o trabalho de campo, as dificuldades de acesso ao campo e as tensões que ali se instalaram após a vinda a público da existência deste remanescente indígena, até então tido como extinto, me colocavam em situação de alta vulnerabilidade, considerando as ameaças a minha presença na área. Os não indígenas me acusavam de ter causado o desenfundamento entre pessoas que sempre conviveram pacificamente, acusações estas inclusive levadas à imprensa em Salvador, por um político originário da área. Estes fatores, somados à impossibilidade de me afastar da condição de professor com vínculo precário com a UFBA, além de outro emprego público temporário e em caráter precário, me levaram a optar por substituir meu projeto de pesquisa por outro estudo que pudesse ser realizado sem necessidade de me afastar do local de residência.

Assim é que vim a estudar o que denominei de a economia da transgressão na área do Pelourinho em Salvador, naquele momento ocupada por uma população empobrecida: preponderantemente de prostitutas, pequenos “passadores” de drogas, homens e mulheres envolvidos em vários tipos de transgressões sociais, furtos, roubos e crimes de várias modalidades. A dissertação teve como título “Expedientes de Vida: um ensaio de antropologia urbana”. Sua conclusão e entrega oficial à coordenação do Mestrado se deu no último dia útil do ano de 1979. A banca de avaliadores foi constituída pelos professores Thales de Azevedo, Luiz Roberto de Barros Mott e Pedro Agostinho na condição de orientador.

Para elaboração de minha dissertação eu contava com a experiência de dois anos que trabalhei no Pelourinho, em 1977 atuei como chefe do Setor de Pesquisa da Coordenação do Fomento ao Artesanato da Extinta Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social-SETRABES. A Coordenação se encontrava instalada no imponente sobrado onde atualmente se situa a Fundação Casa de Jorge Amado, aí eu atuei durante todo um ano realizando estudos e desenvolvendo ações relacionadas ao artesanato em

várias partes da Bahia, vindo a conhecer e, muitas vezes ficar perplexo, com a ineficiência e desvio de recursos da parte de meus companheiros de trabalho.

No ano de 1978, a convite de meu colega de turma de mestrado, Jeferson Bacelar, passei a coordenar pesquisa de base para elaboração do Plano Diretor do Pelourinho-PLANDIP, que seria um dos atos finais do Governo Roberto Santos. O PLANDIP era executado pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-FPACBA (naquele momento dirigida pelo professor Mário Mendonça de Oliveira) e Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador-CONDER.

Estamos em outros tempos e dispomos de outros recursos que nos permitem digitar nossos textos diretamente em nossos computadores pessoais, imprimi-los e entrega-los ou enviá-los de imediato. Quando penso na escritura de minha dissertação, vem a minha memória a “máquina de escrever” *Sperry Remington 100*, que ainda hoje mantenho como uma relíquia, cujo barulho noturno do datilografar, ato fim retirar cada página, colocar cada nova página e reiniciar a datilografar incomodava toda vizinhança. Nesta produzi o texto básico da dissertação de mestrado, que após correções era encaminhado para uma datilógrafa profissional para datilografar em estêncil, para em seguida passar por sua segunda revisão. Este doloroso processo teve o precioso e rigoroso e dedicado apoio da colega Maria Rosário e de Lia Soares. O ambiente de produção do texto e sua cuidadosa revisão tinha a orientação e intenso acompanhamento de Pedro Agostinho.

No momento em que finalizávamos os trabalhos dedicados a vir a ter mais um mestre entre nós, fomos avisados do assassinato de Ângelo Pereira Xavier, o mencionado líder Pankararé. Este fato não apenas causou forte comoção a todos nós que nos encontrávamos naquele ambiente de intenso trabalho com o propósito de finalizar a dissertação, mas, direcionou todo nossos esforços para nos solidarizarmos à sua família e ao grupo Pankararé em mais esta perda. Em anos mais recentes não apenas os Pankararé conseguiram ter seu direito às terras em que habitam reconhecido e demarcada a TI, mas também, por reconhecimento e justiça, foi prestado um tributo a Ângelo e sua luta em favor de seu povo, com a denominação de uma escola existente em Brejo do Burgo, para que os jovens não esqueçam da importância de lutar para conseguir seus objetivos.

## Trânsitos entre Pankararé, Ceará, Polônia e Paraná

Concluído o Mestrado em Ciências Sociais na UFBA, sob orientação do professor Pedro Agostinho, imediatamente passei a pensar em ingressar no doutorado em alguma instituição no país ou, mais ousadamente, buscar uma formação em universidade no exterior. Para esta busca, eu contava com a vantagem de ter estudado em uma instituição nos Estados Unidos no início da década de 1970. As alternativas para se realizar o doutorado em antropologia no país ainda eram poucas, além do que o atendimento estava muito concentrado em pessoas com mais idade do que meus 29 anos naquele momento, com vínculo precário com a UFBA. Cursavam o doutorado colegas com mais de quarenta anos, já com carreiras consolidadas e reconhecidos por sua expertise em áreas específicas que dividiam e caracterizavam o departamento no qual eu era membro. Consta na estória informal sobre o departamento que, o professor José Calazans da Silva, professor de estudos do folclore e de história, especialista sobre a Guerra de Canudos, em um momento questionou a respeito de sua própria posição na antropologia que ali se praticava, na forma de uma indagação em que disse: “eu não uso tanga nem falo nagô, onde fico nesta antropologia de vocês?”

O tempo chuvoso, que frustrou a ida à praia para a qual me preparara naquela manhã do primeiro domingo no início do ano de 1980, levou-me a optar por ficar em casa e ler o jornal *A Tarde*, no qual encontrei uma notícia sobre seleção da *Fulbright Commission* para concessão de bolsa de pós-graduação para interessados no Brasil. No dia seguinte me candidatei à bolsa e, em seguida, às universidades norte-americanas, buscando aquelas em que naquele momento se encontravam alguns dos autores mais influentes das vigências teóricas e experiências etnográficas de meu interesse. Fui

submetido a várias etapas de avaliações locais e nacionais e aprovado em todas. Ao fim, contudo, fui surpreendido com a informação que a bolsa que naquele momento me era oferecida abateria o valor do meu salário e me restaria muito pouco recurso para sobreviver nos EUA. Somou-se a isto o fato de que meu afastamento exigiria a rescisão do contrato temporário que eu tinha com UFBA. Estes dois contratemplos me levaram à completa frustração, mas não à desistência do que eu tinha estabelecido como meta, que era obter o doutorado ainda jovem para aquele momento.

Como àquela altura já me encontrava aceito para ingresso em mais de uma universidade norte-americana, decidi buscar outros meios para viabilizar a realização do doutorado. Tomei conhecimento de que a Fundação Rockefeller tinha um programa para treinamento de professores da UFBA, das áreas de economia e ciências sociais. Por cerca de 10 anos, contudo, nenhum candidato da área de ciências sociais se apresentara. Fui bater à porta do dirigente local da Fundação, que me informou ser necessário minha indicação por parte do programa de pós-graduação da área, ou seja, o de Ciências Sociais do qual eu obtivera a titulação de mestrado, com o compromisso de que, ao retorno, eu viria a fazer parte dos quadros de credenciados do mesmo.

De imediato busquei conversar com o coordenador do curso sobre esta possibilidade, naquele momento um conhecido professor do Departamento de História, contudo, ele não demonstrou qualquer disposição em me indicar. Finalizou por me dizer que eu não precisava ter doutorado por ser de “família rica” [sic]!... Não apenas pela incorreção política e real da fala do mesmo, mas pela indignação diante de tamanho provincianismo, apelei aos membros do Colegiado do Curso, tendo a reação de alguns dos componentes ocorrido de imediata e feito o encaminhamento por minha indicação, a primeira em 10 anos de disponibilização de bolsas para a área de Ciências Sociais<sup>14</sup> sem que ocorressem candidaturas, tanto por falta de candidatos que se habilitassem, quanto em razão dos jogos de interesses políticos do grupo que assumiu o domínio do curso de pós-graduação após a morte de seu fundador. O curso de mestrado veio a ser coordenado por docentes com formação inteiramente doméstica, sem qualquer familiaridade com a dinâmica das políticas de pós-graduação no país, competência científica ou aptidão acadêmica.

Uma vez que o Colegiado indicou meu nome à Fundação Rockefeller, seguiu-se a entrevista avaliativa feita por um de seus dirigentes de programa, que se deslocou de Nova Iorque para esta finalidade. A liberação com manutenção de vínculo, concedida

---

14 O apoio da Rockefeller Foundation se estendeu por uma décadas, somente fizemos uso daquelas bolsas disponibilizadas para doutorado na área de Ciências Sociais eu e, em seguida, Luzinete Simões. Colegas de Saúde Comunitária, Economia e Agronomia, no entanto, se beneficiaram do apoio.

de última hora pela UFBA, que me manteve no cargo de professor temporário que então eu ocupava, permitindo-me cursar o programa de pós-graduação em Antropologia na *University of California Los Angeles-UCLA*, para onde me dirigi no mês de agosto de 1980, ansioso pelo início das aulas, o que só ocorreria na segunda metade do mês de setembro.

A opção pela UCLA, entre outras instituições para as quais fui aceito, tinha como razão principal a presença de docentes especializada na temática de meu interesse, e a possibilidade de aprofundar meus estudos da abordagem teórica de minha preferência. Naquele momento, bastante influenciado pelo professor e colega Pedro Agostinho, minha proposta era de conhecer melhor a abordagem que se definia como Ecologia Cultural, desde a já mencionada tradição de Julian Steward (1955), passando por Elman Service (1962 e 1966); Marshal Sahlins (1966); Marvin Harris (1979); somada àquela o conjunto de artigos que compunham a coletânea organizada por Andrew Vayda e Roy Rappaport (1968); Andrew Vayda (1969); Eric Wolf (1966); George Dalton (1977); Emílio Moran (1979); Morton Fried (1976) e outros, além da leitura de clássicos da economia tais como Karl Polanyi e Robert MacIver (1957). Somadas a estas, as leituras de etnologia indígena e sobre campesinato no Brasil, a exemplo do estudo de Roberto Cardoso de Oliveira (1972, 1964); Darcy Ribeiro (1973); Paulo Marcos Amorim (1975) e Otávio Velho (1976), além de outras fontes sobre o Brasil indígena e populações agrário-camponesa. Todas estas relacionadas à minha proposta para o doutorado, que foi de estudar os processos envolvidos no acamponesamento do grupo indígena Pankararé da região do Raso da Catarina na Bahia.

As teorias com as quais busquei dialogar visavam, sobretudo, dar destaque à diversidade de arranjos e soluções humanas na adaptação ao ambiente, o que exercia em mim forte fascínio, particularmente sua compreensão a partir da perspectiva antropológica. A esta enorme curiosidade se somava as possibilidades de compreendê-los por meio dos estudos antropológicos então disponíveis, nas leituras das várias etnografias que conseguia ter acesso naqueles tempos em que as encomendas feitas por meio de catálogos e correio eram difíceis e, nem sempre chegavam no tempo e aos endereços desejados - não poucas foram as correspondências que recebi meses depois após tentativas de entrega em El Salvador, devolução aos EUA e retorno, enfim, a cidade do santo Salvador da Baía de Todos os Santos. Tornei-me associado da *American Anthropological Association-AAA* para buscando ter acesso às publicações daquela associação e de suas congêneres, que eram bastante raras ou inexistentes nas bibliotecas locais, o que me permitia conhecer e pensar além das fronteiras do Brasil, apesar das conhecidas dificuldades de se realizar o trabalho de campo entre outros povos, e, particularmente em outros países naquele momento.

A proposta com a qual fui aceito para ingresso no programa de pós-graduação da UCLA era de estudar as estratégias de adaptação ao ambiente e economia do povo Pankararé. Aqueles indígenas convivem com uma das áreas de menor precipitação pluviométrica no Brasil, coberta por vegetação esparsa e de pequeno porte, típica da floresta de caatinga, terrenos arenosos e pouco férteis, com extrema dificuldade de obter água para consumo humano e animal, tendo de buscar maneiras de reservá-la ou “encontrá-la”<sup>15</sup> para enfrentar os períodos mais secos. O que mais me atraía para o estudo era a possibilidade de compreender como eles conseguiam manter a sanidade física, equilíbrio energético e populacional por meio da prática de agricultura itinerante de coivara, sendo a mandioca, o milho e o feijão os principais produtos agrícolas, ao qual se somavam a caça de animais, coleta de frutos nativos e criatório de animais domésticos, entre os quais se destacam galináceos, bubalinos e raros bovinos, estes últimos para a produção de carne e leite.

À medida que eu progredia nos estudos na UCLA, crescentemente me interessei por outras questões voltadas para a compreensão da diversidade de soluções adaptativas da parte de camponeses no Brasil e na Europa. O aprofundamento de antigos interesses, somados aos novos, vieram a resultar em significativa mudança na minha proposta inicial, agora não apenas pelas dificuldades de políticas no local de estudo, como já referido, mas, e sobretudo, pela oportunidade que se apresentava de avançar na diversificação e internacionalização de minha experiência de pesquisa como antropólogo. Eu me colocava como crítico à endogenia que prevalecia entre os professores na UFBA e, particularmente, da unidade acadêmica e departamento dos quais eu fazia parte e presenciara as cadeias de sucessão hereditárias, excludentes em relação aos não participantes dos ciclos políticos e apadrinhamentos comuns à academia e serviços públicos na Bahia e no país com um todo.

### **O mundo da UCLA e novos interesses acadêmicos**

O novo mundo acadêmico e a diversidade que a UCLA, não apenas representava, mas disponibilizava e me dava acesso, veio a renovar meus planos e distanciar-me dos limites representados pelas opções entre os estudos afro-brasileiros e os estudos indígenas, que então prevaleciam no meu departamento de filiação na UFBA. A busca de novos horizontes me levou a redirecionar meu foco para o estudo de populações

---

15 As palmáceas, cactáceas e umbuzeiros (*Spondias tuberosa*) fornecem foragem e frutos para suprir as necessidades humanas e animais. Estes últimos, além dos frutos e néctar das flores do qual é produzido o mel, estocam grande quantidade de água em bulbos de suas raízes, que pode ser extraída para suprir necessidades alimentares e dessedentação humana.

agrário-camponesas nos vários contextos latino-americanos e europeu. Ter como orientador Allen Johnson, que havia realizado estudos sobre campesinato dependente no Ceará entre 1965 e 1966, foi bastante estimulante, no sentido de poder extrapolar os limites geográficos, sociais, econômico e culturais na compreensão de uma *part society*, nestes caso constituída por um grupo de camponeses que pagavam renda da terra a um proprietário ausenteísta.

Nosso bom entendimento, interesses temáticos e teóricos comuns permitiu que formássemos a parceria que nos levou a pensar em realizar um reestudo rápido da Fazenda Boa Ventura, no mês de julho de 1982, quando ali fui pela primeira vez. Nosso plano inicial de realizarmos trabalho conjunto experimentou um revés, uma vez que Allen Johnson teve de desistir da ida a campo por conta de demandas familiares. O estudo de reavaliação que realizei na Fazenda Boa Ventura foi bastante breve, contudo, permitiu-me lançar um novo olhar sobre o campesinato dependente no Brasil e, particularmente, no Nordeste.

Imagem 6 – Trabalho de “sujeição” em desmatando de “capueira”



Foto: Carlos Caroso, 1982.

Estar de volta ao campo no qual não estivera antes foi a sensação pela qual fui tomado ao chegar na Fazenda Boa Ventura. O Ceará, particularmente Fortaleza,

não constituía novidade para mim, uma vez que estive ali em companhia de meus familiares quando morei no Rio Grande do Norte. Contudo, naquele momento eu estava ali para realizar um reestudo, ou melhor, um dar continuidade a um estudo que eu não fizera a primeira parte, no entanto conhecia o local e as pessoas em detalhes a partir da leitura do livro *Sharecroppers of the Sertão: Economics and Dependence on a Brazilian Plantation*, que resultou do estudo realizado por Allen Johnson (1971) entre os anos de 1965 e 1966, para elaboração de sua tese de doutorado na *University of Columbia*.

Imagem 7 – Plantio de batata doce em *vazante de rio*



Foto: Carlos Caroso, 1982.

Realizar trabalho de campo no Ceará me fazia retornar a um local e modo de vida com o qual me familiarizara desde a infância. Cobia-me agora ter esta experiência a partir de outra ótica e, estranhá-la, 16 anos após o estudo realizado por Allen de Johnson que resultou na já mencionada publicação. No reestudo que conduzi, principal questão principal se referia às mudanças que teriam ocorrido neste período de tempo, tanto no país e no estado do Ceará, quanto naquela fazenda que fora tratada como um sistema econômico semifechado. O campo na fazenda Boa Ventura

resultou em um relatório de 56 páginas intitulado “*Sharecroppers of the Sertão Revisited: Continuities and change from 1966 to 1982*”, que não apenas veio contribuir com estudos de longa duração na antropologia, como foi de crucial importância para que eu consolidasse a ideia de estudar o campesinato não étnico, até porque persistiam as dificuldades políticas para estudar com os Pankararé, que também fora minha opção não realizada no mestrado.

Imagem 8 – Horta doméstica em meio a plantio de algodão



Foto: Carlos Caroso, 1982.

Por outro lado, os novos aportes teóricos com os quais eu crescentemente lidava conflitavam com as propostas de estudos em etnologia indígena no Brasil naquele momento. Optei por escrever um novo *master's paper* para obter o título de *MA in Anthropology* pela UCLA. Neste me dediquei a uma revisão teórica sobre o campesinato no Brasil, sob o título “*Towards a Model of Peasant Adaptation in Brazil*”. Este exercício me levou a considerar novas possibilidades para o projeto de tese de doutorado.

## **Novas leituras e novas abordagens: Ecologia Cultural e campesinatos**

Do ponto de vista dos avanços nas discussões teóricas e metodológicas me dediquei a tratar de dois níveis de análise, sendo um macro nível, que corresponde à análise dos sistemas sociais, econômicos e culturais, na sua articulação em níveis mais amplos, representados por: a) padrões de distribuição populacional e ocupação espacial e macro adaptação ambiental; b) populações e padrões demográficos; c) sistemas de produção, distribuição e consumo de bens intermediários e mercadorias (bens finais); d) padrões de organização social, articulação e circulação entre sistemas. Este macro nível articulado a um micro nível, que corresponde à análise dos sistemas sociais, econômicos e culturais no nível local, e que pode ser traduzido pela adaptação local e resumidos como: respostas adaptativas ao nível dos grupos locais (micro adaptação ambiental); características populacionais e padrões demográficos; organização da produção, distribuição, circulação e consumo de bens; padrões de organização social, articulação e circulação intra-sistemas, atribuição e distribuição de papéis e posições sociais.

44

Esta visão representava o resultado das divergências e convergências das visões neo-evolucionista e neo-funcionalista, no sentido de compreender estágios de evolução ou desenvolvimento sociocultural, traduzindo-se em uma abordagem ecológica em antropologia que tinha como proposta básica a compreensão dos dois primeiros estágios, representados pelos referidos pensamentos teóricos que lhe dá suporte. O primeiro pensamento representado pelas teorias de Julian Steward, o qual argumenta que a evolução deve ser considerada tanto no que se refere à evolução geral quanto à evolução específica; e pela proposta de Leslie White, que concebe a evolução como unilinear e relacionada fundamentalmente à capacidade de produção de energia que tem uma sociedade (i.e., a quantidade de energia per capita produzida e consumida).

O segundo estágio, os neo-funcionalistas, que são representados por Elman Service e Robert Carneiro, e pelos estudos de Marvin Harris, Andrew Vayda e Roy Rappaport. Essas contribuições de maneira diversa confirmam ou contestam as concepções dos fundadores das abordagens ecológica em Antropologia (ORLOVE, 1980; JOHNSON; EARLE, 1987). O argumento dos neo-funcionalistas é de que tanto Steward quanto White estavam corretos em suas posições, a despeito das suas divergências quanto à evolução ser multilinear ou unilinear. Estes fazem uso dos conceitos de estágios evolutivos seriados e da noção de evolução específica e evolução geral, de maneira que este pensamento acomoda o método da ecologia cultural de Steward e a ideia de evolução unilinear de White. Contudo suas concepções de evolução geral são unilineares tais como a de White. Na visão de Service o comércio é o elemento dinâmico responsável pela passagem entre os diversos estágios evolutivos, enquanto

Carneiro vê a circunscrição (geográfica, humana) como um aspecto fundamental no processo de evolução sociocultural (CARNEIRO, 1971; RIBEIRO, 1970; SERVICE, 1975; ORLOVE, 1980).

Para suas análises os neo-funcionalistas tomam as populações como unidades, ao invés de tomarem a ordem social, assim como fazem os neo-evolucionistas. Esta mudança de ênfase resulta na concepção da organização social e da cultura de populações específicas como adaptações funcionais que lhes permitem fazer uso do ambiente adequadamente sem exceder sua capacidade de carga (*carrying capacity*). As principais diferenças entre as abordagens de Harris e Vayda & Rappaport é que o primeiro está mais preocupado com causalidade, enquanto estes se preocupam com funcionamento de sistemas que resultem em aspectos específicos da organização social, os quais são explicados pelas funções que desempenham na adaptação de populações locais ao ambiente. Harris divide as adaptações socioculturais em padrões ecológicos, os quais incluem aspectos tecno-ambientais e demográficos, estruturas sociais, e ideologia (STEWART, 1955; WHITE, 1943, 1949; BOSERUP, 1966; HARRIS, 1968; VAYDA; RAPPAPORT, 1976; ORLOVE, 1980).

As diferenças entre os trabalhos dos neo-funcionalistas e os estudos de Steward e White são constituídas pelos aspectos destacados abaixo, sendo a ênfase nestes que caracterizam o trabalho dos mencionados neo-funcionalistas: 1) as populações locais ao invés de culturas são as unidades de análise; 2) exame da interação entre ambientes e populações concebendo o primeiro como fator causal influenciado pela cultura; 3) a metodologia é mais explícita, rigorosa e quantitativa; 4) adoção de conceitos derivados da ecologia biológica, inclusive a ideia de seleção grupal; 5) opção pela concepção de modelos de equilíbrio homeostático e fluxos energéticos em ecossistemas como resultante da influência das teorias dos sistemas (ORLOVE, 1980).

O denominado terceiro estágio de desenvolvimento da abordagem ecológica em antropologia é representado pela perspectiva processual que incorpora muitos dos elementos de outras teorias, combinando-os com a teoria de sistemas e pensamento neomarxista entre outras matrizes teórico-metodológicas. A ideia de processo é de extrema importância nesta perspectiva, sendo ainda de grande relevância a análise diacrônica tendo como foco principal o exame dos mecanismos da mudança. As principais tendências presentes nas abordagens processualistas são: 1) a análise da relação entre as variáveis demográficas e sistemas de produção (BOSERUP, 1966); 2) a resposta ao estresse ambiental por parte das populações; 3) a formação e consolidação das estratégias adaptativas (BARTH, 1982); e, 4) a incorporação de perspectivas marxistas e neomarxistas, representadas pelo interesse na economia política e marxismo estrutural (ORLOVE, 1980; BARLETT, 1980; JOHNSON; EARLE, 1987).

A proposta nas abordagens ecológicas em antropologia considera o ambiente em suas várias dimensões, sendo estas articuladas e inseparáveis quando buscamos compreendê-las. Estas dimensões são vistas como sendo constituídas de elementos naturais, bióticos, não-bióticos e histórico-culturais, como concebe June Helm (1962), ou ainda de elementos naturais, culturais e individuais ou psicológicos como concebem Johnson e Earle (1987). Por outro lado, Peggy Barlett (1980) reconhece a existência do ambiente natural e do ambiente social, político, econômico e institucional, o segundo concebido como incluindo forças locais, regionais, nacionais e internacionais.

Nesta perspectiva o ambiente natural caracteriza-se por uma complexa interação de fatores não-bióticos que são representados pela altitude, regime de chuvas, variação de temperatura, incidência de ventos, topografia, índice de evapotranspiração, tipo de solos, disponibilidade de água (fontes) etc. E fatores bióticos representados por populações animais e vegetais, as quais incluem predadores de várias ordens, micro-organismos (inclusive parasitas) causadores de doenças em plantas e animais. Esses elementos podem ainda ser vistos como parte da natureza, quando opostos à cultura.

Os aspectos socioculturais, que constituem a parte do ambiente adicionada pela criação das populações humanas e suas ações, concepções e reflexões sobre a realidade, incluem as relações estabelecidas entre os vários grupos sociais entre si e com as outras populações com as quais aqueles interagem. Esses podem e devem ser identificados nas dimensões institucionalizadas do comportamento e organização social, e são representados pela cultura, governo, comunicação e meios de transporte, mecanismos de troca e mercado etc.

Nesta postura teórica a análise da adaptação ambiental concentra-se nos mecanismos envolvidos tanto nos movimentos de realimentação (feedbacks) negativos que resultam no equilíbrio dos sistemas, quanto nos movimentos de realimentação (feedbacks) positivos que resultam no processo de mudança (ALLAND, 1970). Em uma das suas formas de condução esta análise concentra-se nas estratégias adaptativas e processos de decisão econômica, as quais são em última instância representadas pelas estratégias de reprodução grupal, produção econômica e troca abordadas em suas perspectivas sincrônica e diacrônica. Esta concepção equivale à afirmação que adaptação ambiental pode ser analisada de dois pontos de vista: 1) o da adaptação local e as estratégias necessárias na produção e estabelecimento de relações de troca nos limites dos grupos; 2) e o da participação das populações no contexto da economia política.

A adesão a esta perspectiva teórico-metodológica veio a tornar necessário o diálogo com as teorias explicativas representadas pelo substantivismo, cuja proposta básica é que as pessoas são seguidoras de ordens, em que tradições são vistas como guiando todo comportamento. Não tendo uma concepção clara sobre disponibilidade

de bens, essa perspectiva considera que há equilíbrio entre a população e os bens que esta necessita, sendo o desequilíbrio socialmente provocado, i.e.: a ideia de escassez de bens. Seu contraponto é a concepção formalista em economia, ou economicismo, cuja premissa fundante é de que existem desejos infinitos a serem preenchidos, o que pode ser traduzido em “bens escassos e necessidades crescentes”. Por outro lado, a ecologia cultural baseia-se a premissa de necessidades de várias ordens, sendo estas preenchidas de acordo com as disponibilidades locais de recursos por meio de várias estratégias, assim como da troca estabelecida com outros grupos, i.e.: ideia de economia doméstica *versus* economia política.

Em contraponto à concepção capitalista de desenvolvimento a qualquer custo que predominou entre as décadas de 50 a 70 do século passado, esta foi substituída pela ideia de desenvolvimento sustentado, o qual tem no fim da década de 1980 e início da década de 1990 sua versão mais acabada representada pelo ecodesenvolvimento. Na visão de Ignacy Sachs (2004) esta concepção tem como tripé a justiça social, a prudência ecológica e a eficiência econômica, podendo ser definido como: “a busca de padrões de aproveitamento dos recursos naturais que obedeçam aos três critérios acima mencionados, adaptados às condições de cada região” (SACHS, 2004: 45). Desta forma, a ênfase do ecodesenvolvimento se faz em analisar o potencial de recursos aproveitáveis dentro de um ecossistema e propor as soluções (tecnologia, organização, instituições) não exclusivamente técnicas, pondo em marcha experiências ou configurações concretas, reais, com os atores reais do processo que deve seguir e avaliar os resultados das experiências.

Como parte da relação dicotomizada de fornecimento de estruturas de mercado internas e mundiais, as culturas podem ser caracterizadas em termos de consumo doméstico *versus* exportação. A produção de oferta doméstica é realizada por empresas capitalistas e camponesas sob diferentes escalas de produção e uso de mão-de-obra contratada. Do lado da oferta, são identificados três tipos de bens: 1) bens importados; 2) bens produzidos por uma organização agrícola capitalista; e 3) bens produzidos por camponeses.

Do lado das condições de demanda que são vistas como estabelecidas pelo local de consumo (isto é, uso doméstico *versus* exportação), cinco categorias conceituais de *commodities* são consideradas: 1) alimentos produzidos por camponeses; 2) bens de mercado (*cash crops*); 3) cultivos para atender demandas industriais; 4) cultivos de luxo; e 5) cultivos para exportação (DE JANVRY 1981).

A tomada de conhecimento destas propostas teóricas certamente veio a influenciar minhas novas decisões, levando-me a pensar no estudo de sistemas camponeses tradicionais que pudessem constituir um contraponto ao campesinato no Brasil e sua diversidade, particularmente aquela com a qual até então eu tinha maior contato e

conhecimento, mesmo de ponto de vista de leituras etnográficas que realizará para elaborar um “master’s paper” e obter o título de mestre em antropologia.

### **Campepinatos europeus e Polônia: tomando um atalho para o Paraná?**

Em consequência da exposição às discussões e consolidação de interesses e direcionamentos teóricos e metodológicos acima apresentados, me aproximei das discussões sobre os campepinatos europeus e movimentos migratórios a partir da leitura da obra de William Isaac Thomas e Florian Znaniecki (1918) e, particularmente de um livro de autoria de Witold Kula e outros (1976), que tratava da imigração polonesa para o Brasil e Estados Unidos da América nos anos de 1890 e 1891.

O estudo de Thomas e Znaniecki que tem como base documentos pessoais, trata da imigração e presença de camponeses de origem polonês nos Estados Unidos. Esta obra é considerada um dos mais destacados clássicos da sociologia. Já a mencionada publicação de Witold Kula, um historiado de origem polonesa, resultou da análise de cartas enviadas pelos imigrantes que foram retidas pelo governo polonês, que deixou de entregá-las aos destinatários, em busca reduzir o fluxo emigratório responsável pela redução populacional de algumas áreas da Polônia, particularmente das chamadas terras baixas, da região próxima a Varsóvia, e das terras altas da Galícia no sul do país, onde a disponibilidade de terras era insuficiente para manter o campepinato local. Este estudo chamou minha atenção sobre o campepinato polonês, que naquele momento convivia com a crise política do socialismo polonês do início da década de 1980, sendo os camponeses parte uma das principais forças conservadores antissocialistas, organizados sob a forma de partido político do trabalhador rural, em oposição ao partido do trabalhador urbano, de orientação socialista.

Durante todo o ano acadêmico norte americano de 1982-83 dediquei-me a conhecer a bibliografia disponível sobre campepinato na Europa, nos países do bloco socialista e, particularmente, na Polônia, sua história, economia e escassos estudos antropológicos sobre vilas camponesas, a exemplo de autores como Nagengest (1982), Obuski (1976), Pfeifer (1956) e Pine e Bogdanowicz (1982). A crise econômica e política pela qual passava o país naquele momento propiciou o surgimento do Sindicato Solidariedade (a data de 17 de agosto de 1980 é tomada como momento de fundação, contudo, seus antecedentes são encontrados no ano de 1979), com seus métodos de resistência civil não-violenta para fazer avançar a causa dos direitos dos trabalhadores e provocar mudanças sociais que culminaram com a democratização

do Estado Polônês em fins da década de 1980. Este foi o fator determinante para que eu não conseguisse realizar o estudo pretendido<sup>16</sup>.

Uma vez frustradas minhas possibilidades de realizar o estudo proposto na Polônia, busquei como alternativa estudar colonos de origem polonesa no sul do Brasil, para onde me dirigi em setembro de 1983, contudo, tendo como plano posterior de realizar estudo comparativo com o campesinato polônês, na própria Polônia.

A proposta de meu projeto foi de estudar os processos e estratégias de adaptação socioambiental por meio de mediadores culturais, os processos produtivos e de tomada de decisão econômica relacionados à produção e trocas e a forma como os camponeses se articulam aos sistemas ecológicos, econômicos e sociais mais amplos, dos quais são partes segmentares. Esta questão teórica para a qual meu estudo buscava respostas, que implicava em compreender e analisar as complexas condições ambientais e relações estabelecidas por uma população de colonos camponeses de ascendência polonesa no sul do Brasil, me levou escolher a Colônia Murici, no município de São José dos Pinhais, no Paraná. Entre as razões da escolha estava não apenas por ser esta a mais antiga colônia de poloneses estabelecida no Paraná, com data de fundação em 1874, mas também pelas condições e diversidade de ambientes ali presentes<sup>17</sup>, assim como pela forma desigual, dependente e periférica ao modo de produção capitalista que aquela veio a se desenvolver.

---

16 A Rockefeller Foundation, que financiaria meu trabalho de campo, após insistência minha de realizar o estudo mesmo naquele momento de dificuldades políticas, estabeleceu condições de financiamento que impossibilitaram a realização do estudo na Polônia.

17 A Colônia Murici se encontra no denominado Primeiro Planalto do Paraná, na Serra do Mar, com altitudes variando entre 900 e 1.014 metros, com a presença de diversos microambientes que exigem estratégias adaptativas diferenciadas para obter resultados satisfatórios na produção de diversos tipos de alimentos que supriam os mercados Curitiba, Joinville, São Paulo e cidades menores entre aquelas.

Imagem 9 - Colônia Muricy: horta doméstica no entorno de residência tradicional



Foto: Carlos Caroso, 1984.

O estudo veio a exigir a cuidadosa compreensão dos fatores ambientais que influenciaram a ocupação do território do Brasil e seu desenvolvimento cultural. Busquei, assim, compreender o continuum analítico de tipos de camponeses, de forma a situar aqueles colonos na posição de pós-camponeses que se encontravam em franco processo de transição para a categoria de *family farmers*, dado sua capacidade empresarial e disposição para inovar e empreender, observando, contudo, a lógica camponesa da experimentação e tomada de riscos (JOHNSON, 1972; CAROSO, 1995).

Imagem 10 - Carroção polonês para suporte ao trabalho na agricultura



Foto: Carlos Caroso, 1984.

As características do sistema camponês representado pela Colônia Murici foram discutidas do ponto de vista: 1) das estratégias adaptativas desenvolvidas por aqueles colonos; 2) de sua eficiência como economia camponesa; 3) de seu processo de transformação em fornecedores de mercado modernos em consequência da integração comercial que aceleradamente experimentavam; 4) dos mecanismos de readaptação e permanência de sistemas camponeses organizados de forma simultânea e periférica à empresa capitalista; e 5) das formas de articulação do modo de produção camponesa, representado pela economia da Colônia Murici, ao modo de produção capitalista da moderna economia do Brasil.

A proposta de abordagem da ecologia cultural tornou possível discutir os condicionantes demográficos dos processos culturais, sem descuido da relação entre a população, ambiente e processos histórico-culturais que atuam para a construção daquelas estratégias adaptativas em resposta às condições socioambientais. Os processos histórico-culturais referidos são representados pelo conjunto integrado de estratégias adaptativas que podem ser encontradas naquele grupo que passa por mudanças rápidas e significativas em suas características socioculturais, sem, contudo, perder seus referenciais identificadores e representações étnicas que os diferenciam

dos outros grupos vizinhos e, dos brasileiros, como costumam se referir aos não poloneses, ou neo-brasileiros de outras origens: italianos, ucranianos, alemães e outras nacionalidades e origens étnicas.

Imagem 11 – Mão de obra familiar no plantio agrícola



Foto: Carlos Caroso, 1984.

Em princípio a questão étnica identitária não faria dos meus interesses, já que inicialmente o objeto de estudo eram as estratégias adaptativas de camponeses poloneses que resistiram ao socialismo, mantendo seu modo de vida à despeito das segundas tentativas de coletivização por parte do estado socialista polonês. Ao ter de optar por realizar o estudo entre colonos de origem polonesa no sul do Brasil, reapareceu a questão étnica e identitária sob outra forma, diferente daquela da questão indígena com a qual eu tinha alguma familiaridade, o que me levou a buscar compreender a relação entre identidade étnica, a organização sociocultural e as suas estratégias adaptativas.

Ao longo do estudo foi possível constatar que na Colônia Murici a identidade étnica incorpora elementos tanto da ascendência e herança étnica polonesa, quanto da sua situação de população que constitui parte de um sistema demográfico regional mais amplo do qual se diferencia pela identidade de polonês, a qual é frequentemente representada em conjunto com a condição social de colono. A peculiaridade

de ter características étnico/culturais distintas é um importante fator na permanência do grupo relativamente fechado para contato com seus vizinhos de identidades diversas, estes representados pelas outras populações neo-brasileiras com as quais convivem na área.

Imagem 12 – Casa típica do momento inicial da colonização, exposta no “Parque do Papa” em Curitiba



Foto: Allen Johnson, 1990.

A identidade étnica, encontra-se, assim, permeada por dois elementos bastante significativos e complementares. O primeiro é constituído pela própria identificação étnica específica deste grupo, a qual é manipulada como identidade de “polonês” ou “polaco” nos diversos contextos de relacionamento social. A segundo é representado pela identidade social dos habitantes da Colônia, definida como colono, portanto, diferenciadora dos outros segmentos sociais rurais e não rurais, aos quais estes diversamente se situam em posição de superioridade ou inferioridade social e econômica de acordo com as situações tomadas para comparação.

Um aspecto de grande relevância na compreensão da identidade destes colonos de origem polonesa parece se encontrar na possibilidade de desvendar os mecanismos que envolvem as representações coletivas da identidade étnica. Neste sentido, a discussão das representações étnicas foi relacionada à estrutura demográfica e

organização social da Colônia, tendo como centro de análise a família e o grupo doméstico estruturado sobre uma propriedade rural, a qual representa um complexo e é comumente constituído de mais de uma unidade doméstica. Naquele momento pude compreender que a organização sociocultural presente na Colônia era responsável pela manutenção e estabilidade homeostática da identidade polono-brasileira, a despeito das forças externas que potencialmente poderiam ter levado tais representações coletivas à extinção, e que naquele momento aceleravam sua integração às representações étnicas brasileiras.

## Novos retornos e novos projetos

O retorno à UFBA se fez em duas etapas, a primeira, em fins do ano de 1984, após ter chegado a um final que eu considerava provisório do trabalho de campo na Colônia Murici e retornado à Bahia. Os planos iniciais de fazer o estudo do campesinato de origem polonesa no Brasil, para, em seguida, realizar estudo comparado com o campesinato na Polônia foram inviabilizados, tanto pelas dificuldades de financiamento já tratadas, como pelo longo envolvimento meu com o estudo de campo no Paraná. Terminei com a sensação comum aos antropólogos de que tem sempre algo mais a ser achado, compreendido, interpretado e explicado. A segunda etapa do retorno se deu em agosto de 1987, após ter passado novo período de um ano na UCLA para escrever a tese, contudo era inviável ser feita a defesa por conta da ausência dos docentes no período de verão norte americano, o que tornou necessário um retorno breve em início de 1988 para, enfim, submeter a tese formalmente a uma banca e tê-la aprovada.

Com relação ao estudo do campesinato na Polônia, a proposta nunca foi concretizada. Restou-me o conforto de ser convidado pela Academia Polonesa de Ciência no início da década de 1990 para participar de uma sessão de palestras acadêmicas na qual falei sobre o campesinato de origem polonesa no Brasil. Na ocasião tive a oportunidade de ser levado a fazer visitas oficiais a fazendas estatais, cooperativas e produtores individuais em franca expansão econômica ainda sob administração do Estado Socialista, que eram exibidos como resultado do sucesso do socialismo. Para completar a experiência, em um momento em que falei sobre meu trabalho para uma sessão pública na Academia, um jovem professor que era membro ativo

do Solidarietà se aproximou para me questionar sobre onde tinham me levado, e consultou-me se eu queria conhecer o “outro lado”<sup>18</sup>. Aquele lado era representado pelo campesinato que eu desejava conhecer antes de ter que escolher ir para o Paraná para meu estudo. Eram moradores de vilas camponesas antigas, que resistiram ao socialismo e mantiveram a organização social tradicional, seus meios de produção privados, relações de troca e mercados, e autonomia em relação ao estado socialista. Fui levado a casa de um moleiro, cuja família era proprietária do moinho privado da vila a cerca de quatro séculos. Ele manteve suas parcerias inalteradas durante todo os anos do socialismo polonês, a despeito do Estado ter construído um gigantesco moinho nas cercanias da vila, que nunca funcionou plenamente por falta de suprimento de grãos, já que estes eram processados no moinho privado da vila.

### **Colaborando e mantendo vínculos com UCLA**

O retorno à Bahia e à UFBA se deu em agosto de 1987, contudo não significou o término da relação com a UCLA nem com meu agora ex-orientador de doutorado. Assim é que em meados de 1988 e na mesma época em 1989 retornamos juntos à fazenda Boa Ventura no Ceará para dar continuidade ao estudo das mudanças que ali ocorreram com nas relações de trabalho, produção e relações socioeconômicas e condições socioambientais. Era uma nova volta ao estudo iniciado por Allen Johnson em 1965-66, que eu dera continuidade em 1982.

Naqueles dois anos, lideramos um programa da *University of California at Berkeley*-UCB denominado *University Research Expedition-UREP*, destinado a levar principalmente professores de ensino médio, estudantes e profissionais interessados a conhecer outras realidades em várias partes do mundo, estes se engajando nos projetos que tinham interesse para desempenhar todas as atividades que lhes eram atribuídas, oportunidade em que eram treinados para as atividades por seus líderes.

---

18 Vale a pena lembrar que grande parte membros da Academia Polonesa de Ciência eram identificados com a velha guarda, filiada ao partido do trabalhador urbano. A diferença entre aqueles que se encontravam no poder e os aspirantes à tomada do poder era clara. Enquanto fui levado em veículo particular para conhecer a faceta rural da Academia, seguido de almoço acompanhado com muita vodca, todas as despesas pagas com recursos públicos; na viagem feita com o professor fomos de trem, tivemos de fazer um caminha a pé de cerca de uma hora e meia para chegar à vila que pretendíamos, para em seguida à visita sermos levado de carro (de fabricação russa e bastante velho) pelo moleiro para o almoço em um restaurante de uma vila camponesa, no qual fui anfitrião para os dois parceiros que me levaram a uma das mais interessantes incursões em toda a viagem.

Em ambas os momentos tivemos equipes com grande diversidade de formações e interesses, todos relacionados a nossa proposta ou que queriam aprender sobre as questões ali colocadas. Assim se deu essa experiência com pessoas com formação nas ciências sociais, ciências biológicas, profissões da saúde, engenharia aeronáutica, agronomia, computação, administração, economia e, mesmo, uma jovem que era modelo fotográfico de Santa Mônica na Califórnia, todos em busca de novos interesses e perspectivas e, sobretudo, curiosos e dispostos a aprender sobre o outro.

Num terceiro ano, 1990, em que liderei um grupo de profissionais engajados na UREP sem a participação de Allen Johnson, o projeto foi sobre nutrição infantil, realizado em Subaúma, no Litoral Norte da Bahia, tendo na ocasião significativo número dos 14 participantes, a maior parte com formação em áreas de saúde. Surpreendentemente, os resultados daquele projeto identificaram várias práticas alimentares dificilmente computadas, ou, mesmo, que escapam nos inquéritos alimentares, que contribuem para a manutenção de níveis adequados dos nutrientes necessários ao desenvolvimento das crianças, sendo grande parte destes consumidos fora do âmbito doméstico, em momentos de perambulação e brincadeiras de aprender, como é comum em áreas rurais e assemelhadas.

No ano de 2001 Allen Johnson e eu voltamos com outros colegas para visitar a Fazenda Boa Ventura. Para nossa completa surpresa esta não era mais de um único proprietário, pois tinha se tornado uma propriedade coletiva com o pomposo nome de “Assentamento dos Assentados e Assentadas da Fazenda Boa Ventura”. Nesta ocasião voltamos a acompanhar a mudanças. Retornei ali pela última vez no ano de 2003, em companhia de uma estudante de mestrado que fazia seu trabalho sobre cuidado materno infantil e minha companheira Soraya Soares, mãe de minha filha.

Após essa visita, Allen Johnson e eu decidimos trabalhar na redação de um livro que contemplasse a mudança que acompanhamos durante quase quatro décadas na Fazenda Boa Ventura. Naquele momento ele era diretor do *Latin American Studies Center-LASC* da UCLA, e convidou-me a passar o ano acadêmico naquela universidade como professor visitante no Departamento de Antropologia e LASC, período durante o qual trabalhamos na elaboração do livro intitulado “*From Tenants to Settlers: The Transformation of a Rural Brazilian Community Across Two Generations*”. Embora o livro fosse completado em setembro de 2002, quando retornei à UFBA, sua publicação não ocorreu até o momento. Atualmente coloco o mesmo entre as minhas dívidas acadêmicas a serem adequadamente tratadas e pagas, mantendo a principal autoria de Allen Johnson que se aposentou atualmente desenvolve outras atividades fora da academia.

Imagem 13 – Ao lado de Allen Johnson, como professor visitante na UCLA



Foto: autoria desconhecida.

Minha experiência como professor visitante na UCLA foi bastante produtiva. Me responsabilizei por cursos na graduação, particularmente sobre diversidade na América Latina e no Brasil, assim como em curso de pós-graduação, onde fui responsável pelo ensino de métodos de produção e análise de dados na pesquisa em antropologia, em ambos os casos substituindo Allen Johnson que tivera todo um ano para dedicar-se exclusivamente à pesquisa. Esta experiência também resultou na vinda de alguns estudantes para realizarem seus estudos na Bahia, sob co-orientação minha e de Allen Johnson, com resultados bastante importantes.

### **Aproximação da área de saúde coletiva**

Ao recém chegar do doutorado, meu interesse em Antropologia Médica que se desenvolveu na UCLA, me levou a buscar contato com colegas do então Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina, que vieram a se tornar bons interlocutores de alguns interesses convergentes. O professor Sebastião Loureiro era responsável por um grande projeto sobre doenças tropicais transmissíveis, ao qual

buscava dar uma abordagem antropológica, porém, bastante limitada, já que o trabalho dos antropólogos era visto como auxiliar, e a ser desenvolvido em momentos específicos, particularmente na confecção de “questionários” e sua aplicação, sendo a concepção e responsabilidade pela interpretação-análise final de responsabilidade dos “cientistas”. Esta aproximação, contudo, resultou em melhorar a compreensão do papel dos antropólogos e sua contribuição para com o estudo da área de saúde, tendo eu participado da fundação do curso de doutorado em Saúde Pública como sexto membro do Colegiado, número mínimo exigido pelas normas da UFBA para o funcionamento dos cursos de pós-graduação. Embora o Mestrado em Saúde Coletiva, existente desde 1968, fosse bastante bem-sucedido, o número de doutores na área ainda era muito reduzido em fins da década de 1980.

Minha atuação na área de antropologia da saúde e proximidade da área de saúde coletiva, também resultou em conhecer o trabalho do professor Roberto Moraes, da área de engenharia sanitária, que buscava parcerias que lhe permitisse compreender como as concepções e comportamentos atuavam de modo a agravar as condições de incidência da diarreia infantil em algumas áreas da bacia do rio Camarujipe em Salvador. Este rio corre inteiramente dentro da cidade de Salvador e sua área de inundação e região não inundável próxima foi ocupada por moradias construídas de maneira irregular, que vieram a ter soluções de drenagem e abastecimento de água inadequadas, o que colocava a população e, particularmente, as crianças, em situações de alto risco e vulnerabilidade socioambiental.

Esta situação era representada particularmente pela transmissão ambiental e ocorrência de várias doenças respiratórias e diarreicas, estas última com alta incidência principalmente em crianças, elevando, assim, os níveis de morbidade e mortalidade nas faixas etárias mais jovens. Este projeto criou condições para minha participação em eventos relacionados ao tema na Inglaterra, assim como motivou-me a desenvolver estudo relacionado à antecipada epidemia de cólera humana, prevista para ocorrer no Brasil em princípios da década de 1990, criando, assim, importantes oportunidades de inserção nas discussões internacionais sob o patrocínio da Organização Panamericana de Saúde-OPAS.

Com vistas a continuar a participar das discussões sobre a questão que naquele momento se apresentava com uma grave ameaça à saúde pública, fui convidado para participar do seminário que se organizou na Guatemala, na cidade de La Antigua Guatemala, o veio permitir o estabelecimento de dialogo acadêmico com colegas da área de Antropologia da Saúde, com consequências bastante relevantes sobre os estudos que naquele momento eu realizava com uma equipe de estudantes de graduação.

## **Começando com o estudo de doenças tropicais transmissíveis**

A aproximação do estudo das doenças tropicais transmissíveis me conduziu a desenvolver um estudo sobre as atividades e práticas que acentuam o risco da incidência de leishmaniose mucocutânea município de Irará. Nos anos de 1989-90 o município de Irará apresentava um dos mais altos índices de ocorrência na Bahia. Além de buscar identificar as concepções das pessoas sobre os fatores envolvidos na ocorrência da leishmaniose mucocutânea, o estudo também buscou identificar e compreender como as pessoas tratavam a doença, desde o reconhecimento da forma como a contraíam, ao uso de recursos terapêuticos biomédicos disponibilizado nos serviços de saúde da cidade, e de recursos terapêuticos da medicina disponibilizada pelo setor comunitário em saúde, assim como o paralelismo no uso dos diferentes recursos disponibilizados.

60

O estudo então conduzido teve apoio do CNPq, participando daquele estudantes de graduação como auxiliares em campo, vindo a resultar em uma publicação com autoria coletiva, além de duas dissertações sob minha orientação no Mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Seus principais objetivos foram de compreender a importância das práticas etnomédicas, representadas por modelos etiológicos, práticas preventivas e tratamento das doenças infectocontagiosas, especialmente das doenças tropicais.

A geração deste conhecimento, publicado sob o título “Cuidados de Saúde nas Doenças Tropicais Transmissíveis: Pluralismo Médico no Tratamento da Leishmaniose” (CAROSO; DIAS; OLIVEIRA, 1991), exigiu que fossem identificados os modelos explicativos, representados pelas concepções etnomédicas e modelos etnosemânticos sobre doenças, agentes causadores e formas de tratamento considerados adequados para cada caso específico; as variáveis socioculturais, i.e., os fatores comportamentais envolvidos no processo de distribuição espacial, distribuição social e transmissão das doenças por aumentarem a exposição e risco dos indivíduos; as concepções relacionadas aos estados de morbidade tal como são percebidos do ponto de vistaêmico; as variáveis envolvidas no comportamento individual e coletivo, constituído de estratégias adaptativas, crenças e valores culturais tradicionais no que se refere à saúde e aos seus cuidados; a elaboração de um modelo multifatorial de causação de doenças que tomou em consideração os modelos etnosemânticos, como parte do esforço para superar o modelo biologista frequentemente utilizado nos estudos epidemiológicos das doenças tropicais transmissíveis. Por fim, procedeu-se a identificação de alternativas culturalmente aceitáveis que pudessem vir a contribuir para a elaboração de projetos de educação em saúde, de forma a prevenir e diminuir a ocorrência de casos de infecção por doenças transmissíveis que tivessem como variável importante o comportamento dos grupos sociais afetados por aquelas doenças.

O estudo realizado buscou estabelecer relações dos fatores ambientais (não-bióticos, bióticos, histórico-culturais) com o comportamento cultural e as alterações produzidas no ambiente como resultado de ações humanas que podem afetar a saúde das populações envolvidas. A orientação teórico-metodológica correspondia aquela da adaptativa cultural na Antropologia Médica, no sentido de buscar compreender a saúde/doença como fator crucial na adaptação humana e sucesso reprodutivo dos grupos.

A proposta final do estudo foi de elaborar um modelo êmico de causação de doenças, considerando múltiplos fatores envolvidos (causas naturais, espirituais, resultantes do trabalho, vulnerabilidade da pessoa etc.), como parte do esforço para superar as limitações às causas biológicas/naturais, frequentemente utilizadas nos estudos epidemiológicos das doenças tropicais transmissíveis, noção estas que muitas vezes dificultam as ações preventivas e os tratamentos.

### **Virada para os estudos em saúde mental: início de duradoura parceria**

Meu envolvimento com o projeto “*Social and Cultural Landmarks for Community Mental Health (Brazil)*” se deu em resposta ao convite de colega Naomar Almeida<sup>19</sup>. Ao retornar de um período de estágio de pesquisa no exterior Naomar me apresentou a proposta de colaboração com colegas no Canadá, Gilles Bibeau, da Universidade de Montreal, e Ellen Corin, do Douglas Hospital e Universidade de McGill. Tratava-se de pesquisa no campo da saúde mental que envolvia grupos em vários países. Naquele momento incluía a Índia, Peru, Mali e Costa do Marfim, juntaram ainda pesquisadores do Peru, Argentina, Itália e Cuba, quando foi realizada a primeira reunião do grupo em Salvador em junho de 1990. O estudo era liderado pela *International Network for Cultural Epidemiology and Community Mental Health-INECOM*, e financiado pelo IDRC e SSHRC-Canadá, tendo à frente seus já mencionados idealizadores.

No curso dos anos 1990 foram realizadas as duas etapas ou fases previstas no projeto. Na Fase I estudou-se *os sistemas de signos, significados em práticas relacionadas à saúde mental*. Nesta etapa foram identificadas percepções e representações sociais da comunidade a respeito do que definem como comportamentos problemáticos

.....

19 Naomar e eu nos conhecemos e nos aproximamos quando fazíamos mestrado na UFBA em 1976. Ele fazia o Mestrado em Saúde Comunitária, do Departamento de Medicina Preventiva da FAMED, e veio participar de um seminário em métodos de pesquisa com um professor visitante norte americano, James Converse, que se encontrava no então denominado Mestrado de Ciências Sociais por meio do suporte dados àquele curso pela cooperação com a *Rockefeller Foundation*.

interpretados como signos de doenças mentais. O primeiro domínio desta pesquisa, sistemas de saúde mental, foi constituído de dois níveis de pesquisa: 1) um nível “macro”, ou institucional, representado pela rede de recursos nos cuidados em saúde (isto é, agências e agentes), que é utilizada pelos doentes mentais, nesta incluídas as políticas e o planejamento; e 2) um “micro” nível, que se organiza na interface entre pacientes e praticantes e praticantes/cuidadores que atuam no contexto institucional. A ênfase deste “micro-nível” se deu na descrição dos modelos de prática prevalentes que são utilizados nos vários contextos institucionais selecionados.

Na Fase II o foco recaiu sobre o estudo dos 1) sistemas de atenção em saúde mental e das 2) estratégias de gestão e convivência com os distúrbios mentais. O objetivo geral que veio a articular as duas fases do projeto foi de contribuir com o desenvolvimento de uma rede de base comunitária, sustentável e culturalmente sensível, para promover os cuidados em saúde mental. Nesta fase o estudo denominada “*Illness Management Strategies and Mental Health Systems in Bahia, Brazil*”, veio a ser não apenas um prolongamento e aprofundamento do conhecimento obtido na Fase I. Buscou-se a identificação de recursos comunitários para o cuidado dos doentes mentais: padrões de uso de serviços (ou seja, processo de busca de ajuda), nas redes de apoio social e nas estratégias de gestão desenvolvidas e utilizadas pela comunidade para lidar com casos reais de seus membros portadores de problemas mentais. Destacaram-se em meios àqueles recursos a presença de terapeutas tradicionais de base religiosa, particularmente aqueles vinculados ao Candomblé. Encontrava-se entre aqueles um praticante que veio a ser tratado como um terapeuta exponencial por suas reconhecidas habilidades em cuidar de pessoas com problemas mentais.

Imagem 14 – “Miguel do Matão”, terapeuta tradicional reconhecido como especialista em saúde mental



Foto: Carlos Caroso, 1994.

Em todas as duas fases da pesquisa, juntamente com Naomar Almeida, fomos os pesquisadores responsáveis pelos estudos realizados em várias localidades do município de Conde, localizado no litoral norte da Bahia, onde atuamos intensamente em ambas as fases do programa de pesquisa e seus desdobramentos ulteriores. Os produtos acadêmicos do estudo foram constituídos de comunicações apresentadas em diversos eventos científicos no Brasil e em outros países, publicações em coautoria entre os membros do grupo sob forma de artigos e capítulos de livros publicados em veículos nacionais e de circulação internacional (ver publicações e outros produtos ao fim), dissertações de mestrado, teses de doutorado, estágios de doutorado (sanduíche) e estágios de pós-doutorado sob orientação/supervisão dos professores responsáveis pelos projetos, além de estimular a elaboração de outros projetos que tiveram segmento até a primeira década dos anos 2000.

Imagem 15 – Feira do Conde – óleo em tela, Marcia Lins



Foto: Carlos Caroso, 1996.

O projeto foi temporariamente suspenso, contudo nunca terminado. Ficaram as dívidas e promessa de mais produtos e o interesse que gerou vários outros novos interesses. Retomarei esta questão mais adiante, para trazê-lo de volta de um passado próximo para o momento atual em que faço mais um retorno em busca de encontrar lacunas em minha carreira e maneiras e me empenhar em saldá-las. Neste sentido

peço aos que generosamente dispensam seu tempo à leitura deste memorial que se propõem ser autoetnográfico, que aguardem pacientemente até o próximo ato que denomino de “O retorno aos projetos: o legado e apropriação do futuro”.

### **O “túnel”<sup>20</sup> que me levou ao tempo do MAE**

Ao atender uma solicitação que me foi feita pelo reitor da UFBA, Naomar de Almeida, então meu parceiro de pesquisa, para que eu o representasse no Conselho Deliberativo do Museu de Arqueologia e Etnologia-MAE, não poderia imaginar que aceitá-la viria a afetar tão profundamente minha vida acadêmica. A hesitação inicial em assumir o Conselho e, posteriormente, a diretoria do MAE, tinha como razão os interesses e disputas que eram travadas pelo controle do museu, das quais eu tinha conseguido me manter ao largo, em grande parte em razão de manter minhas atividades de pesquisa inteiramente no Instituto de Saúde Coletiva onde atuava no PPGSC, o que me garantia distância segura das disputas que ocorriam na FFCH. A querelas envolviam colegas do Departamento de Antropologia, do Departamento de História e do Departamento de Museologia, assim como outros professores da FFCH e funcionários do próprio museu. Os problemas que se alongavam por décadas, se agravaram naquele momento, por conta de denúncias com relação ao funcionamento irregular da Associação de Amigos do MAE (AAMAE), que veio a predominar sobre todas as atividades do museu.

A associação de amigos foi idealizada e criada pelo professor Pedro Agostinho, que acertadamente via nesta a possibilidade de conseguir suporte para as atividades do museu. Contudo, a apropriação da associação por parte de um grupo associado a um dos arqueólogos que atuava no MAE, desviou as funções previamente definidas para a AAMAE. Esta Associação passou vender serviços por meio de contratos para realizar projetos de salvamento de bens arqueológicos em nome da UFBA; manteve pessoal e atividades irregulares nas instalações destinadas às atividades institucionais; por fim, não prestou contas à Universidade de suas atividades e ganhos financeiros, enquanto os acervos e as próprias instalações do museu eram seriamente afetadas e ameaçadas pela recorrente incúria para com os bens públicos sob guarda de uma instituição federal de ensino e pesquisa. Aquelas foram as principais causas

---

20 Para os que não conhecem ou não fazem a relação, o sítio arqueológico em que se encontra instalado o MAE tem antiga uma passagem de entrada e saída, atualmente em nível inferior ao do Terreiro de Jesus, o que a inutilizou para o uso inicial. Sua semelhança com um túnel faz com que seja tratado como tal e, sobre aquele elaboradas várias estórias que atribuem ao local certo ar de mistério que desafia a criatividade de todos que as ouvem.

das disputas, insatisfações e, finalmente, rotura das relações entre os membros dos grupos que ali atuavam. Uma vez tomando conhecimento das irregularidades por meio de denúncias feitas na imprensa de Salvador, a Reitoria da Universidade entrevistou no MAE, com instauração de procedimento administrativo disciplinar para apurar os relatos que eram feitos sob forma de acusações, afastamento do museu de todos diretamente envolvidos nas atividades da AAMAE, que eram os responsáveis pelos graves prejuízos e ameaça às atividades educativas do museu.

Imagem 16 – “Túnel” no Museu de Arqueologia e Etnologia



Foto: Carlos Caroso, 2005.

Vencida a primeira etapa de reorganização do Conselho Deliberativo, que contou com a presença e decisiva atuação dos colegas Ordep Serra, então chefe do Departamento de Antropologia e Manoel José Ferreira de Carvalho, pró-reitor de atividades de extensão, apresentou-se a necessidade de ter um dirigente novo que conhecesse a problemática, sendo Ordep e eu reconhecidos como potenciais candidatos. Contudo, por deferência dele, a escolha recaiu sobre meu nome. Assim, em outubro de 2004 assumi a direção do MAE, tendo como vice diretora a professora Suely Cerávolo, do Departamento de Museologia da UFBA, recém chegada à Bahia, o que constituía uma vantagem por ela não fazer parte de qualquer dos grupos que disputavam o controle do MAE.

Imagem 17 – Testemunho da situação em que se encontrava a RT em 2004



Foto: Carlos Caroso, 2004.

Imagem 18 – Testemunho da situação em que se encontrava a RT em 2004



Foto: Carlos Caroso, 2004.

Imagem 19 – Inventário e requalificação de acervos e reserva técnica



Foto: Carlos Caroso, 2007.

Imagem 20 – Reserva técnica após perícia e requalificação em 2007



Foto: Carlos Caroso, 2007.

As primeiras providências exigiram o fechamento total do MAE ao acesso público para requalificar seu espaço, suas peças e exposições, mesmo não dispondo de recursos financeiros para isto. Esta intervenção só se tornou viável em razão do intenso trabalho de toda a equipe renovada, a colaboração da Escola Oficina que então atuava na restauração do prédio da Faculdade de Medicina, do qual faz parte as instalações do MAE. O apoio da direção da Faculdade de Medicina, naquele momento dirigida pelo professor José Tavares Neto, que disponibilizou uma sala para permitir a integração com o Museu Afro Brasileiro-MAFRO, e a importante e decisiva colaboração, *pro bono*, da Doc-Expõe Gestão Museológica e Documental, uma empresa do setor privado, especializada em museologia foram de fundamental importância para a inauguração de uma nova fase do museu. Após quatro meses de intenso trabalho o MAE foi reaberto para visitação. Como resultado do investimento em divulgação e da integração com a visitação do MAFRO, seu público anual saltou de pouco mais de quatro mil, no ano de 2004, para mais de trinta e seis mil visitantes, no ano de 2006, o que veio a garantir recursos próprios para dar continuidade à requalificação necessária às exposições. Os desafios que se apresentaram a partir daquele momento foram os de como manter e expandir o público, por meio de ações continuadas que viessem a dar sustentação ao MAE.

Alguns esforços de captação de recursos que permitissem a implantação de novos equipamentos expositivos foram feitos, merecendo destaque os resultados positivos obtidos com um edital do Programa Petrobras de Cultura, que possibilitou elaborar e implantar novo Projeto Expográfico, incluindo mobiliário expositivo, iluminação e sinalização qualificada com identificação das peças expostas em todo o museu. Estas ações completaram as iniciativas anteriores de construir uma escada interna de integração entre os MAFRO e MAE, uma bilheteria e bilhete de ingresso comum aos dois museus, uma modesta, contudo atrativa, loja de souvenir com venda de réplicas das peças em exposição, livros da Editora da UFBA, catálogos, pôsteres e folhetos, entre outros artigos, com os resultados revertidos para sustentar as atividades do museu.

Em ação simultânea à requalificação do espaço expositivo e exposições, somado às estratégias de captação de visitantes, mostrava-se necessário por demanda da administração central da Universidade, não apenas promover uma perícia técnica<sup>21</sup> em todo o acervo para identificar possíveis desvios ocorridos, mas também trazer atividades de pesquisa e extensão para o MAE. Para tal foram utilizadas várias estratégias, entre estas a contratação de projetos de arqueologia, de forma a manter uma equipe

---

21 A perícia técnica dos acervos foi realizada sob a coordenação da professora Suely Cerávolo, contando com responsabilidade pericial do professor Marcos Albuquerque, da UFPE, conhecedor do acervo do professor Valentin Calderón, com quem atuou em vários projetos.

de pesquisadores em atividades que adicionassem conhecimentos sobre o patrimônio arqueológico no território baiano, assim como o apoio a outras atividades voltadas para a atração, desenvolvimento de interesses e formação de públicos de vários tipos.

No que se refere à renovação de exposições foram incorporadas novas tecnologia e elementos nas exposições permanentes. Outros elementos de características mais duradouras, ou perenes, foram ressignificados, como também se estabeleceu a rotina de exposições temporárias com vários tipos de características. Abriu-se, assim, a pauta de exposições para dar oportunidade a estudantes de várias áreas exporem seus trabalhos, a exemplo de estudantes indígenas levarem a público elementos importantes de suas culturas. A partir do ano de 2007 iniciou-se a rotina anual de comemorar o denominado Abril Indígena com exposições sempre renovadas alusivas ao tema. O dia 19 de abril, em que se comemora o “Dia do Índio”, sempre foi o momento de maior público no MAE. A ressignificação desta comemoração como Abril Indígena veio a ter expressivo caráter multiplicador, causando crescente aumento de visitantes pela renovação das características das exposições, de sua divulgação por meio de panfletos alusivos ao evento, da presença de captadores de público com *kits* de exposição em escolas, do envio de e-mails para as coordenações pedagógicas e direções de escolas de todos os níveis, e, somado a isto, divulgação na mídia por meio de jornais, entrevistas em programas de televisão e do próprio site do MAE, que foi inteiramente renovado para dar conta das novas demandas em relação a museus e virtualidade.

Importa aqui registrar que o MAE, fundado em 27 de setembro de 1983, até o momento que assumi sua administração não dispunha de um acervo de peças de grupos indígenas na Bahia, nem qualquer área em suas exposições dedicadas àqueles povos. Uma providência imediata foi iniciar uma exposição dedicada aos Pankararé, com grande parte das imagens fotográficas de meu acervo pessoal. Estas foram complementadas por imagens, bens materiais de uso doméstico e do artesanato étnico, objetos rituais doados por membros do grupo, merecendo destaque uma vestimenta do Praiá e cachimbos rituais, doados por um antigo líder Pankararé. Estes materiais incorporados ao acervo do MAE foram coletados pelo etnobiólogo Fábio Bandeira e sua equipe de estudantes da UEFS, toda ela bastante envolvida na elaboração e montagem da exposição. Outra estratégia utilizada para contribuir com o conhecimento sobre os povos e culturas indígenas foi abrir espaço e estimular exposições sobre e de indígenas, destaco aqui as exposições: “Sob o olhar Pataxó”, de novembro de 2007 a janeiro de 2008 e “Exposição *Kahab Kitok*”, de Arissana Pataxó, entre 10 a 24 de dezembro de 2009.

Os cursos de extensão no MAE não apenas foram frequentes e diversificados, como constituíram outra importante forma de promover a educação patrimonial, particularmente naqueles locais em que ocorreu alguma intervenção investigativa

que primava pela abordagem e características interdisciplinares, sempre voltada para a divulgação, valorização do patrimônio cultural. Seja nos aspectos do patrimônio arqueológico e sua proteção, tanto daquele musealizado quanto do patrimônio *in situ*, da diversidade de culturas indígenas na Bahia e no país, da relação com os bens culturais e dos significados que aqueles integram para os diversos povos, grupos ou segmentos sociais. Um aspecto importante dos cursos oferecidos é que grande parte não ficou restrito ao espaço físico do MAE, foram oferecidos em campo sob forma de intervenções voltadas para a educação patrimonial, em várias regiões da Bahia, desde o Extremo Sul, Sul, Baixo Sul, Chapada Diamantina, Nordeste da Bahia, à cidade de Salvador, onde vários projetos de intervenção pública e privada tiveram laudos feitos pela equipe do MAE em colaboração estreita com IPAC e IPHAN. Os mencionados cursos sempre tiveram encontros presenciais, feitura e distribuição de cartilhas educativas, palestras abertas ao público. No aspecto de resultados aplicados, merece destaque a ação de formação de “agentes de proteção do patrimônio cultural”, oferecido em áreas da Chapada Diamantina que contam com a expressiva presença de arte rupestre representada por pinturas. Esta formação foi realizada com parceria com ONGs locais, operadoras de turismo e prefeituras dos municípios envolvidos.

Ainda na categoria de atividade de extensão, também se realizou um evento acadêmico com regularidade mensal, este denominado Seminários do MAE/UFBA, que veio a ter palestrantes de expressivo reconhecimento acadêmico nacional e internacional. Estas ações contribuíram fortemente para criar oportunidades de diálogos interdisciplinares e para a integração institucional e reconhecimento do MAE entre docentes de várias áreas, estudantes e público em geral, tornando o seminário uma importante atividade acadêmica.

Entre os eventos organizados pela equipe do MAE e Departamento de Antropologia, merece destaque o 1º Fórum de Arqueologia Luso-brasileiro de Arqueologia Urbana. Salvador da Bahia, de 03 a 05 de julho de 2006, um evento de caráter internacional que veio a resultar na Carta de Salvador, voltada para a proteção do patrimônio cultural.

Outra estratégia e colaboração, que merece ser mencionada com destaque, foi o estímulo ao desenvolvimento de pesquisa a partir de materiais disponíveis nos acervos do MAE, já que grande parte daqueles permanecia desconhecida, e, com registros de informações precários, imprecisos, defasados ou inexistentes, comprometendo sua validade como documentos detentores de informações. Neste sentido merece destaque a tese de doutorado de Teresa Cristina de Sousa Mendonça, odontóloga do Instituto Federal da Bahia-IFBA. Ela fora minha orientanda de mestrado em saúde coletiva, e veio a oferecer expressiva contribuição para recuperação, classificação e adequação da guarda do acervo osteológico resultante do resgate realizado no sítio

arqueológico da antiga Sé Primacial do Brasil, cujas escavações e resgate foram feitas sob a coordenação e responsabilidade técnica do arqueólogo Carlos Etchevarne. A tese de doutorado em bioantropologia que ela realizou na Universidade de Coimbra, teve como orientadora a professora Eugénia Cunha, especialista em antropologia forense, com participação minha como co-orientador, o que considero constituir um expressivo resultado dos estudos que foram incentivados no MAE, particularmente por ter resgatado este precioso acervo osteológico que se encontrava bastante comprometido, tanto pela forma inadequada que foi realizado o resgate, quanto pela negligência na guarda e falta de conservação.

Além de muita dedicação de vários de seus funcionários, técnicos<sup>22</sup> que vieram a trabalhar no MAE por meio de contratos com a FAPEX e FEP-BA, estudantes bolsistas da UFBA, estagiários em museologia e antropologia e de seus gestores, alguns eventos surpresa permitiram a melhor qualificação do MAE. A visita em férias de um ministro de estado o levou destinar recursos para a feitura de um catálogo sobre o acervo do MAE, na ocasião estendida ao Museu de Arte Sacra da UFBA, cujo diretor foi um permanente colaborador com o MAE, assim como ao contíguo parceiro, o MAFRO.

Imagem 21 – Projeto expográfico implantado em 2013



Foto: Carlos Caroso, 2013.

22 Desta equipe, uma recém doutora dois outros arqueólogos que atuaram no MAE como técnicos vieram a ingressar na Universidade Federal do Recôncavo-UFRB como docentes, ambos obtendo seus doutorados à posteriori.

Imagem 22 – Exposição de bens culturais Pankararé em 2013



Foto: Carlos Caroso, 2013.

Seria imperdoável deixar de destacar a importante presença de Antonio Matias, restaurador e testemunha não apenas de toda a montagem do museu, vindo a aposentar com mais de 47 anos de dedicação aos trabalhos de arqueologia na UFBA, uma vez que iniciou suas atividades como auxiliar do professor Valentin Calderón no Laboratório de Arqueologia da UFBA e na extensão à Bahia do PRONAPA-Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica, conduzido por Betty Maggers<sup>23</sup>, cujos acervos resultantes foram a base das coleções do MAE.

23 Vide: <http://www.mae.ufba.br/wp-content/uploads/2013/09/boletim004.pdf>.

Imagem 23 – Vestimenta de encantado do Praiá exposta no MAE em 2013



Foto: Carlos Caroso, 2013.

O acervo etnológico teve início principalmente com a coleção privada do professor Pedro Agostinho<sup>24</sup>, que generosamente a doou para constitui-lo. Com justiça, ao comemorar 30 anos quando foram apresentados suas exposições requalificadas<sup>25</sup>, as três alas expositivas do MAE receberam os nomes de Pedro Agostinho, Valentin Calderón e Antonio Matias em homenagem àqueles dedicados servidores, que fazem parte dos antecedentes do MAE, sua concepção e integram sua história.

Por dívida e que deve ser reparada, o MAE deve uma homenagem ao arquiteto Mário Mendonça, especialista em restauro de reconhecimento internacional e professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Ele, quando se encontrava na diretoria da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-FPACBA (antecessora do atual Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-IPAC-BA), teve papel fundamental, tanto na descoberta dos vestígios arquitetônicos das fundações do Colégio dos Jesuítas, quanto em seu projeto de restauro, que foi realizado pela própria UFBA por meio de sua Prefeitura do Campus Universitário.

Hoje, à distância que me encontro do MAE, onde estive pela última vez em fins de dezembro de 2013, avalio que minha contribuição para este tenha sido bastante significativa, tanto por ter valorizado o sítio arqueológico onde foi implantado o museu, nas fundações do antigo Colégio dos Jesuítas cuja construção data de 1553, quanto pela recuperação e revitalização de seus acervos etnológicos, arqueológicos e reintrodução das atividades acadêmicas que haviam desaparecido por conta do conflito de interesses eu ali vieram a predominar. Quando eu e a professora Suely Cerávolo, ela museóloga experiente, assumimos a direção do MAE, aqueles acervos foram encontrados em lastimável situação de guarda e conservação, pelo descaso a que foram relegados, em grande parte em consequência dos desvios de finalidade a que foi submetida a instituição museal universitária, em favor das atividades irregulares que ali se instalaram, uma vez que os recursos resultante dos contratos de arqueologia, atendiam exclusivamente aos interesses privados daqueles que os desenvolviam.

---

24 Homenagem a P. Agostinho: <http://www.mae.ufba.br/wp-content/uploads/2013/09/boletim004.pdf>.

25 Notícia sobre este evento: <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2008/07/25/421634/useu-da-ufba-e-um-passeio-pela-historia-do-brasil.html>. Também na primeira Edição do Boletim do MAE: <http://www.mae.ufba.br/wp-content/uploads/2013/09/boletim001.pdf>.

## **ARCHEMAR Itaparica<sup>26</sup>: resgate do patrimônio cultural subaquático?**

O fascínio que sempre senti pela Baía de Todos os Santos, em todas as suas dimensões e aspectos, se voltou para a arqueologia naval e subaquática num momento em que Eliana Dumet, então Secretária de Turismo de Itaparica, buscou o MAE para propor parceria na realização do “Curso de Introdução à Arqueologia Subaquática” em colaboração com aquela secretaria. O curso foi de responsabilidade de um grupo de pesquisadores do CEANS/UNICAMP, tendo à frente o arqueólogo Gilson Rambelli<sup>27</sup>. No primeiro dia do Curso, além de participar como dirigente do MAE, fui responsável por fazer uma exposição sobre os acervos de faiança resultantes de resgates arqueológicos em Salvador e em Porto Seguro. Na mesma ocasião de abertura esteve presente o professor Naomar Almeida, naquele momento Reitor da UFBA.

Este evento que ocorreu no início do ano de 2005, poucos meses após minha chegada ao MAE, teve repercussões significativas e importantes desdobramentos. A intensificação do diálogo com a Secretária de Turismo de Itaparica e com o arqueólogo Gilson Rambelli nos levou a propor e realizar o “I Simpósio Internacional Arqueologia Marítima das Américas: Ocupações litorâneas, barcos e navios, portos e áreas portuárias”, que ocorreu na cidade de Itaparica no período de 24 a 26 de outubro de 2007. A surpreendente intensa participação de pessoas locais, profissionais e estudantes de outros estados do Brasil e de 21 países. A dinâmica dos minicursos, palestras e discussões que resultaram na Resolução de Itaparica, editada pelo *International Council on Monuments and Sites-ICOMOS*<sup>28</sup>, todo o entusiasmo que prevaleceu no evento e seus resultados de imediata concretude não deixaram dúvida de que aquele era um caminho a ser seguido na implantação do ARCHEMAR Itaparica, cujo esboço de projeto apresentei no curso do evento.

Entre a realização do Curso em janeiro de 2005 e momento de implantação do Simpósio, o trabalho de elaboração um projeto de núcleo de pesquisa, treinamento e acesso ao patrimônio arqueológico marítimo foi desenvolvido, assim como negociado com a prefeitura e Marinha do Brasil para a viabilização de sua implantação em Itaparica. O majestoso Solar do Rei, outrora sede de uma armação caça às baleias, foi disponibilizado pela prefeitura para a implantação inicial, permitindo que as atividades se estendessem até o Forte de São Lourenço e tendo a Praia do Forte

26 <http://www.mae.ufba.br/wp-content/uploads/2013/09/boletim003.pdf>.

27 O referido arqueólogo veio para a UFBA como professor visitante durante pouco mais de um ano na fase de implantação do Archemar Itaparica, sua contribuição para com o projeto pouco expressiva.

28 <https://pt.scribd.com/document/32977416/2007-Resolucao-de-Itaparica>.

como local de treinamentos. Assim se lançava o projeto denominado ARCHEMAR Itaparica, que incluía o Centro de Pesquisa e Referência em Arqueologia e Etnografia do Mar e o Museu *InSitu* da Baía de Todos os Santos.

Imagem 24 – Forte de São Lourenço e Solar do Rei em Itaparica



Foto: Carlos Caroso, 2007.

As discussões que ocorreram durante a realização do I Curso de Arqueologia Subaquática em Itaparica, em dezembro de 2006, resultaram na retomada de propostas do Projeto Archenave, que foi concebido pelos Professores Pedro Agostinho, Cid Teixeira e Olympio Serra, envolvendo colaboração entre a UFBA, IPHAN e o então Ministério da Marinha (AGOSTINHO, 1989). No centro de todas estas discussões, mesmo separadas por décadas, encontra-se a discussão sobre a importância do conhecimento e preservação do patrimônio arqueológico subaquático, que corresponde aos naufrágios acontecidos durante o longo período de ocupação colonial e pós-colonial, assim como terrestre, representado por sítios litorâneos pré-coloniais, coloniais e modernos.

A proposta do ARCHEMAR Itaparica de ser um Centro de Pesquisa e Referência em Arqueologia e Etnografia do Mar e Museu *in Situ* da Baía de Todos os Santos, sediado na cidade de Itaparica em colaboração com a Prefeitura do município e outros parceiros, encontrou forte ressonância entre segmentos acadêmicos e políticos, contudo isto não garantiu sua continuidade. O Centro de Pesquisa propunha como seus principais suportes a pesquisa, ensino, atividades de extensão universitária voltadas para o conhecimento e divulgação do patrimônio histórico cultural da Baía de Todos os Santos, em sua porção aquática, insular, litorânea e seu entorno, o denominado Recôncavo Baiano.

Entre os estudos arqueológicos, etnográficos, etnohistóricos e históricos, a Arqueologia Marítima e Subaquática teria especial destaque. Esta proposta implicaria

em produzir conhecimento sobre os sítios arqueológicos submersos, visando conhecer as embarcações que se encontram afundadas na Baía de Todos os Santos e litoral da Bahia, no que se refere às suas características construtivas, tecnologias, técnicas e materiais utilizados, instrumentos de navegação, cargas que tinham a bordo, circunstâncias dos naufrágios entre outras valiosas informações para a compreensão dos diferentes momentos e causas de seus naufrágios<sup>29</sup>.

Vale ressaltar que a ideia que permeava a proposta era a disponibilização do conhecimento para o público em geral, estratégia que era considerada fator crucial para a conservação deste patrimônio frequentemente em risco que são os sítios de naufrágio, assim como a proteção dos bens que naqueles viessem a ser encontrados, protegidos *in situ* ou resgatados em situações em que o risco de desaparecimento exigisse este tipo de ação, de forma a tornar todo este patrimônio acessível ao conhecimento e à visitação pública.

A parte mais claramente visível do ARCHEMAR Itaparica seria seu portal de acesso representado pelo Centro de Pesquisa e Referência em Arqueologia e Etnografia do Mar, que seria instalado em edificações de significativo valor histórico para a cidade de Itaparica e para o Estado da Bahia. Entre estes, as opções pelo Forte de São Lourenço, Solar do Rei ou Solar João das Botas. As exposições a serem implantadas objetivariam disponibilizar conhecimento sobre a localização e características dos sítios arqueológicos, patrimônio cultural e etnográfico, com vistas a protegê-lo por meio de ações de educação patrimonial e desenvolvimento de cidadania.

As atividades de exposição, de ensino, de extensão e curriculares em comunidade apresentavam forte potencial para constituírem fatores geradores de desenvolvimento social e cultural das populações envolvidas, uma vez que teriam como foco a educação, capacitação profissionalizante e iniciativas econômicas autossustentáveis. Estes se somariam as atividades do idealizado Programa Universidade de Verão da UFBA, que seriam disponibilizadas para vários segmentos sociais interessados em educação continuada de qualidade. A descontinuação dos cursos e atividades que haviam sido bem-sucedidas ocorreu por falta de suporte para aqueles e de uma política de universidade que garantisse sua oferta, já que o MAE, a partir do qual foi feito todo o planejamento, não dispunha de recursos nem competência na estrutura institucional para executá-lo.

Reforçando o conhecimento sobre o potencial para estes estudos, os dados registrados pelo engenheiro naval/historiador José Góes de Araújo (2003) referem-se a

---

29 Em seu livro sobre naufrágios e afundamentos na costa brasileira, o historiador José Góes de Araújo (2003) se refere à existência de mais de 150 afundamentos de embarcações de grande porte na Baía de Todos os Santos.

mais de 150 embarcações naufragadas na Baía de Todos os Santos. Estes sítios ainda não receberam nenhuma intervenção de arqueologia *stricto sensu* e, devido aos saques e crescente depredação, muitos destes estão prestes a desaparecer como fonte documental. Esta situação já era revelada pelos responsáveis pelo projeto ARCHENAVE em 1986, ao apontar que “por efeito de uma dilapidação sistemática que resulta do alto valor, intrínseco, histórico ou artístico que as cargas submersas encontradas alcançam no mercado [...] que opera a nível nacional e internacional”.

Não obstante o grande potencial mencionado acima, apenas um salvamento arqueológico em sítio subaquático foi realizado na Bahia, este verificado no ano de 1975, próximo à costa oceânica de Salvador, à altura do Rio Vermelho, no banco de areia denominado Santo Antônio. No trabalho pioneiro da Marinha Brasileira, atuou como arqueólogo, o pesquisador Ulisses Pernambucano de Mello, do IPHAN de Pernambuco. A equipe de mergulhadores resgatou um número expressivo de peças que permitiu conhecer hábitos dos passageiros e tripulação a bordo dessa embarcação, o Galeão Sacramento, cujo destino era Salvador ao naufragar em 1668.

Durante o período de um ano e meio que funcionou o ARCHEMAR Itaparica ocorreram vários eventos e cursos de capacitação por meio do programa de extensão da UFBA, tais como: 1) Simpósio Internacional ARQUEOLOGIA MARÍTIMA NAS AMÉRICAS: Ocupações litorâneas, barcos e navios, portos e áreas portuárias ([http://www.mbts\\_insitu.mae.ufba.br/](http://www.mbts_insitu.mae.ufba.br/)). 2) Reunião Anual do ICOMOS - International Scientific Committee for the Protection of the Underwater Cultural Heritage (ICUCH). 3) II Curso de Arqueologia Subaquática, como parte das atividades do Programa Universidade de Verão da UFBA.

Sob minha coordenação foi concebido o plano de distribuição dos produtos culturais do ARCHEMAR Itaparica por meio de suas atividades de pesquisa, educação, extensão universitária, informações produzidas e disponibilizadas e exposições de acervos no Núcleo Exposição e Referência em Arqueologia e Etnografia do Mar, no qual se instalaria o Núcleo de Treinamento, Capacitação e Visitação in Situ, tornando-se, assim, o portal de acesso ao MBTS In Situ.

A proposta incluía exposições orientadas para disponibilização de conhecimentos sobre localização e características dos sítios arqueológicos e patrimônio histórico-cultural e etnográfico em sua área de abrangência, com vistas a promover a proteção e preservação destes locais e bens arqueológicos e histórico-culturais por meio da educação patrimonial e de intensa participação comunitária.

Considero este um importante projeto para a Baía de Todos os Santos como um todo, faltando, contudo, vontade e força institucional para a valorização destes bens patrimoniais em benefício da memória e das pessoas que vivem e convivem com as Baías que integram este sistema contíguo de embaixamentos.

## Atuação em cursos de pós-graduação

Ao retornar à UFBA em novembro de 1984, logo após término do trabalho de campo no Paraná, iniciei minhas atividades de ensino e orientações de mestrado em Ciências Sociais. Naquele momento curso de mestrado apresentava elevado número de professores credenciados, alguns sem que tivessem qualquer atuação no ensino ou orientações, sem titulação adequada ou produção para que pudesse ser considerada como minimamente qualificada. O currículo do curso não apenas era inadequado como se encontrava comprometedoramente desatualizado. A avaliação da CAPES em 1988 apontou todos aqueles problemas, recomendando mudanças profundas no curso para que se adequasse aos requisitos mínimos para o nível de mestrado. Entre estas recomendações se encontrava a separação de ciências sociais e história e em dois cursos específicos.

### **Trânsito entre diversidade das Ciências Sociais e "rigor" da Sociologia**

Em início de 1989 foi criada uma comissão para avaliar as recomendações e propor alterações no curso. Sendo eu, juntamente com a colega Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, indicados pelo Departamento de Antropologia para representá-lo naquela Comissão. A composição incluía membros do Departamento de Sociologia, de História, de Filosofia e de Antropologia. Não teve participação de representante do Departamento de Política, por falta de professores titulados e/ou, interessados<sup>30</sup>.

30 Pode parecer estranho, mas esta era a denominação do departamento, ao invés de Ciência Po-

Os trabalhos da comissão se mostraram difíceis, e muitas vezes tensos, pelo claro domínio numérico dos representantes do Departamento de Sociologia, que traziam suas posições conservadoras travestidas de argumentos modernizadores embasados em seus parceiros da USP, Instituição na qual grande parte de seus membros tinham obtido seus títulos, ou se encontravam em processo de obtenção, em períodos curtos de permanência, sem qualquer visão mais ampla que os permitisse conhecer outras nuances da pós-graduação moderna. Uma das representantes que realizara seu doutorado em universidade inglesa, não apenas buscava impor o modelo inglês de pós-graduação ao futuro programa, como também espelhar todas as práticas acadêmica inglesas. Esquecia-se, contudo, não apenas que existiam normas da CAPES que orientavam a criação de cursos de pós-graduação, mas ainda, que nos encontrávamos nos trópicos, na América Latina, e mais especificamente, na Bahia, onde as coisas e os ritmos são peculiares deste povo, que se orgulha de sua forma de ser e encarar o mundo, que assusta os pensamentos racistas, sexistas, recém conversos a culturas estrangeiras, causando-lhes reações negativas com base em suas inusitadas posturas civilizatórias dos costumes.

Os colegas de história sofriam da síndrome da inferioridade acadêmica e, muitas vezes pessoais. Não apenas se consideravam, mas se viam claramente relegados a último plano, em tudo enxergando perdas e prejuízos, seja na divisão dos pouco espaços disponíveis até então compartilhados, na divisão do atendimento por técnicos administrativos, na ventilação, incidência de luz e insolação de cada sala, para não falar do suposto prestígio que cada um considerava ter ou não ter na relação aos órgãos superiores de pós-graduação e pesquisa da UFBA.

Os antropólogos permitiam ser vistos e ser considerados como menores e subservidentes à sociologia e aos sociólogos. Um corpo auxiliar!... nesta condição não aceitei me enquadrar e lutei para que viéssemos a ter maior participação e, mesmo, ser um programa de ciências sociais com duas áreas de concentração, sendo incrivelmente derrotado pelos membros do próprio Departamento de Antropologia que, em reunião, encaminharam contra a existência de uma área de antropologia no programa de pós-graduação que naquele momento se criava. Optaram, assim, por continuar em posição de subalternidade aos sociólogos, imposta por influência de uma colega socióloga com grande poder de impressionar e influenciar a todos, por suas alegadas ligações com o grupos dominantes na sociologia brasileira.

---

lítica, o que já revelava o atraso na concepção do campo de ciência, já que esta denominação pode ser mais adequadamente considerada um como campo de atuação político-partidária.

Discordei profundamente e reagi a esta situação, assim como aquelas que poderiam ser vistas como no mínimo embaraçosas para a própria concepção do campo da antropologia, às quais nos submetíamos na concepção e montagem do novo curso de pós-graduação que passou a ser em Sociologia. A reação que me restou foi de não aceitar assumir sua vice coordenação no momento em que se foi instalar o Colegiado na Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa. Minha recusa obrigou a ser remarcada a data, para que se conseguisse que algum colega aceitasse assumir a posição de vice coordenador. A insatisfação era tanta que a única participante do Departamento de Filosofia, aceitou ser vice coordenadora sob condição de não ter qualquer compromisso de colaborar com a coordenação ou suprir suas deficiências. A socióloga que assumiu a coordenação fazia parte dos jogos de poder nacional, e, como todos antecipavam, não tinha qualquer interesse em gerir o cotidiano do curso, como veio a acontecer.

O curso ficou acéfalo frente a recusa da vice coordenadora de assumir a coordenação. Não me restou alternativa a não ser vir a ser o coordenador do programa. Contudo, me posicionei claramente quanto às mudanças que via como necessárias para valorizar a participação dos antropólogos. Ao longo dos quatro anos que coordenei o programa, entre 1990 e 1994, a maior oposição que enfrentei quanto a valorizar e dar destaque idêntico à antropologia no programa, teve como maiores oponentes os colegas antropólogos que preferiam manter-se em posição subalterna aos sociólogos, pelos quais se encontravam mesmerizados pela mesma colega de reconhecidos dotes intelectuais e capacidade de dominar e manipular pessoas.

A atitude de subalternidade dos colegas era inteiramente incompreensível, exceto se olhada pelo prisma do grupo endógeno que naquele momento dominava e reproduzia comportamentos no Departamento. Uma rápida análise trazia evidências de que, a antropologia desfrutava de maior prestígio acadêmico na Bahia do que a Sociologia ou outras ciências dessa área de conhecimento, entre as razões se poderia elencar: 1) as suas tradições de estudos que remontavam ao início do século vinte; 2) a presença de pesquisadores estrangeiros atraídos pela diversidade de povos, culturas e tradições transoceânicas aqui reinterpretadas e recriadas; 3) trabalhos de Edison Carneiro, jornalista que não apenas enveredou pelo campo da nascente antropologia social e etnografia afro-brasileira, como foi responsável pela organização do II Congresso Afro-Brasileiro em disputa direta com Gilberto Freire pela primazia nos estudos deste campo; 4) estudos de Donald Pierson, Mussolini, Roger Bastide, Pierre Verger na e sobre a Bahia que tinham visibilidade mundial; 5) as ações de Anísio Teixeira, Charles Wagley e Thales de Azevedo, que resultaram no importante Projeto Columbia University, que serviu de base e foi seguido do Projeto UNESCO, ambos resultando em vários estudos antropológicos de grande importância para a

compreensão da diversidade étnica e cultural da Bahia, e, particularmente da região do Recôncavo Baiano (GUIMARÃES, 1997; MAIO, 1999; PEREIRA; SANSONE, 2007). Entre estes os estudos de Marvin Harris, Harry Hutchinson e de outros que permaneceram menos conhecidos por seus trabalhos na Bahia, como é o caso de Carlo Castaldi (CAROSO, 2007) e Benjamim Zimmerman (REESINK, 2007) e Roger Sanjek<sup>31</sup>.

Além dos nomes acima destacados, devem ser citados os trabalhos de Thales de Azevedo, George Agostinho, Vivaldo Costa Lima, Júlio Santana Braga, Pedro Agostinho da Silva, Ieda Pessoa de Castro<sup>32</sup>; alguns de fora da academia, como Valdeloír Rego. Entre outros brasilianistas mais recentes, Daniel Gross e Konrad Kottak, discípulos dos participantes do Projeto Columbia e Projeto UNESCO, que trouxeram seus orientandos para dar continuidade aos estudos na Bahia. Isto para limitar os destaques às gerações que tiveram maior presença e influência entre as décadas de 1950 até fins dos anos 1990, sendo a repercussão de seus trabalhos bastante presente. Todos aqueles diálogos e interações internacionais estabelecidos pelos antropólogos constituíam um capital acadêmico nunca acumulado pela Sociologia que se fazia na Bahia.

Como compreender, então, a razão da recusa dos colegas do Departamento de Antropologia de constituir um curso de mestrado em antropologia, exceto pelo temor do grupo que exercia o controle sobre este de perder poder, ou, mais grave, em razão de um complexo de subalternidade a colegas de Sociologia que prevalecia entre alguns!... ou, ainda, de oposição sistemática às propostas minhas que buscavam colocar o campo de conhecimento antropológico em condições de igualdade ao daqueles parceiros no curso de mestrado acadêmico no qual tivemos papel fundamental na constituição!...

Logo após deixar a coordenação do Mestrado em Sociologia apresentei pedido de descredenciamento, em razão do clima de hostilidade que se estabeleceu com o ingresso de novos professores do Departamento de Sociologia, que haviam sido

---

31 Realizou seu estudo no ano de 1965, tendo me repassado todos seus escritos (incluindo registro de campo e fotografias) por meio de Orna Johnson e Allen Johnson. Encontra-se entre meus planos sua análise e divulgação futura, já que trata da Vila do Conde, no litoral norte da Bahia, local em que realizei estudos na década de 1990 e que pretendo retornar ao trabalho com o acervo de pesquisa que compartilho com alguns colegas a partir do próximo ano de 2018.

32 Citar nomes é sempre uma tarefa de alto risco, uma vez que sempre esqueceremos nomes importantes. Espero não causar qualquer desconforto aos colegas momentaneamente esquecidos.

“convidados” a deixar o Programa e Pós-Graduação em Saúde Coletiva, em razão de seus comportamentos inadequados. Ato contínuo, atendendo a reiterados convites do professor Naomar Almeida, mudei-me fisicamente para as dependências do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, no momento em que se criava o Instituto de Saúde Coletiva-ISC, de cuja discussões de concepção participei.

### **Participação no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva**

Desde 1988 me encontrava credenciado como professor permanente no Mestrado em Saúde Comunitária. Em 1989 participei da implantação do Doutorado em Saúde Pública, como sexto membro de seu Colegiado e para preencher o número mínimo de doutores, exigido para funcionamento de novos cursos pelas normas de ensino de pós-graduação da UFBA e diretrizes da CAPES. A mudança para as dependências do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva implicava em aceitar o desafio de contribuir e coordenar a implantação da nascente Área de Ciências Sociais em Saúde, ao mesmo tempo incrementar a colaboração em pesquisa com o colega Naomar por meio do programa “*Social and Cultural Landmarks in Community Mental Health: Signs, Meanings and Practices Related to Mental Health in Bahia, Brazil*”. Minha participação no PPGSC se estendeu até o ano de 2005, quando optei por vir a contribuir com a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia-PPGA.

Vale ressaltar que minha participação no PPGSC foi um dos períodos mais produtivos de minha carreira, não apenas por conta dos produtos resultantes dos projetos de pesquisa conjuntos com Naomar Almeida, como pela oportunidade de participar da criação da área de Ciências Sociais em Saúde no Programa, que até então tinha somente as áreas de formação em Epidemiologia e Planificação em Saúde. Coubemos enfrentar o desafio de conceber, implantar e fazer funcionar adequadamente uma nova área de formação com um pequeno número de professores do próprio ISC. A participação de vários colegas estrangeiros como professores visitantes a exemplo de Gilles Bibeau, Nancy Sheper-Hughes, Andrea Caprara, Jean-Michel Vidal, Stanley Yoder, Duncan Pedersen, e brasileiros Madel Luz, Luiz Fernando Dias Duarte, Jane Russo, João Biehl, entre outros permitiu que em pouco tempo se consolidasse esta área e se formasse um quadro de novos docentes, que complementaram seus estudos por meio de doutorados e estágios de pós-doutorado em instituições de alto nível no exterior.

## Experiência da Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa

Neste mesmo período vim a ter maior envolvimento e participação na própria formulação da pós-graduação na UFBA, como representante da FFCH no extinto Conselho de Coordenação, do qual fazia parte a Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, onde atuei. Em razão de profundas divergências internas entre os dois grupos que disputavam poder na CEPPG e de denúncias contra seu presidente da parte de uma representante que ambicionava assumir a presidência. Como me encontrava na condição de recém ingresso na Câmara e não ter ligações com qualquer dos grupos em disputa, tornei-me o único membro viável para assumir a presidência, sendo, assim eleito para tal por dois mandatos consecutivos.

Os dois mandatos frente a CEPGP<sup>33</sup> foram bastante produtivos e sem significativa oposição, exceto da parte da constante candidata a qualquer cargo que estivesse disponível, e uma outra representante a ela submissa. Este momento permitiu que houvesse profunda modernização, desburocratização e descentralização, por meio da transferência de competências com apoio mesmo de representantes de setores mais conservadores da Universidade. É importante entender que a disputa que se travava naquele local era tanto pela resistência a um reitor sem legitimidade, por ter se classificado em último lugar na lista sêxtupla com baixíssima votação dos setores ultraconservadores da Universidade, como também pela próxima sucessão na reitoria.

O que motivou meu investimento foi constatar que naquele momento a UFBA expandia significativamente seus programas de mestrado e ingressava na era dos doutorados. Contudo, permaneciam entraves que não permitiam avanços nos cursos de pós-graduação, a exemplo da submissão de todas as dissertações e teses, após aprovação pelas bancas e homologações pelos colegiados dos cursos, à análise e aprovação da parte da CEPGP, o mesmo ocorrendo com os credenciamentos de docentes pelos colegiados de cursos, que tinham de ser reavaliados e aprovados pela mesma Câmara. Busquei de imediato eliminar este procedimento, assim como outros idênticamente desprovidos de qualquer sentido, tal como as colações de grau realizadas apenas duas vezes por ano com pomposa cerimônia na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, o que claramente causava atrasos e prejuízos aos egressos. Essas vexatórias situações de descrédito dos colegiados, se estendia aos docentes credenciados nos programas que eram detentores da mais alta titulação e reconhecimento científico, além de especialistas de reconhecimento nacional e muitas vezes internacional, que

---

33 Tornei-me representante da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas no Conselho de Coordenação da UFBA em 1982. Fui eleito presidente da CEPGP por dois mandatos consecutivos em de 01/1993 a 12/1994.

ao serem convidados para compor as bancas examinadoras na UFBA, tinham seus *curricula vitarum* submetidos a avaliadores que sequer tinham título de doutorado ou quaisquer publicações qualificadas.

No extremo do absurdo, um membro suplente da representante do Instituto de Física, tinha formação somente do nível de graduação e atuava na Câmara, desferia pesadas e irracionais críticas ao “doutourismo”, que em sua visão, crescentemente dominava a UFBA<sup>34</sup>. Estranha e surpreendentemente esta visão era compartilhada por uma representante titular na CEPGP, portadora do título de doutorado, contudo sem qualquer inserção científica, e pelas representantes de duas outras áreas que tinham titulação de mestrado, em cujas e opiniões críticas com relação aos critérios para credenciamento nos cursos de pós-graduação lhes pareciam exagerados.

As iniciativas de delegação de competências, que de fato era justa entrega das competências legais aos colegiados que nunca a tiveram, enfrentou significativa oposição daqueles representantes, que, entre outras restrições que desejavam impor, se opunham à permanência dos docentes que se aposentassem credenciados e atuantes nos cursos de pós-graduação, assim como a que docentes tivessem bolsa da produtividade do CNPq., financiamentos de pesquisa de agências públicas e, mais veementemente se opunham a qualquer tipo de colaboração da Universidade com empresas na pesquisa ou prestação de serviços. Foram dois anos de enfrentamentos e intensa demolição do conservadorismo que dominava a CEPGP. Durante um período curto do qual tive como principais parceiros os professores Manoel Barral Neto, Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa e Sérgio Farias, Coordenador de Pesquisa, que, lamentavelmente foram substituídos por representantes da velha visão de pós-graduação e pesquisa que ainda prevalecia na UFBA.

A inteira reforma e aprovação de novas Normas Gerais para Cursos de Pós-Graduação na UFBA constituiu o último ato de minha passagem pela presidência da CEPGP. Logo após o fim de meu mandato no Conselho de Coordenação, fui indicado pelos colegas da Câmara para ser representante desta no Conselho da FAPEX de setembro de 1996 a agosto de 1998.

---

34 Todas estas situações que presenciei, e aqui narro, fazem retomar à memória a nada elogiosa frase de Otavio Mangabeira constantemente lembrada e que esperamos ver contrariada em momento futuro: “pense num absurdo, na Bahia tem precedentes!”. Este de fato era mais um, entre os muitos absurdos, que continuamos a desejar que não ocorram no âmbito das instituições universitárias.

## **Longos caminhos até o Programa de Pós-Graduação em Antropologia**

Em 2006, como em nenhum momento anterior, as condições se apresentaram tão favoráveis para a criação de um programa de pós-graduação em Antropologia, pelo qual eu tanto lutara e postergara o desejo, contudo, mantendo o mesmo latente e pronto para colaborar intensamente com sua criação. Inesperadamente várias ocorrências fizeram emergir as condições de tornar realidade o PPGA. Alguns colegas de Departamento que eram credenciados no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais se sentiram insultados por uma declaração de uma professora de Sociologia, feita em uma reunião de colegiado, de que eles não contribuíam em nada com o PPGCS, mas, ao contrário, constituíam um entrave para aquele. Esta declaração fez com que vários colegas aventurassem a possibilidade de sair do Programa. O chefe do Departamento de Antropologia, o colega e parceiro de várias outras situações, Ordep Serra, que se encontrava entre aqueles que decidiram deixar o PPGCS, convidou-me para conversar sobre a questão de uma possível volta à ideia de ter a pós-graduação em Antropologia, o que de imediato e prontamente atendi e me engajei totalmente.

A pacificação temporária das disputas pessoais e políticas intra-departamentais em torno do MAE, assim como outras questões já conhecidas, somado ao clima de otimismo que veio a envolver um significativo número de professores, criaram as condições para que se viesse a pensar em um curso de pós-graduação em Antropologia, algo praticamente inviável há bem pouco tempo.

Eu me encontrava na direção do MAE, atuava no PPGSC e, me tornara membro da Comissão de Avaliação de Cursos de Antropologia e Arqueologia da Direção de Avaliação da CAPES. O prazo para formular o projeto era bastante exíguo, cerca de 45 dias, contudo rapidamente constituímos uma comissão interna que teve a participação de Ordep Serra, Mísia Lins Reesink, e minha. Todos os colegas se empenharam em comparecer às reuniões, formular as propostas de disciplinas e atividades, com suas ementas, bibliografias, assim como das linhas de pesquisa. Um trabalho que foi verdadeiramente executado a várias mãos e correndo contra o calendário, em um nível de harmonia nunca dantes visto entre os colegas no Departamento. Mesmo aqueles que não vieram a ser credenciados por não serem portadores do título de doutor ou não preencherem os critérios de produção mínima exigidos pela CAPES, colaboraram para o cumprimento do prazo e sucesso do programa. O encaminhamento foi feito na última hora, quando Ordep Serra e eu nos deslocamos para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa para ter acesso a um computador e com conexão adequada a internet, de forma a preencher os formulários e ainda elaborar alguns textos faltantes, fazer correções e reparos em outros, finalmente, encaminhar

no último momento do prazo, comunicar aos colegas interessados e ficar ao aguardo torcendo pelo sucesso de nossa proposta.

A área do programa foi definida como Antropologia, de modo a comportar as Linhas de Pesquisa com temas sobre Corpo, Sexualidade e Saberes Terapêuticos; Etnicidade, Identidade e Política; Etnologia Indígena e Etnohistória; Religiosidades e Simbolismo; Patrimônio, Linguagens e Memória Social, nesta última Linha se acomodava e consolidava a parceria com o MAE, naquele momento crucial para a própria aprovação do Programa pela CAPES.

A rotineira visita de avaliação, que foi feita pela representante de área na CAPES<sup>35</sup>, professora Bela Feldman Bianco, acompanhada pelo professor Luís Fernando Dias Duarte, os deixou profundamente bem impressionados com a produção, experiência e integração do grupo proponente. Ao fim resolveram sugerir que fosse iniciado o mestrado, para depois da primeira avaliação ser apresentado novo APCN para o doutorado. A resposta a eles foi dada de maneira incisiva e imediata, argumentando que os docentes mais antigos já participavam de cursos de pós-graduação na área desde sua fundação em 1968; outros, como era meu caso, em cursos com doutorado bem classificados. Como cartada final, declarei ser a preferência pelo doutorado, sem o qual não nos interessava ter o programa. A argumentação certamente foi ouvida, uma vez que tivemos aprovados ambos os níveis; ainda que tarde, já que tínhamos perdido dezesseis anos de dependência em outros programas com outros interesses.

---

35 Naquele momento eu fazia parte da Comissão de Avaliação de Cursos de Antropologia e Arqueologia da CAPES, para a qual fora convidado pela colega Bela Bianco, mesmo eu não fazendo parte de nenhum curso da área, mas, de Saúde Coletiva que já era o curso com mais alta avaliação na UFBA. Certamente esta situação minha, antecedida pela participação na Câmara que regulamentava a pós-graduação na UFBA e, naquele momento, direção do MAE foram fatores de grande importância para que viéssemos a propor e ter a aprovação do PPGA.



## Escapando dos limites locais e ampliando horizontes: ABA e Ciências no Brasil

No ano de 1974 pela primeira vez tomei conhecimento da existência da Associação Brasileira de Antropologia, quando ainda cursava a graduação em Ciências Sociais e estagiava como auxiliar de pesquisa no já mencionado projeto Garimpos e Garimpeiros na Bahia. O professor Pedro Agostinho, naquele momento responsável por uma disciplina no Mestrado de Ciências Humanas, organizara um grupo de estudantes para ir a Florianópolis participar da IX Reunião Brasileira de Antropologia. De imediato me interessei por juntar àqueles, mas, me senti descartado frente a negativa de viajar com o grupo, alegadamente por falta de assento disponível no micro-ônibus da UFBA que os levaria até Santa Catarina.

Quando o grupo retornou, narrando os transtornos decorrentes de defeitos no ônibus, que incluíam falta de combustível e outros problemas identicamente sérios, o cansaço das várias horas de viagem, sem paradas, e em condições de conforto inadequadas, senti-me um tanto aliviado, mas ainda invejava os que foram àquela reunião. Mas, traziam notícias que gerava esperança de participar de uma próxima reunião. A ABA voltara a ter atividades normais sob a presidência do professor Silvio Coelho, o professor Tales de Azevedo fora eleito presidente e a próxima X RBA ocorreria em Salvador. Seria a segunda vez que isto aconteceria, a primeira vez na Bahia foi por ocasião da II RBA ocorreu em 1955, oportunidade na qual ABA foi fundada.

### **A estreia em busca de ser antropólogo na X RBA**

Em 1976, ano em que iniciei o curso de mestrado, fui incluído nos grupos que se encarregariam da organização da X RBA, que veio a ocorrer nas instalações do

Museu de Arte Sacra da UFBA. Tanto durante as reuniões para organização, quanto no momento da reunião, tive oportunidade de “chegar perto” de antropólogos que pensávamos só ter contato por meio de seus livros, a exemplo de Charles Wagley, Eduardo Galvão, Júlio César Melatti, Silvio Coelho dos Santos, Roberto Cardoso de Oliveira, Luís de Castro Faria, Roberto da Matta, Daniel Gros, Bill Crocker, entre outros que me vêm à memória após mais de quatro décadas. Senti, contudo, a ausência de Darcy Ribeiro, um dos principais autores de minhas leituras e compartilhamento de discussões sobre seu livro “O Processo Civilizatório” com meu colega e amigo Ronaldo de Salles Senna.

Como me referi anteriormente, foi neste evento que apresentei minha primeira comunicação científica. Hoje eu considero seu título, “Pankararé de Brejo do Burgo: um grupo indígena aculturado”, merecia uma interrogação ao fim, uma vez que a discussão apresentada demonstrava o oposto do que o título deixa categoricamente transparecer ou, mesmo afirma. O coordenador do GT, Roberto Cardoso de Oliveira, ainda jovem, era praticamente um mito para os estudantes de antropologia na Bahia e no país como um todo. Seus principais estudos naquele momento eram voltado para comunidades indígenas em contato permanente com a sociedades regionais, caracterizando, exatamente, o que era lido em seus textos sobre fricção interétnica, conceito teórico do amplamente adotado no momento.

Neste mesmo evento fui responsável por cuidar da parte audiovisual, que não só envolvia equipamentos para atender às necessidades de apresentações, naquele momento retroprojetores, projetores de slides, projetor de filme S-8 e, um episcópio, por demanda única do professor Pedro Agostinho, registro somente por curiosidade, foi a única vez que vi um destes em toda minha vida. Incluí na programação dois documentários etnográficos, os quais já mencionei anteriormente, sendo, possivelmente, a primeira sessão de filmes etnográficos apresentada em Reunião Brasileira de Antropologia, sem outro registro senão este que ora faço, já que não constou da programação divulgado, sendo feito avisos nas sessões com resultados bastante positivos em termos de público total, que atingiu apenas uma centena de pessoas e ocupou somente 3 salas da parte inferior do Museu de Arte Sacra da UFBA.

### **Enfrentando os desafios de organizar a XX RBA**

Em 1994 João Pacheco de Oliveira, candidato a presidente, me propôs fazer parte de sua diretoria na ABA, a proposta incluía a realização da XX RBA em Salvador, já que a XIX RBA, que inicialmente ocorreria nesta cidade, não aconteceu por dois motivos: 1) as dificuldades de articular uma comissão organizadora entre os membros do Departamento de Antropologia; 2) o desejo dos colegas da Universidade

Federal Fluminense em sediar a reunião. Admito que renunciamos a sediar a reunião com grande alívio, já que as tensões e disputas reinantes entre colegas que queriam dominar a organização do evento, iriam, possivelmente, inviabilizá-la.

Em abril de 1996 realizamos a XX RBA em Salvador, que teve suas atividades realizadas no Centro de Convenções da Bahia. Pela primeira vez a RBA ultrapassou a marca dos mil participantes, com 1.070 inscritos, e teve seu primeiro concurso de filmes etnográficos. A comissão julgadora foi constituída por Bela Feldman Bianco, que atendeu meu convite e solicitação de escrever um regulamento para o concurso. Núbia Rodrigues fez parte da Comissão e cuidou dos aspectos operacionais da mostra. Completou a Comissão o recém falecido Guido Araújo, professor de cinema, cineasta, cinéfilo e criador da bem-sucedida Jornada Internacional de Cinema da Bahia, que ocorre desde 1972.

A Comissão Organizadora Local foi constituída pelos colegas Pedro Agostinho, Maria Rosário Carvalho, Jeferson Bacelar e eu. Pedro, o decano entre nós e que outrora fora nosso professor, foi incluído por sua trajetória e contribuição para com a ABA. Os outros eram da mesma geração e igual tempo de ingresso no Departamento e participação na ABA e RBAs.

Os pontos de vista quanto à organização da reunião eram inteiramente diferentes e impossíveis de serem conciliados. Enquanto dois dos membros propunham modernizar e profissionalizar a organização do evento, os dois outros se opunham, propondo manter da mesma forma que fora realizada duas décadas atrás. A contratação da empresa para dar apoio ao evento causou cisão entre os membros da comissão, com graves consequências para a organização do evento. Dois membros da comissão passaram a exercer pesadas críticas e atuar, no sentido de produzir falsas informações e denúncias infundadas contra os outros membros, entre aquelas, a de exclusão de negros e práticas racistas. Estas calúnias foram levadas em mesas redondas do evento, e movida campanha de difamação dos dois outros organizadores durante o evento, a exemplo de estímulo a estudantes negros para denunciarem que foram discriminados por sua condição.

As repercussões se fizeram também ser ouvidas na Reunião Anual da ANPOCS, quando uma colega antropóloga de um estado vizinho do Nordeste que rivaliza com a Bahia, estimulada por uma professora do Departamento de Sociologia da UFBA, levou a uma reunião de diretoria da denúncia de que na RBA daquele ano na Bahia teria ocorrido a prática de racismo na contratação de atendentes. A diversidade racial entre os agentes da empresa que ofereceu apoio organizacional ao evento, assim como, das e dos atendentes, representava claramente a mistura racial baiana, porém prevaleceu a deturpação estimulada por colegas que participaram da comissão organizadora e

não conseguiram impor suas intenções retrógradas, que incluíam o favorecimento dos amigos e, particularmente aos correligionários, no significado pleno da palavra.

A avaliação feita por pessoas isentas das disputas locais indicou ter sido aquela a mais bem organizada RBA, tanto no que se referia a levar suas atividades para um local adequado, permitindo o contato constante entre os participantes, como pela diversidade de temas e de origem dos participantes, palestrantes, conferencistas, além da inclusão social e do funcionamento regular de toda as atividades. Muitos procuraram contato com os organizadores e permaneceram atentos até o fim, para elogiar o evento e repudiar as críticas concertadas feitas por pessoas que atendiam às ações mal-intencionadas, que incluíram uma campanha de boca de urna contra o voto em mim para fazer parte do Conselho Científico da ABA. Sem o êxito desejado, contudo!...

---

### **Participação no Conselho Científico, Diretorias e em outras RBAs**

À minha participação no Conselho Científico da ABA na gestão da professora Mariza Correia, entre 1996 e 1998, se seguiu o convite do colega Ruben Oliven para fazer parte de sua diretoria, ele como presidente no período 2000-2002. Foi uma nova oportunidade de intenso aprendizado e compromissos com a gestão e funcionamento da ABA. Em uma das reuniões da diretoria que ocorreu em Porto Alegre, apresentei a sugestão de que a reunião regional de antropologia que envolve participantes dos estados do norte e nordeste, denominada ABANNE, fosse reestruturada e redenominada como Reunião Equatorial de Antropologia-REA. A primeira com a nova denominação e dinâmica deveria ocorrer em Salvador no ano de 2001, contudo ocorrências posteriores vieram a impedir que eu estivesse à frente da organização, sendo alterada o local onde viria acontecer.

Não se tratava apenas de uma mudança de título de um evento, mas da expansão da reunião de maneira a ganhar amplitude nacional e internacional, voltada para os países latino americanos, particularmente aqueles situados ao noroeste, norte, América Central e Caribe. Contudo, novas ocorrências levaram a mudança de planos, sendo neste caso um convite que tive para ser professor visitante no Departamento de Antropologia e Centro de Estudos Latino Americanos da UCLA, de setembro de 2001 a agosto de 2002. A reunião foi realizada no Maranhão, contudo, com o título e concepções de reuniões antigas, prevalecendo as práticas regionalistas e clientelistas que buscamos combater na XX RBA em 1996. Minha maior contribuição para com aquela diretoria da ABA da qual fiz parte foi a organização de um seminário sobre antropologia e saúde, que ocorreu na FFCH/UFBA no primeiro semestre de 2001, com cerca de 80 participantes.

No ano de 2006 fui convidado por Luís Roberto Cardoso de Oliveira para fazer parte de sua diretoria, tendo eu aceitado de imediato em razão das boas experiências e diálogos anteriores que tínhamos. Nas discussões sobre o próximo local para realizar a XXVII RBA e, em razão da impossibilidade organizar a reunião em três locais que foram propostos a sediar, eu declarei que aceitaria estar à frente da comissão local, desde que fosse sediada em Porto Seguro.

Naquele momento e estava envolvido na busca de resolver pendências em Porto Seguro, criadas por aqueles que antecederam a minha direção no Museu de Arqueologia e Etnologia, e estávamos às vésperas de realizar o “Seminário sobre Formação Universitária Indígena em Saúde: desafios para a formação superior indígena em saúde”<sup>36</sup> naquela cidade. A gestão da UFBA em um de seus momentos de maior expansão para o interior da Bahia, considerava a possibilidade de implantar *campi* multilocalizados<sup>37</sup> em Porto Seguro, Eunápolis e Teixeira de Freitas. Surpreendeu-me o entusiasmo com relação à proposta e sua aprovação pelo Conselho da ABA, que já anunciou o local da próxima reunião de imediato. Não faltaram críticas, entre estas a de colegas que diziam estarmos fazendo uso de dinheiro público para promover turismo.

Os críticos, desta vez situados em Brasília, aliados àqueles reincidentes em Salvador, ignoravam, propositadamente, a proposta de expansão do ensino universitário público para aquela área; a exposição crítica do modelo perverso de desenvolvimento excludente baseado no turismo predatório; a evidenciação dos bolsões de pobreza em Porto Seguro resultantes da expulsão de pequenos agricultores de campo, em consequência do plantio de eucalipto, da crise da lavoura do cacau; o tipo e ritmo de demanda de mão de obra pelo turismo que resulta em grandes períodos de desemprego para aqueles que buscam neste sua sobrevivência como assalariados; e a condição de exclusão continuada e exploração dos indígenas e de sua imagem encontrada em toda área.

A distância entre Porto Seguro e Salvador certamente seria um fator dificultador, contudo, a dedicação da equipe envolvida em Salvador, cuja base foi aquela do Museu de Arqueologia e Etnologia, veio a lidar adequadamente e superar toda as dificuldades. Em Porto Seguro a reunião ocorreu em espaço e dimensões adequados,

36 A comissão organizadora do seminário foi constituída por Antonio Carlos de Sousa Lima, Jane Beltrão, Luiza Pereira e por mim. Foi financiado pela Fundação Ford e contou o apoio da ABA.

37 Esta era a denominação que dada aos três campi no anteprojeto que elaboramos após audiências na área no ano de 2005, lideradas pelo Reitor Naomar Almeida, com a participação do deputado federal Zezéu Ribeiro e do então Diretor da FAPEX, professor Osvaldo Barreto e minha.

teve forte apoio dos agentes locais e, particularmente, do grande administrador e artesão de muitos ofícios, Matias Santana, líder de uma equipe que agiu de maneira absolutamente correta e eficiente no atendimento de todas as nossas demandas.

A XXVII RBA veio a ser uma das mais concorridas e inclusivas reuniões promovida pela ABA, não apenas nas temáticas levadas à discussão em seus GTs, MRs, Simpósios especiais e conferências, na presença de colegas e estudantes de outras partes do país e de vários países, na participação de indígenas e de outros grupos socialmente minoritários, na participação e envolvimento de estudantes da UFBA em sua organização, atendimento ao público e apresentações orais e de pôsteres. O público total teve aumento significativo para mais de 2.200 inscritos, certamente não atraído exclusivamente pela oportunidade de fazer “turismo com recursos públicos” como fora criticado, mas de conhecer um local que padece de vários tipos de males, entre estes o turismo predatório já mencionado, que estimula o tráfico e consumo de drogas, a exploração e violência sexual contra jovens de todos os gêneros, um dos mais alto níveis de prevalência de DSTs do país, altas taxas de desemprego crônico, assistência médico sanitária incompatível e insuficiente para as demandas, todos estes problemas mascarados pelo apelo festivo que os poderes públicos e grupos empresariais que operam o turismo impõem à cidade e seus moradores.

96

Em Porto Seguro, a ABA teve oportunidade de homenagear alguns colegas da mais alta distinção, conferindo-lhes sua medalha de reconhecimento à contribuição a antropologia, entre aqueles agraciados, dois baianos, Josildete Consorte, uma das participantes no Projeto Columbia, que trabalhou como assistente de campo em Rio de Contas com Marvin Harris entre 1952 e 1953<sup>38</sup>, sendo a primeira antropóloga baiana, negra, a ir cursar pós-graduação nos EUA e perceber-se como uma mulher negra. Ela narra que nunca se sentira negra antes de ser confrontada com o racismo explícito que encontrou nos EUA, quando teve que decidir que sanitário fazer uso frente às alternativas de escolher entre um destinado a “whites” outro a “colored”. Recebeu também a Medalha do Mérito Antropológico o professor Pedro Agostinho, certamente baiano de adoção sem renunciar seu temperamento, pensamento e sotaque lusitano, mais particularmente, lisboeta, responsável pela redescoberta, muitas vezes ironicamente ou politicamente taxada de “invenção”, de povos indígenas em todo o território da Bahia. Atuou na formação de vários antropólogos e docentes que vieram a ser seus colegas, entre os quais me incluo.

---

38 No ano de 1992 Marvin Harris viria novamente à Bahia para realizar um reestudo no mesmo local, mais uma vez Josildete Consorte o acompanhou no trabalho de campo, do qual resultou a publicação: HARRIS, Marvin et al. Who are the whites?: Imposed census categories and the racial demography of Brazil. *Social Forces*, v. 72, n. 2, p. 451-462, 1993.

Estimulado por colegas e certamente com entusiasmo meu de poder contribuir com a associação científica de minha área, eu me apresentei como candidato à presidência da ABA. A constituição da diretoria que aceitou compartilhar a missão comigo já antecipava o compromisso de novo desafio. O de realizar a 28ª RBA em Belém, estado do Pará, cuja única tentativa de sediar este evento ocorreu em 1966, quando juntou-se a outro evento científico e teve participação muito limitada. Realizar a RBA na Região Norte do Brasil, na Floresta Amazônica, na Cidade de Belém, exigia um grande esforço, contudo, não desencorajou a diretoria eleita em Porto Seguro. A pluralidade se tornou o tema de sua gestão, usando, assim o lema *Brasil Plural* para estimular a discussão em torno da pluralidade de povos, culturas, sociedades, grupos sociais, etnias, identidades étnicas, de gêneros, raciais, religiosas, ocupacionais, políticas, entre outras.

O desafio foi enfrentado pelos associados e comunidade acadêmica, grupos sociais minoritários, entre outros. A equipe local, em Belém, foi coordenada pela colega e membro e secretária geral da ABA, Jane Beltrão, que se dedicou intensamente para manter o elevado nível de discussões acadêmicas e diversidade de temas na programação. A RBA, mais uma vez, veio a ter diversidade de temas e de participantes nacionais e estrangeiros, assim como crescimento discreto do número de participantes em relação à anterior que ocorreu em Porto Seguro, acumulando nas duas edições o crédito de ter enfrentado desafios de ocorrer em locais que em princípio colocaria dificuldade para a participação de seus associados e outros interessados.

### **Sotaques regionais ou cosmopolitismo? ABANNE e REA**

Pensada e proposta em 2001, como forma de alargar as discussões e participações para além das fronteiras ao Norte e Noroeste do país em movimento simétrico ao que acontecera com a Reunião de Antropologia do Mercosul-RAM, substituindo, assim, a limitada e envelhecida denominação ABANNE, cujo chamamento se apresentava excessivamente regional, a I Reunião Equatorial de Antropologia-REA somente veio a ser realizada em 2007, no campus da Universidade Federal de Sergipe-UFSE. À frente da organização o colega Jonatas Menezes, que juntamente com a equipe de professores locais, aceitou o desafio de inovar e ampliar o espectro de participação para abranger colegas dos países vizinhos, dando um primeiro e importante passo para superar as ideias demasiadamente regionalista que permeiam a ABANNE.

A II REA ocorreu em Natal, no campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em momento que eu me encontrava na presidência da ABA, estimulando que ocorresse ali. Contudo, considero que representou um imenso retrocesso em termos de organização e retorno ao domínio de grupos locais que buscam realizar

sua reunião, ao invés de optar por reuniões plurais e abertas para todos. Considero que a III REA, realizada em Roraima em 2011, que ainda tive oportunidade de estimular enquanto presidente da ABA, e a discussão da criação de Comissão da REA/ABANNE, retomou o sentido da pluralidade e inclusão na sua organização.

Lamentavelmente todas as tentativas de institucionalizar a REA por meio de uma comissão com representações regionais repetidamente encontra barreiras e desinteresse. A última tentativa feita durante a mais recente RBA em Maceió ficou no vazio. Uma das alternativas encaminhadas seria de realizar a REA/ABBANE prevista para meados do ano de 2017 em Porto Seguro, no Campus Sosígenes Costa da UFSB. Na inviabilidade que se apresentou de tê-la realizada na UFSB, já que eu me encontrava na iminência de voltar para a UFBA, surgiu como alternativa a UFPI, em Teresina, contudo, já também frustrada. Certamente mudar sempre encontra barreiras e resistências, contudo, esta é uma das situações em que se vê a necessidade urgente de falar a linguagem do mundo, cada um com seu próprio sotaque, e superar o que penso como síndrome da Torre de Babel, na qual se fala tantas línguas que se perde o mais importante da comunicação que são os significados.

### **Para Além das Reuniões: outras formas de atuar da ABA**

Não é só de reuniões bienais se faz a Associação Brasileira de Antropologia-ABA. Certamente estas reuniões são um momento de grade importância e participação intensa de todos os associados. O cotidiano da Associação exige competência e habilidades administrativas, acadêmicas, diplomáticas, políticas. Enfim, entender e traçar políticas que conduzam a Associação a responder às demandas sociais e de seus associados com perfis e expectativas bastante diversificadas. As negociações políticas a que me refiro vão desde aquelas de agir junto aos associados para atender às expectativas que sejam efetivamente comuns a todos, em relação ao que esperam de sua associação; a defender os interesses da profissão, tanto no âmbito da atuação do técnico, quanto do pesquisador acadêmico e do docente de vários níveis de ensino. Mais que isto, cuidar para que a informação adequada seja difundida diariamente entre todos de forma a manter o alerta ao cotidiano do mundo e das pessoas com as quais a ABA tem que lidar em nome de seus associados, observando rigorosamente os limites da atuação ética e respeitosa às diferenças de cada grupo social, cada cultura e de cada um de seus membros e portadores.

É importante reconhecer a atuação do antropólogo e, particularmente daqueles que assumem a responsabilidade pela condução das políticas e ações da Associação na qual participam, já que esta deve se pautar pelos princípios estabelecidos no “CÓDIGO DE ÉTICA DO ANTROPÓLOGO E DA ANTROPÓLOGA”, que

rege a atuação de todos desde sua criação em 1986. Código este que deixa claro os direitos e responsabilidades dos antropólogos enquanto pesquisadores, assim como os direitos dos grupos sociais, comunidades e/ou povos entre e com os quais estes realizam seus estudos, que se traduz sob a forma de grande responsabilidade de compartilhar os resultados.

O itinerário do que seriam as demandas de dedicação começou a ser traçado nas semanas antecedentes à minha posse como presidente. Naquele momento, uma das questões mais urgentes era o julgamento no STF da Petição 3388, que questionava a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, sendo seu relator o ministro Carlos Ayres Britto, com quem tivemos nossa primeira reunião, com a presença da vice-presidente, do presidente que sairia do cargo, professor Luís Roberto Cardoso de Oliveira e o decano da ABA, professor Roque de Barros Laraia. Coube a mim, enquanto presidente, juntamente com outros colegas que tiveram disponibilidade para participar à época, acompanhar todas as sessões do julgamento da Petição, fazendo com que a presença da ABA fosse sempre visível, como me recomendara meu antecessor, até sua conclusão favorável aos indígenas, o que me levou, em nome da ABA, a parabenizar o relator por seu excelente parecer, com o qual a ABA teve a honra de contribuir na elaboração. Imagem 25 – Posse na presidência da ABA e agosto de 2008

Imagem 25 – Posse na presidência da ABA e agosto de 2008



Foto: autoria desconhecida.

Outras situações semelhantes se repetiram ao longo dos mais de dois anos do mandato. A ABA, por meio de sua diretoria e Comissões, sempre acompanha atentamente outros processos no STF. Entre esses a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3239, que questionava a constitucionalidade do Decreto Federal nº4887/03, que regulamenta o procedimento de titulação dos territórios quilombolas no Brasil.

Esta ação foi ajuizada pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL), para interromper a titulação de terras de quilombos no país. A atuação da ABA teve início na busca de diálogo com seu primeiro relator, o Ministro César Pelluzo, com a participação minha, da vice-presidente e da professora Eliane O´Dwyer em 2009; posteriormente com a participação do colega Alfredo Wagner Berno de Almeida, ainda sob responsabilidade do mesmo relator. Com a aposentadoria do relator e assunção da relatoria pela Ministra Carmem Lúcia, solicitamos outra audiência na qual participamos com a presença do colega José Augusto Laranjeira Sampaio, coordenador do GT Quilombos. Contudo, até a presente data em que construímos esta narrativa não ocorreu o julgamento da referida ADIN.

No período que estive na presidência da ABA, a diretoria se fez presente e/ou se representou em outras questões no STF, que vão desde a prática do infanticídio entre alguns povos indígenas, ao aborto voluntário, questões de terras de outros grupos indígenas, entre estes dos Pataxó Hahahãe do sul da Bahia, que vieram a ter êxito no seu pleito pela demarcação de sua TI.

A renovação e/ou manutenção dos acordos de cooperação da ABA com o Ministério Público Federal e com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária são uma agenda constante de todas as diretorias da ABA. Esses acordos permitem não apenas o assessoramento por parte da Associação e de seus membros, como seminários nos quais são tratadas questões de interesse mútuo, indicação de peritos para elaboração de laudos, avaliação perícias judiciais etc. A colaboração da ABA com a realização de evento do Observatório Nacional de Direitos Indígenas e outras entidades, sem dúvida marcou a gestão da diretoria que presidi. É importante também destacar que, por motivos de ajuste do mandato da diretoria ao ano fiscal, já que a defasagem entre ambos era geradora de algumas dificuldades administrativas e fiscais, o mandato de minha diretoria foi o mais longo após a reorganização da ABA (que deixou de ter renovação de diretoria por oito anos em razão da repressão à atividades associativas movida pelo golpe de estado de 1964).

### **Representando da ABA e participação no WCAA**

Durante o tempo em que estive na presidência da ABA também foi dado continuidade à participação e suporte para o *World Council of Anthropological Associations-WCAA*. A entidade internacional que reúne e associações de antropologia de vários países foi fundada durante a XXIV RBA que ocorreu em Recife no ano de 2004, sendo seu primeiro presidente foi o então presidente da ABA, Gustavo Lins Ribeiro.

Minha primeira participação em reunião do WCAA se deu em 2010, em Maynooth, na Irlanda, ocasião em que me tornei membro de seu *Organizing Commmittee*

até o ano de 2014. Na mesma ocasião que teve início meu mandato de quatro anos neste Comité Organizador, também passei a integrar a *Advocacy and Outreach Activities (AOA) Task Force*, sob a liderança de Virginia Domingues, ex-Presidente da AAA. Esta Força Tarefa veio a conceber e dar início à implantação do organização internacional denominada em língua portuguesa de Antropólogos Sem Fronteiras-ASF, que pode ser conhecida no endereço da internet [https://www.wcaanet.org/about/task\\_force.shtml](https://www.wcaanet.org/about/task_force.shtml).

Durante este período participei de várias reuniões da WCAA. Estas reuniões regularmente ocorrem em parceria com as associações nacionais ou regionais de antropólogos em diferentes países. A primeira foi na Irlanda em 2010, apresentando o trabalho intitulado “*Contemporary Approaches to Old and New Questions of Anthropology in Brazil*”, no Painel da WCAA no European Association of Social Anthropologists-EASA Meeting. No ano de 2011, em Perth na Austrália, em reunião conjunta da WCAA com a Australian Association of Anthropology, participei no painel que discutia ética, tomando o filme “O Segredo da Tribo”, que denunciava a atuação do antropólogo Napoleon Chagnon e do geneticista Jacques Lizot entre os Yanomami, quando tratei da questão na apresentação intitulada “*Anthropological Research, the role of Anthropologists, and the experience with ethics related issues*”. Ainda no mesmo ano de 2011, participei de painel da American Anthropological Association-AAA e WCAA na reunião de Montreal, Canadá, com a apresentação intitulada “*Diversities of Anthropologies in Brazil: possible dialogues among the local, national and global in contemporary world anthropologies*”. No ano de 2012 em Nova Delhi, na reunião conjunta entre a Indian Anthropological Association-IAA e WCAA, discuti o trabalho intitulado “*From National Anthropologies to Anthropologists without Borders*”, que lançava as bases para a criação da organização internacional *Anthropologists Without Borders*, cuja sigla usaria das iniciais em português ASF-Antropólogos Sem Fronteiras, já que sua primeira instalação oficial se deu no Brasil, na Bahia, e, mais precisamente, em Itaparica onde se encontra oficialmente registrada.

Ainda no ano de 2012 fui responsável pela organização e coordenação de uma mesa redonda da WCAA na XXI RBA que ocorreu em São Paulo, mesa que teve como título-tema “*New Frontiers in National Anthropologies and the constitution of a World Anthropology*”, que contou com a participação do *chairperson* da WCAA e dois antecessores seus, além do presidente da EASA. Na reunião conjunta entre a International Union of Anthropological and Ethnological Societies-IUAES e WCAA, que ocorreu em 2013 em Manchester, Inglaterra, participei no painel denominado *Averting a global environmental collapse: the role of anthropology and local knowledge*, com a apresentação intitulada “*Socioenvironmental vulnerability among traditional populations in the Bay of Todos os Santos, Bahia, Brazil*”.

Em 2014, que seria o momento de minha substituição no *Organizing Committee*, a reunião ocorreu em Taipé, China. Todos os arranjos feitos para estar presente na reunião, em que eu participaria do Painel “*Environmental Anthropology: Rethinking Environmental Constraint and Construction in the Human Condition*”, apresentando o trabalho intitulado “*Socioenvironmental Change and Risk to Natural and Cultural Heritage*”, mas as demandas de última hora na UFSB não me permitiram ausentar-me para participar do evento.

Quase sempre busco voltar ao ponto de partida para avaliar o aprendizado com cada uma das minhas experiências. Minha participação na ABA sempre foi algo que considere muito importante como doação a um projeto ver a associação científica da qual faço parte crescer a passos largos. Vir a assumir sua presidência nunca fora antecipado como possibilidade por mim. Contudo, considero que me deu a oportunidade única de conhecer as variantes da antropologia que se pratica nos muitos “Brasis”, assim como nos países vizinhos e em outras partes do mundo. Em cada reunião que compareci representando a ABA encontrei aspectos e pessoas que nunca teria conhecido se não fosse esta experiência única. Entre estas encontrei Fátima Tavares, uma colega antropóloga, naquele momento na UFJF, que desde fins de 2008 veio a se tornar minha parceira no trabalho e na vida cotidiana.

Da ABA recebi muito, o aprendizado foi o mais importante ganho. Os dos momentos mais distintos e honrosos nesta parceria e caminhada foi de ser eleito seu presidente e receber a “Medalha Roquette-Pinto de Contribuição à Antropologia Brasileira”. Certamente concedida pelo Conselho Diretor, mas sinto-me ainda mais honrado por recebê-la no momento em se encontravam na diretoria amigos e parceiros, que participaram da mesma diretoria que eu como presidente. Registro meus especiais agradecimentos aos colegas e amigos Antonio Carlos de Sousa Lima e Jane Fellipe Beltrão. Creio eu este foi um jeito que achei para finalizar a lembrança da minha relação com a ABA. Ao mesmo tempo em que, desejo que os esquecimentos protejam a mim e aos membros da banca que terão a missão de ler todo este relato de memórias!...

### **E fez-se o V Congresso Afro-Brasileiro!...**

Após a bem sucedida realização da XX RBA em Salvador em 1996, o colega Jefferson Bacelar, que juntamente comigo fizera parte da Comissão Organizadora (sendo o único dos três outros membros a colaborar efetivamente para que a RBA tivesse o êxito que alcançou), solicitou-me minha participação para organizar o V Congresso

Afro-Brasileiro, que ocorreu de 17 a 20 de agosto de 1997<sup>39</sup>. Certamente, depois de nossa bem sucedida parceria e todo seu envolvimento e colaboração, eu não poderia negar apoio a ele numa situação como a que se apresentava.

Tratava-se de um evento permeado por várias questões que tornavam sua organização politicamente delicada, não apenas por não existir uma entidade organizada que fosse responsável pelo Congresso, mas, e sobretudo, pelos arranjos políticos de sua organização, que envolviam desde a presidência da Câmara de Vereadores de Salvador, a ONGs e indivíduos que defendiam fortes princípios ideológicos étnico-raciais. O Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, dirigido por Jeferson, representava a Universidade na composição dos organizadores e promotores. Além do apoio da Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal de Salvador e Governo do Estado da Bahia. A Fundação Ford e CNPq financiaram grande parte dos custos do evento.

A Jeferson Bacelar e a mim pareceu-nos razoável aplicar o mesmo formato e estratégias de organização e funcionamento da XX RBA. Era, contudo, sensato evitar os erros que cometemos na reunião anterior. O local de realização foi novamente o Centro de Convenções da Bahia, em Salvador. A imensa comissão de organização, de constituição espontânea, levava todos os temas a horas intermináveis de discussão, todos apresentando excelentes ideias e à espera de alguém que as executasse de acordo seus desejos. Todos tinham e queriam trazer amigos, com todas as despesas pagas, sem, contudo, qualquer esforço próprio. Repetiam-se as propostas clientelistas voltadas para a busca de autopromoção, reforço de egos e autoprestígio à semelhança do que ocorrera na XX RBA um ano antes. À distância temporal dos fatos que ocorreram e que aqui relato, se analisado do ponto de vista autoetnografia reflexiva que orienta a elaboração deste memorial, posso reconhecer que aquele ambiente muitas vezes promíscuo me fazia ter certeza de que ali era a Bahia, Brasil!...

Um dos participantes da comissão, que travou o andamento de todas as providências porque estava preparando uma proposta alternativa àquela apresentada pelos coordenadores, Jeferson e eu, finalmente trouxe a sua. Era constituída de grande número de apresentações artísticas a serem custeadas pela organização do evento, a título de programação cultural. Entre os custo ele incluía seu próprio cachê, que praticamente chegava a um terço do custo total previsto para o evento.

Um dos impasses surgiu quando parte daquele automeado grupo de organizadores questionou minha participação na coordenação, uma vez que eu não era negro, nem reconhecido por trabalhos com temáticas afro-brasileiras, portanto, não

---

39 Dos cinco Congressos, três ocorreram em Recife: o primeiro em 1934, o terceiro em 1982 e o quarto em 1994, dois em Salvador, o segundo em 1937 e o quinto em 1997.

legitimado para a função. Após intensas conversas, em que coloquei à disposição os encargos de co-coordenador, para desespero de Jeferson Bacelar que temia perder a parceria que viabilizou a XX RBA, tudo continuou com estava “dantes”<sup>40</sup>. Enfim, a discussão rapidamente caiu no esquecimento e eu fui mantido na mesma condição. Entre outras formas de inserção naquele momento, eu havia obtido e era o responsável pelos recursos do CNPq., que trouxe um significativo aporte financeiro para custeio do evento.

Mais uma vez repetiu-se o costumeiro assédio moral anteriormente promovido por colegas do Departamento, que estimularam estudantes a fazer provocações e acusar de discriminação racial a coordenação e a mesma empresa de eventos que apoiou a organização da realização da XX RBA. O cuidado tomado para reduzir e minimizar tal assédio foi redobrado. Entre estes, teve-se o cuidado de garantir que os mediadores da organização fossem todos mulheres pretas e homens pretos, com bastante sucesso com a formação de uma equipe que nunca trabalhara junta antes, que realizou todas as tarefas de forma magistral. Mas desta vez, os mesmos críticos inverteram o argumento, propalando que a participação de menor prestígio social fora destinadas a pretas e pretos. Um velho bordão baiano diria: “Durma-se com um barulho desses!...”.

104

### **SBPC e UFSB: construindo a 68ª Reunião Anual**

Durante o período que fui presidente da ABA (agosto de 2008 a dezembro de 2010) participei do grande investimento que meu antecessor já fazia na intensificação das relações entre ABA e SBPC. Uma das principais frentes de ações foram os eventos conjuntos a convite daquela e também convidando a SBPC a estar presente nos eventos da ABA. Otávio Velho, um dos vice-presidentes da SBPC, no mesmo período, atuou intensamente para promover esta aproximação. Em maio de 2012 ele me contactou para sugerir que eu me candidatasse ao Conselho da SBPC como representante da Bahia nas próximas eleições, tendo sido eleito para mandato de quatro anos até julho de 2016.

---

40 Faz-me lembrar de antiga expressão portuguesa, no passado bastante comum entre nós para falar sobre não mudanças: “Está tudo como dantes no quartel d’Abrantes”. Sua origem é creditada à invasão francesa em Portugal em 1807, quando uma das primeiras cidades a serem invadidas pelo general Jean Androche Junot, braço-direito de Napoleão, foi Abrantes, localizada a 152 quilômetros de Lisboa, na margem do rio Tejo. Ali foi implantado uma fortaleza e, poucos meses depois o general Junot se fez proclamar Duque d’Abrantes.

Logo que foram iniciadas as atividades da Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB, que em Porto Seguro se instalou no Centro Cultural e de Eventos do Descobrimento. A disponibilidade e um local apropriado para convenções constituía um forte estímulo do espaço disponível para que este se tornasse o local onde se realizariam os principais eventos da universidade, o que de fato veio a acontecer. Minhas experiências anterior em organizar eventos, conhecida do colega Reitor, fez com que ele me propusesse assumir a coordenação por parte da UFSB na organização de III Encontro Nacional dos Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares, ao qual se agregou I Colóquio Internacional Sobre Excelência na Educação Superior.

Entusiasmado com o sucesso de ambos, o Reitor propôs de imediato que buscássemos realizar uma reunião anual da SBPC na UFSB, desejo que ele àquela altura já antecipara à presidente, sua colega da área acadêmica de saúde. Expressei minhas dúvidas, mas não descartei a possibilidade de vir a acompanhá-lo neste empreendimento.

Numa reunião do Conselho da SBPC em 2014, antecedente a 66ª RA, à qual não compareci, foram discutidas as próximas reuniões, com a sugestão uma futura fosse realizada na UFSB, sendo descartada a reunião em 2016 por ser esta instituição muito jovem. Uma das sugestões era de que esta viesse a realizar uma reunião regional para ganhar experiência e, futuramente, promover uma reunião anual. Na ocasião foi definido que 68ª RA seria na UFRGS e a 69ª RA na UFMG, esta última incorporaria a RA à programação comemorativa dos 90 anos de sua fundação em 2017. Na reunião do Conselho que ocorreu na sede da SBPC, em São Paulo, no início do ano de 2015, o representante do Rio Grande do Sul foi taxativo afirmando que não abririam mão da reunião na UFRGS para que fosse realizada na UFSB, sem que houvesse qualquer questionamento neste sentido, ou ameaça de por parte de qualquer dos presentes naquele momento.

Para enorme surpresa minha, ao chegar para a reunião do Conselho, antecedente a 67ª RA, um colega da UFBA me assegurou que a UFSB deveria se preparar para realizar a reunião, já que a UFRGS encaminhara sua desistência na reunião de diretoria do dia anterior, e a UNB, que ficara como segunda alternativa, já informara que não mais teria condição de realizá-la em razão da crise que se abatia sobre as universidades naquele momento de grande instabilidade política e institucional.

Em rápida comunicação e consulta telefônica que fiz ao reitor da UFSB, que me solicitou que aguardasse um pouco até que ele verificasse a disposição de outros membros da administração central, fui autorizado a comprometer a universidade com a realização da reunião. Na reunião do Conselho da SBPC apresentei o local onde seria futura reunião de 2018 e capacidade da UFSB de promovê-la, mas não para argumentar em favor da reunião de imediato. Passou-se, contudo, por toda a formalidade exigida para aprovação, inclusive com minha retirada da sala, para que

ocorresse a discussão de aceitação ou não da proposta. Após meu retorno à sala, vários conselheiros enfatizaram que consideravam as condições da universidade para organizar uma reunião do porte daquela 68ª RA bastante limitada, em razão de ser esta ainda muito jovem, contudo, seus votos favoráveis foram por estarmos Naomar e eu à frente da organização, pessoas em que depositavam toda a confiança de que fariam a adequada condução para o êxito do evento. Tomavam como referência experiências anteriores em que estivemos, Naomar e eu, envolvidos na organização de eventos científicos de grande porte, tal como RBAs, Reuniões da ABRASCO e do próprio III ENABLI, onde alguns estiveram presentes ou tiveram referências positivas.

Imagem 26 – Equipe da UFSB corresponsável pela 68ª RA da SBPB



Foto: autoria desconhecida.

O clima de engajamento espontâneo e prazeroso na organização da 68ª RA da SBPC<sup>41</sup> contaminou a quase todos na Instituição. Mesmo aqueles que são, em qualquer circunstância, negativistas, buscaram se adaptar à ideia e reconhecer nesta um grande passo para a divulgação da UFSB, além dos potenciais benefícios que poderiam resultar para a UFSB e para a região em que se encontra instalada. Se bem apropriada pela universidade e seu membros, a oportunidade apresentava incomensurável potencial para construir sólidas pontes entre a instituição e comunidades da

41 A fotografia exibida não é oficial, mas, de oportunidade. Alguns dos participante e líderes da equipe não se encontram na imagem, a exemplo dos professores Naomar Almeida e Francisco Mesquita, cujo envolvimento e liderança na organização e administração do evento foi de valor inestimável.

região, assim como com as comunidades científicas nacionais, que se fariam presentes neste grande *circo das ciências*, e de práticas interdisciplinares no mais estrito sentido que se pode dar ao termo, que são as RAs da SBPC. A UFSB não poderia perder esta oportunidade, que dificilmente se repetiria, ou, certamente não se repetirá, em momento próximo.

A primeira reunião da diretoria da SBPC com a administração central da UFSB e outros interessados ocorreu em meados do mês de outubro de 2015. Na ocasião seus representantes conheceram as instalações e as propostas iniciais da UFSB para a RA, que ocorreria na mais nova e menor universidade federal do país, mas contando com uma equipe disposta a enfrentar o desafio. Na ocasião o reitor me indicou para ser o coordenador local, com plena aceitação da diretoria da SBPC. Seguramente era um grande desafio, mesmo contando com uma equipe experiente e que tem controle de todas as rotinas, como a da SBPC, a enorme tarefa que se apresentava era de conseguir dar à RA o toque distintivo de universidade inovadora, com o qual a UFSB buscava marcar todas as suas ações.

Um acidente ciclístico no primeiro dia do mês de novembro daquele ano, seguido de cirurgia, me afastou das atividades de organização do evento por alguns dias, tendo eu retornado ao trabalho ainda em recuperação, uma vez que não afetou meu entusiasmo e disposição. Alguns colegas que já tinham começado a se envolver com a organização do evento, rapidamente assumiram seus papéis, entre eles destaco meu colega Decano Pró Tempore do Centro de Formação em Ciências Ambientais, Asher Kiperstok, que delineou várias propostas e motivou colegas de sua área a darem início aos trabalhos durante minha ausência. Em nossa visão seria muito simples fazer uma RA “convencional”, mas nossa meta era promover uma RA que tivesse tudo que as anteriores apresentavam como rotina e aspectos inovadores que pudesse contribuir com as propostas futuras. A meta era mobilizar os potenciais intrainstitucionais, de forma a colocar a instituição em situação de igualdade com outras de muito maior porte, mais antigas e consolidadas.

Distribuídas as coordenações entre colegas docentes, técnicos administrativos e estudantes, os encaminhamentos não deixaram qualquer dúvida do espírito de equipe que contagiou a todos os envolvidos, superando as deficiências com criatividade e dedicação intensa. Além das atividades rotineiras nas RAs da SBPC, na edição realizada pela UFSB, ocorreu alto investimento para fortalecer e atribuir novas características à SBPC Indígena, que realizaria sua terceira edição, com vistas a valorizar a intensa presença indígena na região.

A SBPC Educação veio a ser realizada em parceria com a UNEB em Teixeira de Freitas, o que resultou em êxito de participantes e resultados impensáveis no momento em que a proposta foi colocada em discussão, tendo enfrentado fortes críticas,

e mesmo a recusa de participação de um conferencista, membro da diretoria da SBPC. O reitor da UNEB, professor José Bites, em reunião que tivemos em Salvador, corajosamente assumiu a responsabilidade por toda a infraestrutura que possibilitou o pleno e satisfatório funcionamento da SBPC Educação, cabendo a mim exercer o papel de coordenador geral, sendo a dupla co-coordenação com a professora Minervina Reis da UNEB do campus de Teixeira de Freitas, exercida inicialmente pelos professores Álamo Pimentel e Daniel Puig, este último tornou-se o único representante da UFSB na co-coordenação após o afastamento do primeiro. Posteriormente e de última hora com muito breve aviso, Álamo Pimentel assumiu a condição de conferencista na abertura da SBPC Educação em razão da ausência do convidado.

O reitor da UFSB propôs e fez significativo investimento para que pela primeira vez houvesse uma SPBC Artes. Esta área, que no primeiro momento da UFSB teve nomes de repercussão nacional e internacional em música e teatro, com grande potencial de construção coletiva, após o afastamento de Ricardo Castro e Hebe Alves perdeu visibilidade e densidade acadêmica na UFSB. Isto se deu em razão de estar desprovida de lideranças com competência e de expressão nacional que pudessem atrair nomes importantes da área de artes, ou mesmo planejar e organizar adequadamente esta nova vertente proposta para a 68ª RA. Conforme previsto, o grupo das artes não teve qualquer iniciativa de importância, limitando-se conduzir iniciativas da coordenação local e dos indígenas, colocando-se na posição de coitados e reclamando sem qualquer fundamento de serem excluídos, não importa o que se fizesse ou quanto as equipes trabalhassem para viabilizar o que não tiveram competência para realizar.

Considero, sem menor despreço para quaisquer dos outros eventos integrados que compõem o *circo das RAs*, que a SBPC indígena foi um dos pontos altos de inovação na 68ª RA. A participação dos indígenas em todas as discussões e decisões foi intensa e definidora, desde realizá-la em *kijemes* (ocas em língua Patxohã), construídas para esta finalidade por sugestão de lideranças indígenas que participaram das decisões quanto à organização, até a elaboração da programação, evitando ser um evento de acadêmicos não indígenas apresentando seus trabalhos sobre indígenas. O desafio, feito e aceito, era ser um evento de e para indígenas, com a participação de convidados não indígenas, quando avaliado como adequado, cuja inclusão foi decidida por aqueles, e, algumas vezes sugerida pela coordenação e aceita ou não pelos indígenas que participavam da Comissão. Alguns indígenas estiveram em painéis da programação central da SBPC, tanto em diálogos entre si e/ou com não indígenas, gerando excelentes resultados na integração destes ao mundo das ciências, humanidades, artes e da literatura, com especial destaque para a participação de escritores de origem indígena que tratam de temáticas étnicas. Não posso deixar de registrar os

pungentes relatos que fizeram sobre suas trajetórias, fontes de inspiração e disposição de luta pelo reconhecimento de seus escritos como parte da literatura brasileira.

Imagem 27 – Construção da Praça Turirim Pataxó e *Kijemes*



Foto: Matias dos Santos Santana, 2016.

A presença de algumas lideranças de assentados pelas políticas de reforma agrária, de representantes do MST e quilombolas nas atividades da SBPC Indígena foi também um ponto de destaque. Não apenas pela convergência de interesses que veio a fomentar o fortalecimento das relações, mas, também, por oportunizar a criação de novos espaços de discussões política comuns a todos aqueles e os indígenas. A proposta de aproximar estas lideranças objetivava, a médio e longo prazo, fomentar o diálogo entre grupos com interesses aparentemente conflitantes, de forma a que aqueles descobrissem os pontos comuns em suas lutas.

Pareceu-me particularmente importante a participação de um líder quilombola do Kaonge, na região de Santiago do Iguape, município de Cachoeira, que vem construindo novas estratégias de divulgação e promoção do patrimônio cultural quilombola, por meio de um programa de ações denominado “Rota da Liberdade”. Este programa agencia a participação ativa nos roteiros de visitação, evitando intermediação de empresas especializadas em viagem e turismo. Eles próprios elaboram e conduzem os roteiros, tanto no que se refere às atividades festivas, quanto nas visitas cotidianas que podem ser programadas diretamente pelo site do Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape. Outro importante aspecto no crescente investimento em desenvolver um modelo de autogestão que foi apresentado, é o uso do *Sururu*, uma moeda social emitida pelo Banco Comunitário Quilombola do Iguape, inteiramente gerido pelos membros da comunidade.

As repercussões dos encontros e discussões ocorridas na SPPC Indígena se fizeram presentes no ano seguinte, quando entre os dias 27 e 29 do mês de outubro de 2017 ocorreu a IX Festa da Ostra no quilombo do Kaonge, que contou a presença de três lideranças Pataxó. A presença deles se deveu às articulações que ocorreram por ocasião da SBPC Indígena. Eles vieram para compartilhar experiências com gestão do patrimônio e cultural e sua visitação, assim como para ver de perto a experiência do banco e moeda social, antecipando a criação do Kaiambá como moeda social Pataxó. Um dos idealizadores deste empreendimento social, o professor Genauto França, da Escola de Administração da UFBA esteve presente para discutir esta e outras questões com indígenas e quilombolas. Sem grandes alardes, estes ainda são ecos dos resultados da 68ª RA da SBPC.

Na organização da RA e suas atividades emergiu uma questão que permeia o desacordo de pontos de vista, sendo esta uma das causas de grande parte das fricções políticas e pessoais na UFSB. Este desacordo decorre da insistência de alguns docentes em tutelar os grupos identificados como povos tradicionais, entre estes, particularmente, os indígenas. Esta postura colonialista colide frontalmente com as propostas daqueles que respeitam a autonomia e autodeterminação destes povos, em diálogo com os acadêmicos que defendem e praticam esta postura decolonizadora, conduzido por decisão daqueles e não imposta, como se estes povos não tivessem condição de definir suas próprias vontades e destinos<sup>42</sup>. Não faltam exemplos das muitas vezes que eu me opus veementemente a convidar indígenas para apresentar suas danças em abertura ou durante eventos, uma vez que considero que já “dançam<sup>43</sup>” há mais de 500 anos. No momento atual devem sentar-se lado a lado com os não indígenas, muitos deles colonizadores, para falar, expressar suas posições e indignação pelo tratamento que continuam a receber. No âmbito da instituição universitária não deve haver lugar e apoio para que esta atitude prospere. Contudo, em alguns eventos na UFSB os indígenas foram convidados para dançar, outras vezes, foram colocados em situação de isolamento e guarda controlada pelos defensores de posturas neocolonizadoras, que disputam entre si para “ter um índio para chamar de seu”.<sup>44</sup>

É importante ainda destacar a participação de estudantes, tanto daqueles da UFSB, quanto de outras instituições da região e de outras partes do país, que se encarregaram,

42 Esta visão se encontra em sintonia com as correntes tendências da Antropologia Colaborativa, a exemplo dos trabalhos de Lassiter (2000, 2001 e 2008).

43 No sentido vulgar que se usa o termo, para referir a ser preterido, ser excluído, ou perder tudo.

44 Recentemente um líder indígena usou o termo “índio chaveirinho” para se referir a situações em que eles são tratados como curiosidade a ser mostrada a todos pelos que pensam dominá-los.

de maneira intensiva e competente, da monitoria e apoio ao funcionamento das várias atividades. Isto se deu sob a coordenação de um membro experiente da diretoria da SBPC e um jovem docente da UFSB. A presença de escolares de toda a região, assim como de adultos, fez com que o total de pessoas que compareceram ao evento em seus seis dias de duração atingisse mais de 24 mil participantes. O que me pareceu mais importante nisto foi o nível de grande satisfação de todos, já que aquele foi um momento único e privilegiado de acesso a informações transformadoras de suas vidas, certamente nunca antecipada por grande parte dos que ali estiveram presente participaram interativamente com as exposições e atividades programadas.

Decorridos mais de um ano desde a realização da 68ª RA da SBPC, avalio que este representou um dos, senão o mais, importante momento de todos os quatro anos que dedicadamente servi à UFSB como gestor setorial e coordenador local deste evento. Nesta condição, meu reconhecimento da participação de todos foi a única forma de homenagear igualmente aos que participaram de sua organização e construção, tendo cada um assumido suas tarefas e dado conta das mesmas. O reitor Naomar teve papel de inestimável importância nas articulações político-diplomático externas na busca de financiamentos em parceria com a presidenta da SBPC, professora Helena Nader e sua equipe de gestão. Destaco, ainda, a atuação competente e dedicada do Pró-Reitor de Planejamento e Administração, professor Francisco Mesquita, que mobilizou toda sua equipe para dar conta da infraestrutura física e operacional nos prazos necessários, sendo, assim, meu principal parceiro para que tudo “desse certo” numa situação com tanto potencial para geração de dificuldades e disputas por destaques individuais. A UFSB como um todo, e, particularmente o campus de Porto Seguro teve como legado novos equipamentos e condições de funcionamento adequadas para suas necessidades crescentes, assim como plantou a semente do conhecimento entre jovens e velhos de toda a região.

Agora, à medida que me distancio da experiência inovadora que nos levou a nos engajarmos de corpo e alma na construção da UFSB, pergunto-me, por que se deixou perder o espírito que naquele momento parecia ser um caminho para o crescimento ambicionado para a instituição?!....

### **Atuação em agências de fomento à pesquisa e ensino**

No ano 1993 ingressei no quadro de beneficiários de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq, no qual atualmente detenho bolsa PQ 1-B. Um ano antes tinha participado de minha primeira reunião de coordenadores de cursos de pós-graduação em Ciências Sociais na CAPES. Em ambas as situações senti-me ingressando em um novo patamar da vida acadêmica e do diálogo com colegas, uma vez que o

passo seguinte foi a participação no fórum de coordenadores de Pós-Graduação na ANPOCS, o que também dava acesso e intensificava a comunicação e trocas intelectuais com colegas de outras áreas das Ciências Sociais, já que até então conhecia muito pouco das outras áreas, tanto por ter realizado minha formação de doutorado no exterior, quando por circular quase exclusivamente na área de Antropologia.

Ter optado pela formação de pós-graduação em uma universidade da Costa Oeste dos EUA, em Los Angeles, onde a presença de estudantes originários do Brasil era bastante reduzida, a maioria ainda sendo atraída para trabalhar com os brasilianistas clássicos nas academicamente reconhecidas universidades da Costa Leste. Somando-se a isto o fato de me encontrar em uma universidade do Nordeste do Brasil, me colocava à margem dos fluxos de relações e das articulações de política acadêmica do eixo Sul-Sudeste, portanto, com menor oportunidade de ter acesso aos financiamentos, bolsas, e outros benefícios disponíveis naquele momento.

112

Por outro lado, o ingresso no visto como seletor clube acadêmico do Sul-Sudeste era dificultado pelas próprias circunstâncias daquele momento, em que ter os manuais de instrução e formulários do CNPq e CAPES era uma raridade (mesmo nas pró-reitorias dedicadas à pesquisa e pós-graduação circulavam muito restritamente). O curriculum vitae tinha que ser totalmente re-datilografado em formulário apropriado a cada atualização, sendo criadas as mais diversas estratégias entre os interessados para reduzir o exaustivo e demorado trabalho a cada vez que se pretendia fazer um pedido. Sem contar com a falta de informações, informações desencontradas, desinterpretações que circulavam entre os acadêmicos, que viam as bolsas de produtividade em pesquisa e financiamentos do CNPq como um privilégio restrito a poucos. Certamente com significativa concentração de beneficiários naquelas instituições do Centro-Sul, Sul e de Brasília.

Esta situação espelha o que ocorria até o início da década de 1990, quando na UFBA as áreas de ciências e saúde se encontravam mais bem articuladas com os movimentos nacionais, enquanto na área de humanidades ocorreu um atraso devido à lentidão no processo de qualificação dos docentes e baixo investimento em cursos de pós-graduação. Os Mestrados em Ciências Sociais e em História sucederam o único curso de pós-graduação existente na FFCH, que naquele momento acolhia estudante preponderantemente egresso dos próprios cursos de graduação da UFBA, mas que atendia precariamente a qualificação naquele nível. Os primeiros programas de pós-graduação com nível de doutorado só foram implantados no ano de 2007, sendo uma das maiores dificuldades a falta de doutores com produção acadêmica que os qualificasse para estar à frente de programas deste nível.

Se era algo difícil, ou mesmo parecia impossível, estava na hora de buscar identificar as barreiras e superá-las. Na UFBA muito poucos eram detentores de bolsas de

produtividade em pesquisa do CNPq assim como de beneficiários de financiamentos de pesquisa. Na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e, no meu Departamento, as linhas de financiamento à pesquisa eram pouco conhecidas. Esta falta de oportunidades me desafiou e estimulou a tentar consegui-las, inicialmente apresentado um projeto para um edital direcionado para a região nordeste, com o qual tive êxito, o que veio a estimular outros. No fim da década de 1980 havia apenas dois beneficiários de bolsas de produtividade em pesquisa em toda a FFCH, um deles no mesmo departamento eu me encontrava, mas que já viera da Unicamp nesta condição<sup>45</sup>.

Decidido a buscar superar estas dificuldades, no início da década de 1990 solicitei e obtive ajuda do colega Naomar Almeida para compreender o sistema e superar os limites estabelecidos pelos formulários, instruções etc. Ele, naquele momento, fazia parte do Comitê Assessor de Saúde Coletiva e Nutrição (não tenho certeza se teria este mesmo nome, já que a área era tratada como saúde pública e não saúde coletiva). Como resultado da luta contra os mencionados limites, em 1993 fui beneficiado com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, o que veio a demandar mais trabalho e, certamente, criar oportunidades já que, naquele momento, no meu Departamento eu era o segundo beneficiário. Desde então tenho participado regularmente das atividades e demandas do CNPq a seus bolsistas, tais como pareceres que já superam uma centena e meia.

Esta participação veio a se completar no ano de 2012, quando, indicado pela ABA e meus pares, no mês de agosto assumi a representação de área em Antropologia no Comitê Assessor de Ciências Sociais, sendo o primeiro bolsista da Bahia a fazê-lo. Ainda em relação ao CNPq, no ano de 2016, por indicação do colega Otávio Velho, que presidiu a Comissão do Prêmio Almirante Álvaro Alberto, na Área de Humanidades, fiz parte desta comissão repleta de ilustres representantes de todas as Ciências Humanas, Letras e Artes, para indicar e votar em seus colegas.

Com a Fundação de Amparo à Pesquisa do meu estado tenho contribuído menos do que poderia, já que poucas vezes fui chamado para participar emitindo pareceres ou realizando avaliações. A única vez que isto aconteceu foi neste ano de 2017, quando convidado para fazer parte a Comissão de Avaliação para atribuição do Prêmio Roberto Santos de Mérito Científico; nesta rodada, atribuído à área das Humanidades, Letras e Artes.

Volto ao ano de 2006 para falar de minha experiência em avaliação na CAPES. Naquele ano a colega Bella Feldman Bianco, então representante de área de Antropologia

---

45 Sentia-se assim autorizado a colocar-se em posição de superioridade em relação aos colegas desde que ingressou na condição de professor visitante. Em 1982 veio a ser efetivado, como vários de nós que tínhamos vínculos temporários com IES federais no país.

e Arqueologia na CAPES, me convidou para fazer parte da Comissão de Avaliação dos Programa de Pós-Graduação da área. Minha participação fugia aos critérios da CAPES, já que naquele momento eu me encontrava credenciado como Professor Permanente exclusivamente no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, no qual coordenava a recentemente implantada área de Ciências Sociais em Saúde. A oportunidade que tive de ver o processo por dentro, participando nas discussões, visitas e avaliações de programas que naquele momento propunham APCNs foi de grande importância para meu aprendizado, contribuindo decisivamente para que, juntamente com os colegas do Departamento de Antropologia, destacadamente o empenho de Ordep Serra propuséssemos e conseguíssemos a aprovação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, no níveis de mestrado e doutorado, do qual faço parte e que no ano de 2017 completou 10 anos de funcionamento.

114

Inesperadamente, no presente ano, a crise provocada pelo resultado da avaliação da área de antropologia e arqueologia na CAPES<sup>46</sup> fui novamente convidado para fazer parte da Comissão que avaliará os 14 recursos apresentados pelos programas que se consideraram prejudicados pela avaliação. Este número de recursos é bastante elevado, com quase metade dos 29 programas recorrendo da avaliação. A renúncia do Representante de Área e a substituição de metade dos membros da comissão por colegas atuantes em programas que não recorreram deverão garantir a boa qualidade da avaliação, mas, pessoalmente, acredito que é chegada a hora desta área criticamente se auto avaliar de maneira mais objetiva, na medida em que temos a área com o maior número proporcional de cursos nível 7 na CAPES.

---

46 Alguns programas nível sete tiveram suas notas reduzidas, outros não tiveram suas expectativas com base nas tendências atendidas e considerou-se que houve falta de clareza no aumento das notas de outros.

## Prática antropológica em dois mundos

Não me era estranha a prática da antropologia aplicada, uma vez que ao ingressar na UFBA em regime de hora-aula tive de assumir cargos temporários em agências do Estado da Bahia. Na ocasião comecei a exercitar minha nascente sensibilidade etnográfica para vir a colaborar com a implantação de ações governamentais.

O primeira participação foi na extinta Coordenação de Fomento ao Artesanato, da Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social do Governo do Estado da Bahia, quando coordenei o setor de pesquisa, que na realidade desenvolvia atividades de fomento ao artesanato em várias partes da Bahia, tendo como principal projeto a implantação de uma cooperativa de artesanato que abrangia todo o Vale do Paraguaçu, com sede na cidade de Cachoeira.

Dado a localização da cooperativa e reconhecimento do problema social que ali se instalou com o fechamento das antigas fábricas de charutos, que deixou desempregados centenas de trabalhadores especializados nesta indústria, numa análise preliminar, e por interesse do então vice-governador do Estado da Bahia que era originário da cidade de Cachoeira, a opção foi por promover a produção artesanal de charutos, que veio a ocupar mais de oitenta pessoas, entre charuteiras, mestres e gerentes de produção. A despeito de minha crítica ao modelo que tivemos que adotar, não restou alternativa pois eram “ordens superiores”. Reproduzia-se o modelo das antigas fábricas, com toda sua hierarquia, ficando as charuteiras no fim da cadeia de produção. Apesar do alto investimento feito para que as associadas e associados compreendessem que em cooperativas não se era assalariado, mas, cooperado com participação nas decisões, prevalecia a ideia de vínculo empregatício, da não variação do

salário e, mais sério ainda, do descompromisso com o sucesso do negócio, uma vez que concebiam ser esta uma preocupação dos proprietários, condição que não conseguiam internalizar para si próprios, como sempre ocorreu na indústria fumageira em que eram assalariados e cumpriam ordens dos gestores.

Com relação aos outros produtos do artesanato regional, os artesãos resistiam a filiar-se à cooperativa. Ainda assim, muitos que o fizeram viam na cooperativa mais um comprador de seus produtos e mantinham a fidelidade a todas as antigas parcerias; que tinham como base a entrega consignada dos produtos; os adiantamentos, cuja fiança eram os produtos entregues; a exclusividade, para que não concorressem com vendas a outros ou diretamente ao consumidor. A quebra daqueles acordos tácitos resultava em exclusão da parceria de recepção/fornecimento, muitas vezes causando o estrangulamento financeiro dos produtores. A cooperativa foi incorporada ao mundo daqueles artesãos como um novo *player* no mercado, contudo, por falta de confiança em sua continuidade, as entregas não eram feitas em consignação, para posterior apuração de vendas, ganhos e divisão de lucros. Além disso, os produtos entregues à cooperativa eram de qualidade inferior, já que os artesãos-associados expandiram a produção com a mobilização do trabalho de membros da família sem as habilidades adequadas, e, para agravar a situação, aumentavam os preços para a entrega à cooperativa.

Minhas críticas ao modelo e proposta de que fosse buscado outra forma de fomento ao artesanato, para garantir a manutenção e melhorar sua qualidade, encontrou resistência tanto na secretaria de estado quanto no ministério do trabalho. O investimento de recursos públicos era feito com motivações político-eleitorais, e não se aceitava quaisquer mudanças em ano pré-eleitoral. A iniciativa durou somente enquanto o projeto dispunha de recursos públicos para bancar seus custos. O aprendizado e conhecimento de significativa área da Bahia, particularmente do Recôncavo Baiano e Baía de Todos os Santos, vieram a constituir importante ganho da participação naquele projeto.

No ano de 1979 ingressei em minha segunda experiência no serviço público, desta vez voltada para pesquisa e planejamento por meio do Plano Diretor do Pelourinho-PLANDIP, realizado em parceria entre a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, atualmente IPAC, e a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador-CONDER. Durante todo o ano procedemos à pesquisa de base que viria a subsidiar a segunda fase dos trabalhos.

Os interesses e jogos políticos em ano eleitoral contaminavam todo o desenvolvimento do estudo e encaminhamento de sua fase de planejamento. À medida em que se aproximava a sucessão do governo, naquele momento indicado por via indireta, os interesses dos servidores públicos eram claramente de inviabilizar o término

de qualquer trabalho que levasse o nome do governo que findava. O sucessor seria o mesmo que indicara o governador e o colocara no cargo por eleição indireta, já planejando seu próprio retorno em quatro anos. No início do mandato os dois romperam politicamente e se tornaram inimigos pessoais, mesmo com longa história de afilhadismo comum aos dois, o que veio a minar, e muitas vezes inviabilizar, a gestão do Estado, particularmente no seu último ano. O PLANDIP foi um projeto natimorto; a duras penas, a equipe contratada especificamente para sua realização produziu os relatórios e avaliações finais que nunca tiveram qualquer efeito prático. De minha participação neste projeto ganhei a experiência que me permitiu escrever a dissertação a que me refiro anteriormente, que me levou a obter o título de Mestre em Ciências Sociais.

Em 1989 o Centro de Recursos Ambientais-CRA do Estado da Bahia, atualmente INEMA, motivado por seus técnicos, que em alguns momentos participaram de discussões sobre as questões ambientais em que eu participei como palestrante, indicou-me para avaliar e refazer o estudo dos aspectos socioeconômicos de um dos primeiros EIA/RIMA de grande empreendimento na área de celulose na Bahia. O relatório original foi feito por uma empresa de consultoria sediada em São Paulo, sem que seus técnicos sequer viessem ao Sul da Bahia, onde se implantava uma grande fábrica de celulose no município de Mucuri. O estudo foi refeito, com uso intenso de pesquisa em campo, contando com a participação de estudantes de graduação e de mestrado, fazendo-se cuidadoso uso metodologia e interpretações de base antropológica, em que se buscou estabelecer limites na atuação da empresa no tocante aos perceptíveis e graves impactos socioambientais decorrentes de sua implantação.

A esta participação neste estudo de impactos socioambientais se seguiram outras em vários tipos de empreendimentos, que vieram a me permitir atuar com equipes multidisciplinares e, muitas vezes, estabelecer produtivos diálogo interdisciplinares, contribuindo para a formação de técnicos nesta área. Em muitos momentos se deu intenso diálogo com matizes e experiências de antropologia aplicada, particularmente quando se tratava de planejar e promover ações preventivas, compensatórias ou reparadoras da má gestão socioambiental de projetos minero-industriais, de produção de celulose e papel, e de disponibilização de gás para geração de energia.

Destacar destaque, por fim, a atuação em estudos de impactos socioambientais e ações de salvaguarda e gestão do patrimônio arqueológico quando me encontrava na direção do MAE, que foram realizados em parceria e sob acompanhamento e avaliação técnica do CRA/INEMA, IPHAN e IPAC, sendo esta contribuição sempre feita por meio da UFBA e executada por fundação de pesquisa credenciada pela Universidade.



## Vários retornos para o lugar de onde não saí: muitas baías na Baía

Tanto por ironia quanto metaforicamente, poderia dizer que voltei ao lugar de onde não sou e de onde nunca saí. Talvez seja possível considerá-lo o inverso de um “não lugar”, me apropriando e contrariando o sentido que Augé (1994) atribui ao conceito, já que não sou soteropolitano mas sinto que aqui tenho um lugar e este é o meu lugar que chamo casa. Estive em Salvador pela primeira vez aos 9 anos de idade, no fim do ano de 1959, vindo de uma pequena cidade no Rio Grande do Norte, de pretensioso nome, Açú!.. Da posição de criança que vivera em cidades pequenas do interior do país, encantei-me com tudo que via e tudo era novo para mim. Registrei na memória três aspectos que permaneceram na lembrança: o bambuzal do Aeroporto 2 de Julho, que veio a crescer e mudar de feição em anos recentes; o vai e vem dos bondes na Avenida Sete de Setembro, onde sua linha bifurcava à altura da Igreja de Nossa do Rosário ao Hotel São José (este resistiu até recentemente quando veio a cair no abandono), para atender para aqueles que iriam em direção a Nazaré; e a espantosa e encantadora paisagem da Baía de Todos os Santos, vista da balaustrada da Praça Castro Alves. Era a segunda vez em toda minha existência que eu via o mar; da primeira, em Olivença, aos seis meses de idade, certamente não guardo lembrança, exceto o que me informa uma fotografia em preto e branco junto a minha mãe e irmã na areia da praia deserta.

Entre vindas e idas, naqueles momentos eu não poderia imaginar que este seria o local e cenário em que passaria a maior parte de minha vida e desenvolveria minhas atividades da vida adulta, e que se tornaria meu ponto de referência no mundo. Mas, que atividades?!... É exatamente deste relato que me ocupo no momento, quando

mais uma vez, das várias vezes que retorno à Baía de Todos os Santos após algum aprendizado distante daqui.

### **Ser encontrado e encontrar um “naufraçado”**

Poucos meses após a XX RBA no ano de 1996 recebi uma mensagem, por meio do ainda limitada e-mail, identificada como proveniente de Carlo Castaldi. O signatário informava ser antropólogo e ter realizado estudo de campo na Bahia entre 1953 e 1954, que obtivera meu endereço eletrônico de informações sobre a XX RBA, e consultava se eu poderia responder algumas perguntas sobre pessoas que ele conhecera na Ilha de Itaparica naquela ocasião. Respondi-lhe afirmativamente, tratando-o como Professor Castaldi<sup>47</sup>, já que associei seu nome a alguma leitura feita ao longo de minha carreira. Em sua imediata reposta ele diria que infelizmente não se tornara professor, pois a vida o conduzira por outros caminhos e nunca terminara seu doutorado na *University of Columbia*, na qual fora orientado por Charles Wagley. Enviou-me um texto, que depois vim a constatar que já há algum se encontrava à deriva na internet, em que relatava seu trabalho de campo na Ilha de Itaparica e solicitava informações sobre alguns dos seus antigos interlocutores de pesquisa. Ao fim do texto Castaldi declarava que se sentia como “um *naufraçado* que lança uma garrafa ao mar sem saber o que virá”.

Mantivemos contato assíduo por correio eletrônico até que no ano seguinte nos encontramos em Roma. Nosso primeiro encontro seu deu no hotel em que eu me hospedara, tendo ele após nossa conversa sobre pessoas e fatos na Bahia, me acompanhado a estação ferroviária *Termini*, onde embarquei para Perugia para trabalhar num projeto de pesquisa com Tullio Seppilli, um antropólogo italiano<sup>48</sup>. Tullio conhecia Castaldi com quem trabalhara em projetos de desenvolvimento, e na oportunidade restabeleceram o contato perdido há muitos anos. Ao retornar a Roma uma semana mais tarde, tivemos nosso segundo encontro, ocasião em que Castaldi, para minha total surpresa, ofereceu-me a versão original de sua tese, datilografada em língua

---

47 Posteriormente tomei conhecimento sobre sua participação nos estudos coordenados por Charles Wagley e Thales de Azevedo como parte a colaboração entre o Estado da Bahia e a Columbia University. Sua posterior permanência no Brasil resultou em destacados estudos que incluo nas referências, o mais conhecido sendo “A Aparição do Demônio no Catulé” (CASTALDI et ali. 1957).

48 Tullio Seppilli residiu em São Paulo na década de 1940, onde sua família refugiou-se da perseguição do fascismo aos judeus e comunistas. Sua família teve de vir para São Paulo, pois os filhos sequer podiam frequentar escola na Itália.

inglesa, solicitando-me que fizesse uso acadêmico de seu material, acrescentando: “se este tiver algum valor!”.

Retornando à Bahia li seu trabalho cuidadosamente e me interessei em seguir os passos dos terapeutas populares a quem ele se referia, já que esta era uma das minhas áreas de interesse no estudo que naquele momento conduzia. O texto era muito rico em informações sobre um momento importante no cotidiano da ilha de Itaparica, não registrado por qualquer outro pesquisador que eu conhecesse. Na época de sua escrita eram importantes os estudos de comunidade feitos pelos antropólogos, uma característica comum aos participantes do Projeto Columbia<sup>49</sup>. A forte influência funcionalista de Castaldi se revelava na maneira, às vezes, preciosamente descritiva, carente de melhores contextualizações e, sobretudo, nos diálogos teóricos e interpretações mais refinadas. Por outro lado, seu trabalho guarda uma característica diferenciada em relação às tendências presente na época, que é a de ser realizado sob a forma de etnografia focalizada e orientada para a compreensão de questões, por meio de cuidadosas descrições etnográficas, ao invés de estudo de comunidade em que todos os aspectos vida devem necessariamente ser tratados.

Solicitei a Castaldi que escrevesse uma apresentação do seu material que refletisse sua experiência pessoal no campo, ou seja, a ideia de uma autoetnografia reflexiva em que ele fosse o outro antropológico, com vistas a melhor detalhar o contexto e circunstâncias nas quais foram produzidos os dados. Em outubro de 1999 ele atendeu a meu pedido, enviando-me um texto, escrito em bem cuidado português e auto reflexivo, que tinha como título “Recordando Itaparica (1953/1954)”. No texto ele narrava sobre seu trabalho de campo na Bahia, os resultados obtidos, a curta permanência no Rio de Janeiro, o período que residiu e trabalhou em São Paulo, as razões que o levaram a afastar-se da antropologia acadêmica e sua visão crítica sobre as decisões que tomou, que não só o impediram de terminar o doutorado, como redirecionaram sua vida.

Assim é que, em “Recordando Itaparica”, Castaldi inicia por falar da temporalidade, espacialidade e propósitos do seu trabalho de campo realizado entre o dia 1º de agosto de 1953 e junho do ano seguinte, para produzir o material que deveria ter sido elaborado de uma forma “acadêmica” para sua tese. Os motivos da não conclusão, diz ele, foram vários: “primeiro, e talvez o mais importante, foi que, no final dos meses transcorridos na ilha (quase um ano), ele se encontrava emocionalmente envolvido com a própria ilha e com seus habitantes, que não conseguia se colocar

---

49 Projeto realizado em parceria com o estado da Bahia, por meio da Fundação de Pesquisa dirigida por Anízio Teixeira e com importante participação de Thales de Azevedo.

no lugar de um “*participant observer*” objetivo; da mesma forma, não conseguia ver seus amigos como “*informants*”. Finaliza esta narrativa quase confessional por dizer que “Precisava deixar que tudo decantasse”, condição que parece ter obtido com o afastamento do campo, indo para o Rio de Janeiro onde redigiu o primeiro esboço da tese de doutorado que veio a me entregar.

A narrativa autoetnográfica que ele elaborou e me confiou para fazer uso acadêmico é constituída de quatro partes, porém existe pouca preocupação em relacioná-las e demonstrar que integram um complexo terapêutico religioso mais amplo, exceto no que se refere à quarta parte que é constituída de rezas comuns aos vários sistemas de práticas terapêuticas religiosas populares. Falta ao trabalho um arcabouço teórico interpretativo, como também carece de uma introdução ao tema e ao objeto do estudo, limitando-se a dizer que “O propósito do projeto foi de tentar elaborar uma tipologia de algumas das figuras religiosas e cultos que são encontrados no Recôncavo.”

122

Castaldi escolheu para seus estudos três localidades na costa sudeste da ilha de Itaparica, justificando sua escolha com base em dois aspectos: a) ser a ilha habitada quase exclusivamente por membros das classes baixas, para quem estas figuras e cultos são mais familiares e sobre os quais estes exercem maior influência; e b) apesar de ser muito próxima da capital do estado, ele considera que a Ilha seja ao mesmo tempo “bastante isolada para atenuar a pressão de uma censura socialmente branca que os forçaria a ajustar-se aos ‘padrões’ brancos.”

Em busca de reforçar sua ideia de isolamento e inacessibilidade da Ilha naquele momento, ele cita que um pai de santo da Bahia, Procópio, saíria da cidade e viria para a Ilha realizar suas obrigações cerimoniais, uma vez que a perseguição da polícia não permitia que ele as realizasse na capital<sup>50</sup>. Procópio vinha com todas suas filhas de santo e três *alabês* e com seus atabaque, permanecendo várias semanas realizando seus rituais no local. Registra ainda que os maridos destas mulheres eram em grande parte estivadores nas docas e vinham no fim de semana para participar nas cerimônias, ocasião em que eram generosos com dinheiro beneficiando alguns moradores da ilha, que prestavam vários serviços a esse grupo.

Considerarei importante destacar este comentário, que inicialmente seria uma nota de rodapé, dado sua importância para entender conflitos de versões e interpretações da parte dos estudiosos de questões que envolvem memórias e esquecimentos atuais e memórias e esquecimentos sobre o passado. Uso como exemplo a divergências de versões sobre o fato que ocorreu e foi testemunhado Castaldi enquanto se encontrava

---

50 Cabe aqui lembrar que os cultos afro-brasileiros estavam sujeitos a controle policial até a segunda metade da década de 1970.

na Ilha de Itaparica, e seu questionamento por parte de uma conhecida estudiosa que tomou conhecimento por notícias da tradição oral e, eventualmente, escritos posteriores que tratavam da questão de maneira mais amplo. Em um momento em que narrei este fato no seminário intitulado “Projeto UNESCO no Brasil 50 anos depois”, a antropóloga Juanita Elbein dos Santos afirmou que isto nunca acontecera. O desencontro de entendimento e versões encontra-se no fato que Castaldi observou diretamente o fato no momento que este acontecia na década de 1950, enquanto a mencionada antropóloga realizou seus estudos mais de uma década após o fato, possivelmente não tendo obtido qualquer informação sobre este, não sendo, portanto, legítimo negá-lo. Poderíamos suspeitar que aquele que observou o fato acontecendo teria “inventado” e registrado em detalhes um acontecimento mais de meio século antes?!... Morto em 2002, e com ele suas memórias, certamente são quase inexistentes a possibilidade de resolver este questionamento.

A primeira parte da metanarrativa etnográfica produzida por Castaldi trata de um candomblé de caboclos localizado em São João e de sua Ialorixá. Lilita vem a ser seu primeiro personagem, sobre quem ele afirma que seu candomblé “constitui uma reinterpretação local de um sistema de crenças trazido da África durante a escravidão.” Na realidade este Candomblé encontrava-se em um contexto de crenças e práticas religiosas mais amplo, que incluía o famoso culto de *Baba Egun*, o candomblé dos mortos, no qual o poder masculino tem preeminência, conhecidos na ilha como “os pretos de Ponta D’Areia, cujos membros, naquela época procuravam aproximar-se do candomblé de orixás.” Seu relato sobre os elementos chaves da prática religiosa afro-brasileira inclui a organização e funcionamento do terreiro, os rituais que este realiza, tendo ele participado e cuidadosamente descrito uma cerimônia de iniciação, o *bori*, e um rito fúnebre de separação, o *axexé*. Reconstitui detalhadamente, a partir do relato da *yalorixá*, a própria iniciação dela, como resultado do chamamento por meio da doença incurável pela medicina convencional, o que a levou a ser iniciada no candomblé e vir a se tornar uma sacerdotisa.

O segundo personagem é “a figura de um líder carismático, pertencente às tradições religiosas do nordeste do Brasil”. Este líder por vezes se autodenominava São Venceslau, morando em Porto do Santo [na verdade Porto dos Santos] no local conhecido como Milagre. Venceslau Monteiro dos Santos, popularmente conhecido como seu Boneco, obtivera a cura para a cegueira e surdez (que se seguiram a um problema de pele após sua esposa ter fugido com outro homem), pelo uso da água, que lhe foi prescrita por meio de revelação onírica e aparição posterior de Nossa Senhora do Amparo, santa a qual é dedicada a igreja local, que lhe atribui como missão ser guardião da fonte para que mantivesse a cura e lhe concedeu poder de curar pelo uso da água.

O terceiro personagem Castaldi denomina de “*folk doctor*”. Ele considera que este represente uma nova figura que combina características culturais da tradição africana com aquelas pertencentes à moderna medicina. João Caipó exercia suas atividades na localidade denominada Buraco do Boi. Nascido em Nazaré das Farinhas, ele foi iniciado no candomblé ainda criança, após ter manifestado notáveis dons espirituais que incluíam a vidência. Após uma temporada na Ilha de Maré Contudo, onde trabalhou como assistente de enfermagem, mudou-se para Buraco do Boi na ilha de Itaparica onde instalou sua Casa de Candomblé, e com o passar do tempo tornou a prática médica alopática sua principal atividade, só raramente cumprindo suas obrigações rituais, assim mesmo sem muito interesse por essas, o que aos olhos dos outros lhe colocava vulnerável a severas punições por parte das entidades.

A última parte do narrativa de Castaldi é constituído de uma coleção de rezas e seus usos, que ele identifica serem de duas categorias: a primeira sendo rezas católicas para uso específico e a segunda fórmulas mágicas, que permitem manipular a realidade em favor do oficiante.

124

Castaldi reconhece a fragilidade de seus dados com relação ao candomblé de São João, ou seja, para o material que ele diz ser mais propriamente africano. As outras duas histórias são, na sua visão “simples e por si muito claras: bastava ‘contá-las’ assim como tentei fazer.” Os motivos que o levaram a voltar às suas anotações sobre Itaparica depois de decorridos 45 anos, diz ele serem de duas ordens: “o primeiro porque fui solicitado pela gentileza do professor Carlos Caroso; o segundo porque, livre da obrigação acadêmica, posso contá-las como lembranças de pessoas e lugares que para mim são muito queridas.” (CAROSO; CASTALDI, 2007)

No primeiro momento não poderia imaginar quanto aquele acaso iria redirecionar meus interesses e me trazer de volta à Baía. Desde o início da década de 1990 eu elegera alguns locais no litoral norte da Bahia, mais intensamente, o município de Conde para realizar meus estudos, quando para ali direcionamos o foco de atenção do já mencionados programa de pesquisa “*Social and Cultural Landmarks in Community Mental Health*”.

Como frequentemente ocorre, na medida em que se aprofunda e intensifica a familiaridade com o objeto de estudo, aquilo que era inicialmente pouco conhecido passa a atrair o foco de pesquisa e moldar os interesses do pesquisador. As formas de cuidar das pessoas identificadas como apresentando comportamento problemático nos locais em que o estudo foi realizado no litoral norte da Bahia, se encontravam preponderantemente relacionadas às práticas e praticantes em saúde de tradição religiosa afro-brasileira; assim como de cuidadores da tradição popular religiosa, com intensa mistura de práticas afro-indígena-descendente e variadas expressões do catolicismo rural. Estas muitas vezes sob na forma de agência e agentes de traços

carismáticos e personalidades distintas e marcantes e, recorrentemente, dotados de dons extraordinários que, frequentemente, se manifestam como ou são interpretados como sina, dom, predestinação etc. (RODRIGUES; CAROSO, 1999, *passim*).

A ideia de incorporar os terapeutas populares estudados por Castaldi ao estudo que eu vinha conduzindo foi imediata. Os três líderes religiosos que ele estudou tinham experiências comuns com aqueles que eu estudava, especialmente a integração de suas práticas por meio religião católica e afro-brasileira, todos eles, como registra Castaldi, “considerados como dotados de grande poder de operar curas e operar milagres”. Surgia, assim, como um possibilidade de diálogo, análise e compreensão longitudinal de fenômenos de bastante assemelhados. Uma oportunidade que não poderia ser desperdiçada!...

Os estudos de práticas terapêuticas religiosas que se apresentam sob diferentes formas nas camadas populares, constitui, sem dúvida, uma das primeiras incursões no florescente campo de análise antropológica que veio a constituir o campo da Antropologia Médica, ou Antropologia da Saúde e do Corpo, no Brasil. As descrições cuidadosas e ricas, somadas ao seu relato sobre o contexto do estudo, tornam o texto que Castaldi um registro aberto para interpretações à luz da teoria antropológica contemporânea, particularmente se colocado em perspectiva diacrônica como venho fazendo desde então, por meio da reconstituição das ocorrências significativas após seu trabalho de campo.

O desejo expresso de Castaldi de voltar à Bahia e à Ilha não se consumou. No ano que havíamos definido para sua vinda eu me ausentei da Bahia, indo para a UCLA como professor visitante, o que o fez postergar sua vinda para após meu retorno. Ao fim de minha estada em Los Angeles busquei contatá-lo para definirmos nova data para sua vinda, ficando meus repetidos e-mails sem resposta; da mesma forma os telefonemas que tentei lhe fazer. Solicitei a uma colega italiana que iria a Roma naquele momento que o procurasse em seu endereço residencial. Ele havia morrido em agosto de 2002. De uma única sobrinha sua que residia nos Estados Unidos, vim a tomar conhecimento que a mãe dela, única irmã de Castaldi, morreu dois meses após a morte do irmão, tendo queimado todo os registros etnográficos que ele traria de volta em sua viagem à Bahia. É possível que junto a este material estivesse o alegado “diário do Irmão Venceslau”, que teria sido emprestado a Castaldi. Mas, fica a dúvida! Fazem parte das versões que se obtém em campo e nunca se consegue verificar. Serão as verdades sempre parciais?!...

Desde o ano 1997 retomei o caminho anteriormente percorrido por seus estudos por meio da reconstituição da memória de pessoas da Ilha que conheceram aqueles três terapeutas, foram tratadas ou ouviram falar deles e de seus feitos excepcionais, fazendo, assim o recursos às memórias e esquecimentos como instrumento de

reconstituição etnográfica. Coube-me aproveitar o acaso etnográfico para fazer uso daquele material que ficou desconhecido durante quase meio século. Não tínhamos tempo a perder!... Ao refazer o caminho etnográfico de Carlo Castaldi, não poderia imaginar que daí para a frente estaria de volta à Baía de Todos os Santos, com todas as consequências advindas deste retorno.

### **Re-Conhecendo e Observando a Baía de Todos os Santos**

No início do ano de 2010 recebi uma proposta da Fundação de Pesquisa e Extensão do Estado da Bahia-FAPESB para organizar uma coletânea de textos sobre a Baía de Todos os Santos. O título já estava pronto, faltava o plano do livro e seu conteúdo. Coube-me, juntamente com Fátima Tavares e Cláudio Pereira, convidar colegas de várias áreas das humanidades para colaborarem na produção de capítulos que pudessem compor o livro “Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos”, que veio a ser o Tomo II (o Tomo I tratou dos Aspectos Oceanográficos).

Uma vez terminado e festivamente apresentada a obra em sessão solene de lançamento na FAPESB, com sua disponibilização impressa e para acesso público na internet; para nós que participamos da organização, cresceu o interesse por aprofundar o conhecimento sobre a Baía. Era o campo antropológico e a diversidade que se revelava a nossos olhares de cada dia, era parte de uma história de viver em uma de suas bordas, vê-la de cada quadrante da cidade, sobre ler e ouvir sua história e suas estórias, buscar ter acesso a seus segredos e seus significados.

A oportunidade de aprofundar e intensificar os estudos da área surgiu na forma de um edital do CNPq/FAPESB no mesmo ano de 2011, que possibilitava concorrer a financiamento para grupos de excelência acadêmica. Juntamente com Fátima Tavares, mobilizamos um grupo de colegas que atendiam aos critérios do edital para propor um PRONEX (Programa de Núcleos de Excelência), cujo título fornece a dimensão de sua capacidade de inclusão “Território, redes de cuidado, direitos e vulnerabilidade socioambiental entre populações tradicionais da Baía de Todos os Santos”.

A projeto se destacou por ser uma proposta de cooperação interdisciplinar, envolvendo profissionais das áreas de antropologia, arqueologia, direito, geologia, etnobiologia, saúde e estatística, convidados entre pesquisadores que compunham os quadros docentes de três instituições de ensino superior no Estado da Bahia (UFBA, UEFS e UFRB). Os aspectos abordados no Programa foram articulados em cinco eixos de estudo, guardando como elemento comum a proposta de investigar a dinâmica da vida dos povos tradicionais que habitam a porção insular e o entorno da Baía, tendo como foco as interações entre os meios físico, biótico e humano. Os estudos abordaram questões de grande complexidade e multifacetadas, como a construção

de territórios e direitos; as redes de cuidado (trabalho e formas de cooperação, saúde, educação, religião, sociabilidades etc.); patrimônio material e imaterial; a vulnerabilidade das zonas costeiras aos impactos socioambientais (mudanças climáticas e elevação da temperatura e do nível do mar, erosão de praias, desmatamento, extinção de espécies vegetais e animais, contaminação das águas e redução de recursos hídricos, deslocamentos populacionais forçados); e dos impactos de grandes projetos industriais.

Articulado um grupo de pesquisa que tinha este projeto com eixo central, outros vieram rapidamente pois naquele momento compúnhamos um grupo de pesquisa que apresentava várias facetas complementares, o que nos permitiria concorrer com sucesso a vários editais, o que de fato veio a ocorrer e a incorporar novos pesquisadores e projetos ao Núcleo de Pesquisa ObservaBaía<sup>51</sup> (Observatório de Riscos e Vulnerabilidades Socioambientais da Baía de Todos os Santos).

De imediato surgiu a possibilidade de ampliar o escopo do estudo e as articulações do grupo por meio de um segundo projeto complementar ao primeiro, que propunha aprofundar alguns dos aspectos previstos no projeto do PRONEX. O novo projeto, denominado “Ambiente, Economia e Tecnologias de Pesca: Saberes tradicionais e vulnerabilidade socioambiental na Baía de Todos os Santos”, veio a comportar tanto aspectos da investigação como da experimentação, inserindo-se e ampliando a rede de pesquisa associando docentes de uma instituição federal de ensino e pesquisa, uma instituição estadual e uma instituição privada. A proposta bastante ousada era de transgredir os limites disciplinares das várias áreas envolvidas para construir uma visão transdisciplinar de compreensão e explicação em torno de quatro eixos de estudo e atuação, em que vários campos de conhecimento se colocam em diálogo para buscar compreender os fenômenos em suas múltiplas dimensões e extensão, buscando soluções integradas para a explicação dos fenômenos e problemas que emergem da busca sistemática. Focalizou, assim, sobre as percepções e condições de acesso ao território; direitos e políticas públicas governamentais e não governamentais; saberes tradicionais, riscos e vulnerabilidade socioambientais, tomando os conceitos teóricos de risco e vulnerabilidade entre seus principais instrumentos analíticos.

O novo projeto propunha o alargamento de questões já tratadas no PRONEX, do qual participavam cinco dos dez pesquisadores envolvidos neste novo projeto, com a inclusão de uma nova área empírica de pesquisa, uma vez que naquele projeto estuda-se a geomorfologia costeira, enquanto no novo estudo inclui-se o mapeamento geomorfológico do fundo da Baía, com uso de recursos fotográficos, coleta e

---

51 Acesso: [www.obsrvabaia.ufba.br](http://www.obsrvabaia.ufba.br).

análise de amostras de sedimentos e da biota aquática para caracterização ambiental daqueles territórios de pesca identificados e indicados pela prévia investigação sobre concepções etnocientíficas, isto é, com base nos saberes tradicionais das populações do entorno sobre o uso e a apropriação dos recursos pesqueiros dos espaços marinhos e costeiros explorados na Baía<sup>52</sup>.

Mas, como nem sempre controlamos nossos planos em sua inteireza, os anos que seriam dedicados aos projetos e à construção de uma equipe foram sequestrados a partir de uma nova proposta, quase chamamento da parte de seu então Reitor *Pro Tempore*, que me levou à UFSB, onde permaneci durante quatro anos, cujo balanço de perdas e ganhos faço abaixo. Voltando agora à Baía, no sentido figurativo e real, busco reconstruir o tempo que pode ser considerado como perdido ou como um ganho de experiência para errar menos em ocasiões futuras, sendo-me dado tempo e oportunidades para tal.

---

52 Vale registrar ainda um terceiro projeto articulado ao ObservaBaía, coordenado por Fátima Tavares, que tratava de questões referentes a “Lazer, Festividades e Patrimônio Cultural na Baía de Todos os Santos”. A proposta básica do estudo partia da ideia que o patrimônio cultural de uma dada sociedade é caracterizado por todas as diferentes formas de expressões culturais produzidas e articuladas como parte integrante da experiência e elaborações de suas comunidades locais.

## Dormir “na” Éden, sonhar com o Paraíso e despertar na UFSB

A universidade dos sonhos, em que todos nós sonharíamos juntos!... Esta foi minha reação ao ser convidado pelo antigo parceiro Naomar Almeida para me juntar ao “time”, como ele se referia, na qual eu seria um dos membros do Conselho Universitário da UFSB, responsável por sua implantação. Quase todos antigos conhecidos e parceiros, que, de uma forma ou de outra, haviam aderido às ideias da “Universidade Nova” na UFBA, seguido do REUNI e tudo que significasse inovação em ensino superior no país. Agora, este time teria a oportunidade de planejar e implantar uma universidade diferenciada das velhas universidades, nas quais fomos formados, muitos sequer tendo a oportunidade de conhecer modelos de universidades em outros países ou mesmo no Brasil durante suas formações.

Estávamos no mês de julho de 2013. Eu havia lido na imprensa sobre a criação da nova instituição e que meu parceiro de tantas outras ocasiões tomara posse como seu Reitor. Fez-me lembrar o momento no ano de 2005 em que percorremos as cidades de Teixeira de Freitas, Itamaraju, Eunápolis e Porto Seguro, em audiências para discutir a implantação de novos *campi* da UFBA.<sup>53</sup> Neste novo momento me era oferecida uma posição naquele time como Decano *Pro Tempore* do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais, com o entendimento de que os trabalhos de

---

53 Deste evento surgiu o primeiro projeto de lei para criar uma universidade federal no sul da Bahia, tendo como proponente um deputado federal que fora prefeito de Porto Seguro. No momento em que foram feitas as mencionadas audiências ele sequer esteve presente, o apoio em Porto Seguro foi da Câmara de Vereadores. Teve especial importância a atuação em favor do projeto do já mencionado deputado federal Zezéu Ribeiro.

organização para implantação seriam iniciados em Salvador, ao mesmo tempo em que estaríamos prospectando locais para instalação dos três *campi* e colégios universitários, com previsão de trinta e seis no total.

Eu ocupava o cargo de diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA e, juntamente com Fátima Tavares, coordenava o ObservaBaía, que era responsável por um PRONEX e três outros projetos com financiamentos de significativos valores, que nos davam oportunidade de ter estudos de profundidade sobre as baías que integram a Baía de Todos os Santos. Tinha clareza que meu afastamento de Salvador certamente redundaria em prejuízos para todos os envolvidos nessas atividades. Mesmo consciente das perdas, e pensando se e como poderia minimizá-las, o desafio de participar do processo de implantação de uma universidade no modelo proposto para a UFSB veio a ser um apelo irresistível. Em princípio de agosto daquele ano eu já integrava o tão decantado time, todos profundamente engajados nas intensas e apaixonadas discussões do projeto e nas providências necessárias, sem medir dificuldades ou esforços para superá-las. Enfim, acreditei ser um dos protagonistas e não apenas mais um figurante em um plano já traçado, se o soubesse teria tomado outros caminhos independentes como sempre fizera anteriormente.

130

Imagem 28 – Elaboração da Carta de Fundação da UFSB



Foto: Denise Coutinho, 2013.

Imagem 29 – Cerimônia de fundação da UFSB



Foto: Denise Coutinho, 2013.

Porto Seguro, onde seria implantado o CFCHS-Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais do qual eu seria o Decano *Pró Tempore*, era um local no qual eu tinha alguma experiência e contava com boas relações com vários residentes locais, políticos e outros agentes sociais que vieram a ser instrumentais para a viabilização dos contatos necessários com a comunidade. A participação, contudo, não estava limitada a Porto Seguro, já que frequentemente integrei as equipes que se deslocavam para cuidar das várias providências necessárias para viabilizar o início das atividades da universidade, e, como todos os outros participantes, me colocava sempre à disposição para realizar qualquer tarefa que viesse a ser necessária, já que acreditava, como os demais, ser aquela “nossa universidade”, com a qual sonhávamos a cada noite.

O primeiro encontro informal de quase todos do time que compunha o de Conselho Universitário ocorreu na casa de um colega que seria o Decano *Pró Tempore* do Centro de Formação em Ciências Ambientais. O próximo encontro de todo o time se daria em Ilhéus, na Pousada Éden, onde todos trabalhariam por uma semana, discutindo e elaborando a Carta de Fundação da UFSB, na qual estavam assentadas suas diretrizes éticas, políticas, acadêmicas e princípios sociais na atuação. Ao término da semana deu-se a instalação oficial do Conselho Universitário no dia 20 de setembro, em clima de profunda confraternização e festividade. As cerimônias de instalação que se seguiram nos outros dois *campi* não foram menos entusiasmadas e participativas.

Imagem 30 – I Seminário de Seleção em Porto Seguro, outubro de 2013



Foto: Denise Coutinho, 2013.

Os seminários para seleção docentes de outras IFES que se candidataram para redistribuição ocorreram concomitantemente à busca de viabilização de espaços de funcionamento das atividades administrativas e atividades pedagógicas da UFES<sup>54</sup>. Estes foram seguidos dos concursos que resultariam na constituição do corpo de docentes e técnicos administrativos.

Não fui só para a UFES, fiz trabalho de convencimento com a minha companheira Fátima Tavares de que não poderíamos perder esta oportunidade única de participar de uma renovação na vida universitária. Ela também se juntou ao projeto e, mesmo ainda em atividade na UFBA, participou intensamente das discussões, engajando-se, sempre que possível, nas viagens, seminários e concursos. Tornou-se coordenadora do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e da Licenciatura Interdisciplinar em Humanidades. Acreditando sermos parte do time, investimos incomensurável esforço para que os documentos iniciais ficassem prontos em tempo para iniciar as aulas

54 Neste momento já ficava claro as tensões entre o grupo de convidados do *Reitor Pró Tempore* e aquele de sua vice reitora, que viera de um campus da UFBA no oeste da Bahia e trouxera consigo um grupo pouco experiente do ponto de vista acadêmico, mas, ávido por ocupar todos os espaços na nova instituição. Este grupo findou por vir a excluir quase todos que compunham o núcleo inicial e assumir os desejados cargos.

em setembro de 2014. Contudo, crescentemente sentíamos que as dissensões e disputas internas já se instalavam, movidas, em grande parte, pelo encantamento com as propostas dos recém chegados. Crescentemente Fátima e eu éramos, assim como outros colegas que faziam parte do “time” no tempo da Éden, deixados de ser ouvidos e/ou ter participação em quaisquer encaminhamentos, e, mais grave, atravessados por novas decisões que não nos tinham sido comunicadas.

Neste momento me dedico a buscar, em meio às lembranças e esquecimentos, exercitar a percepção etnográfica, colocando-me no lugar da alteridade na tentativa de reconstituição dos acontecimentos que levaram à crise de credibilidade e à situação de exclusão a que gradativamente chegamos todos nós. Tínhamos abandonado todos nossos interesses acadêmicos na UFBA e até mesmo familiares, para nos dedicar ao projeto de universidade diferenciada que seria a UFSB. Este processo de exclusão, parece-me, empírica e analiticamente, ser dividido em três movimentos, que ocorrem em paralelo e/ou sequencialmente.

No primeiro movimento, a experiência de implantação da UFSB com a participação do grupo original, sendo os compromissos explicitados na Carta de Fundação (liberdade, pluralismo e autogestão) tensionados frente ao processo de regulação institucional, marcado por projetos exclusivistas de grupos hegemônicos que começaram a se organizar para atuar politicamente, impondo seus modos de pensar e agir.

No segundo movimento ocorre a crescente regulação das Ciências em moldes vistos como interdisciplinares (por mais paradoxal que isso possa parecer), no contexto de implantação institucional (regulação institucional que se espalhava para a regulação das Ciências). O conhecimento especializado torna-se fortemente questionado, já que os neófitos na vida institucional se sentem compelidos a fazer admissões e confissões quase-penitenciais de suas convicções ditas “interdisciplinares”, “transdisciplinares”, “interepistêmicas”, “transepistêmicas”, entre outras palavras que passaram a ser repetidas como bordões ou mantras, a meu ver, sem compromisso com quaisquer postulados de cientificidade.

No terceiro movimento observam-se as crescentes disputas em torno dos mediadores institucionais legítimos na relação com diversos segmentos da população local (especialmente com populações tradicionais). Nesse contexto as relações com os antropólogos são especialmente tensas, implicando numa sistemática deslegitimação da experiência etnográfica e diplomática acumulada pela antropologia. O discurso veiculado pelos não antropólogos tende a cristalizar uma imagem estereotipada (colonialista) da antropologia, vinculada às práticas de controle das populações e povos costumeiramente estudadas pelos antropólogos.

Ao identificar, destacar e buscar compreender cada um destes movimentos, alguns que ocorrem em momentos diferenciados, outros que transversalizavam todo o

processo, é importante retomar à Carta de Fundação da UFSB (de 20 de setembro de 2013), que em seu “ponto I” expressa questões e princípios fundamentais para a vida acadêmica da universidade e convivência harmoniosa dos diferentes pensamentos e olhares científicos, filosóficos e artísticos e dos meios de expressá-los:

A autonomia universitária, compreendida como exercício de auto normatividade, autogestão e corresponsabilidade social e institucional, concretiza-se na plena liberdade de criação, pesquisa, extensão e ensino-aprendizagem, num ambiente de colaboração, alegria e solidariedade.

Além dessa orientação máxima, na Carta de Fundação observam-se os princípios de: Eficiência acadêmica; Inclusão social; e Compromisso com a Educação Básica e Desenvolvimento regional. Estas orientações foram tornadas reais nas atividades iniciais da UFSB, com providências urgentes para dar início as suas atividades acadêmicas no ano de 2014, como definido ainda no momento em que nos reuníamos em Salvador. Contudo, os acontecimentos traçaram outros caminhos que tiveram consequências imprevisíveis sobre aqueles encaminhamentos e decisões tomadas no tempo dos sonhos.

E fizeram-se os seminários oficina!... Nos três eventos realizados, o primeiro em Porto Seguro, o segundo em Salvador e o terceiro em Itabuna/Ilhéus, os docentes de outras IFES que se candidataram à redistribuição vieram aos eventos para tomar conhecimento da proposta da UFSB; além de participar de grupos de trabalho temáticos de acordo com seus interesses, para serem avaliados e convidados a dar início aos processos individuais de redistribuição. Já no primeiro evento ocorreu então a primeira das muitas surpresas ainda a virem. Alguns candidatos já se encontravam pré-selecionados com redistribuição garantida, na medida em que, de uma forma ou de outra, faziam parte dos indicados, tinham seus apadrinhamentos, ou eram parte de quotas dos administradores e amigos, não podendo, portanto, deixar de ser selecionados.

Outra questão que claramente se apresentava como potencial problema era a inexistência de definições prévias quanto ao número de candidatos a serem selecionados conforme suas áreas de formação e especialidades, já que prevalecia a ideia, algo caricatural, de que somos todos “inter” [disciplinares]. Confesso que isso constituía uma dificuldade para mim, que me vejo como antropólogo<sup>55</sup>, mas com significativa experiência no trabalho com equipes multidisciplinares e no estabelecimento de diálogo efetivamente interdisciplinares. Contudo, considero como fundamental

---

55 Com alguma iniciação nos quatro campos da antropologia, como resultado do treinamento norte americano, o que certamente me faz ter pensamento interdisciplinar, contudo, respeitando os detentores daqueles conhecimentos que não domino.

a presença de competência nos campos específicos, para que se estabeleça o diálogo interdisciplinar, que seja produtivo e que efetivamente resulte em interpretações interdisciplinares.

E fizeram-se os concursos por grande área!... Os primeiros concursos foram realizados com entusiasmo contagiante, pelo número de inscritos, distribuição da proveniência dos candidatos, diversidade de formações e, certamente, qualidade da formação dos mesmos. Divergindo da segregação por grande área de conhecimento, a chamada para temática “Universidade e Sociedade” era aberta a todas as formações. Os aprovados certamente foram os melhores entre os que se apresentaram e que atenderam às especificidades dos concursos da UFSB, a exemplo de fazer uma primeira prova sobre o Plano Orientador da Instituição em que iriam atuar.

Cumprida estas etapas iniciais, eu e outros dirigentes de Centros de Formação, considerávamos que os concursos deveriam considerar a composição do corpo docente naquele momento, para direcionarmos os novos concursos de forma a preencher as lacunas e não deixar prosperar o que claramente se desenhava: algumas áreas sem nenhum docente e outras com número muito elevado<sup>56</sup>. No ambiente de total devoção à interdisciplinaridade, esta proposta sequer foi considerada e se fez o segundo concurso ainda por grande área, repetindo-se ainda o concurso para “Universidade e Sociedade” que permitia ingresso generalizado, nem sempre adequado.

No tocante às atividades de ensino e pesquisa, os seminários pedagógicos para avaliação e planejamento que se transformaram em arena de disputas por hegemonia e desmedida regulação de um projeto político, que no âmbito de um contexto de formação acadêmica, deveria ser necessariamente plural e diversificado. Esta questão podia ser observada na tessitura de micro poderes cotidianos na efetivação de projetos afinados aos interesses do grupo que veio a se tornar hegemônico, que desprezava discussões fundamentais, geradas por controvérsias. Após a ocorrência de um desconcertante fato em um dos seminários pedagógicos, para o qual Fátima

---

56 Destaco a área de história, que não estava previsto como formação de segundo ciclo, entre outras razões, por ser oferecido em todas as instituições de ensino superior na região e ter baixa demanda por candidatos. A área veio a ter o maior número de professores, treze, com esta formação em nível de doutorado. Por outro lado, o curso de direito, considerado um curso âncora no campus de Porto Seguro, veio a ter apenas dois professores com doutorado na área, um deles ingressando pela porta ampla e questionável de “Universidade e Sociedade”, usando o tempo que esteve na UFSB para se preparar e ser aprovado em concurso de direito na capital do país. À revelia do Decano do CFCHS foi designado coordenador da área, durante todo o tempo se dizia ocupado com a elaboração do PPC da formação em direito, para ao fim não ter nada a apresentar quando solicitado, já que se negava a passar informações e era crítico de tudo que se traía como possibilidade.

Tavares fora encarregada de coordenar e apresentar o PPC do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, e, no grupo de trabalho em que participava, no momento de ser feita a apresentação foi anunciado que um outro colega o faria sem que qualquer mudança fosse anunciada durante todo o tempo que lhe foi dado para elaborar o PPC, tendo ela encaminhado versões preliminares para os outros membros do GT que nada comentaram ou responderam. Ao fim da apresentação feita pelo colega, foi anunciado que ela queria fazer uma outra proposta. Agindo, em minha avaliação de maneira correta, ela declinou de fazê-lo e se retirou do seminário.

Abaixo menciono algumas das controvérsias a que me refiro no parágrafo acima, uma vez que estas podem ilustrar a maneira equivocada e errática de condução da vida acadêmica:

1. do “Fórum Interdisciplinar: Experiências do Sensível”, que atropelou e suprimiu a discussão interdisciplinar inicialmente proposta para o Fórum, no qual interagiriam em diálogo docentes das humanidades, ciências ambientais, ciências da saúde e ciências e tecnologia. A proposta de ter uma iniciação interdisciplinar por meio do diálogo foi violentamente atropelada, emudecida e transformada em uma introdução disciplinar nas artes, em prejuízo de uma visão mais ampliada para o estudante e relações de cooperação, dialógicas, construtivas e reflexivas entre os próprios docentes;
2. das dificuldades com o Componente Curricular “Matemática no cotidiano”, que sequestrou a liberdade criativa dos docente de forma geral, submetendo todos a uma concepção única do ensino de matemática, confundindo-se o exótico e diferente com o ser inovador, impondo-se, assim, uma perigosa visão exotizada e extremada das diferenças;
3. da oportunidade e condições de inclusão dos “Mestres dos Saberes” no Componente Curricular “Campo da Educação Básica: saberes e práticas” naquele momento em que se enfrentava crescente acirramento das discordâncias e choques de concepções, e da forma como foi efetivada, desqualificando-se qualquer visão diferenciada;
4. do recém criado PIBIPCI (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa, Criação e Inovação), para o qual os editais não indicavam explicitamente a interdisciplinaridade como critério valorizado na pesquisa. A desvinculação das áreas de conhecimento entre o projeto de pesquisa e os planos de trabalho dos proponentes induzia à valorização de apenas a uma certa concepção de interdisciplinaridade, em torno da qual não existia ou existe qualquer unanimidade;

5. da expressão das discordâncias que foram externalizadas no momento em que o professor Hilton Japiassu fez a conferência “Interdisciplinaridade Hoje: Tendências, Implicações e Superações”, na abertura do III Encontro Nacional dos Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares, realizado em Porto Seguro, em 2014. Naquela conferência a questão da interdisciplinaridade foi tratada como um compromisso político em torno de uma compreensão teórica que a considera como superação da configuração disciplinar. A posição de defesa ideológica gerou, entre os ouvintes no amplo auditório, um clima similar ao de um congresso estudantil, com aplausos entusiásticos e gritos de palavras de ordem. Bem diferente foi o clima durante a apresentação de um panorama do pluralismo no mundo pós-disciplinar, objeto tanto da conferência de Otávio Velho como da conferência de Esther Diaz. Alguns comentários entre os ouvintes das palestras enfatizavam essa assimetria de perspectivas entre a abordagem ideológica e a analítico-reflexiva, a primeira aparentemente era a dominante naquele momento e lugar;
6. da questão da reintegração de posse de áreas ocupadas por indígenas Pataxó em Comuxatiba e o posicionamento e envolvimento de docentes. Um grupo açodadamente deslocou-se para aquela área em veículo da universidade e posteriormente realizou uma campanha para obter doações para os indígenas violentamente deslocados. Todos estes encaminhamentos foram feitos de maneira passional, excluindo outros possíveis interlocutores internos da questão. A despeito das boas intenções de todos os envolvidos, aquele não me parecia ser o papel da universidade, nem a decisão poderia ser tomada sem discussões internas antes de qualquer ação açodada;
7. do desconhecimento e desmedido ímpeto de envolvimento com questões indígenas que se expressaram na solicitação de ajuda feita por uma docente a mim e Fátima Tavares. Ela falava de aproximação de um grupo por meio de trabalho voluntário com os Pataxó, com os quais já vinha atuando há algum tempo. Contudo, só naquele momento buscou informações sobre a questão indígena, principalmente instrumentos teóricos e emocionais para lidar com a sensação para ela perturbadora de que eles “não eram índios de verdade”!

A partir de meados de 2015, a hegemonia da posição que defendia uma certa, e única, forma de concepção de interdisciplinaridade se tornou tão dominante que os discordantes, como eu o era, mesmo ocupando cargos, foram excluídos das discussões

dos novos processos de redistribuição e outras decisões na universidade. Os que apresentavam alguma discordância da visão hegemônica de interdisciplinaridade, tiveram de aceitar os encaminhamentos e decisões daqueles que dominaram a administração central, já que se alinhavam e defendiam a concepção considerada como a única.

Percebendo não dispor de qualquer espaço de participação e criação, Fátima Tavares decidiu voltar para a UFBA. Deixou, contudo, um significativo legado de trabalho em equipe representado pelos PPCs do BI e LI em Humanidades, PPC do II Ciclo em Antropologia e APCN do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, embora em nenhum momento tenha sido adequadamente reconhecido pelos dirigentes e muito colegas ávidos e sedentos por se apoderar e dominar todas as instâncias acadêmicas e administrativas. Deste último que vínhamos há algum tempo trabalhando juntos na concepção e montagem da equipe, coube a mim fazer os retoques finais e submeter à CAPES na data aprazada, para ter aprovado um programa de pós-graduação com níveis de mestrado e doutorado no segundo ano de funcionamento da UFSB.

138

Enfrentei uma situação em que eu, como outros colegas que inicialmente faziam parte do time, fiquei sem espaço para dar continuidade ao que idealizáramos quando pensávamos participar do sonho “do sonho”. Ao mesmo tempo que via colegas que deixaram suas vidas para participar da implantação da UFSB retornarem decepcionados, com a maneira com que o grupo que se tornou hegemônico e influente sobre o Reitor passou a tratar o projeto e minar as relações entre todos que não seguiam suas diretivas, como se deu com Fátima Tavares, ou serem exonerados dos cargos que ocupavam sem que qualquer diálogo fosse estabelecido, como foi o caso de Asher Kiperstok. Ao mesmo tempo se tornou público que eu também seria exonerado do cargo de decano, sendo até mesmo anunciado o nome de um outro colega para ocupá-lo. Retornei a Salvador em dezembro de 2015, trazendo meus pertences, com ajuda de Asher em razão de minhas limitações físicas momentânea, que decorreram de um acidente, para cuidar de minha própria mudança. Surpreendi-me quando não foi anunciada minha exoneração no DOU juntamente com outros colegas, e, de imediato solicitei que fosse feita a correção. Naquele momento tomei conhecimento que as instruções eram para que fosse mudado para o cargo de assessor, o qual de imediato recusei.

Instalou-se total silêncio e indefinição quanto a minha exoneração ou permanência no cargo<sup>57</sup>. Minha responsabilidade para com a realização da 68ª RA da SBPC,

---

57 Jocosamente me referia a minha situação de constante instabilidade como aquela de “cabra marcado para morrer”, felizmente para mim, *sine die!*...

a perspectiva de poder ter um curso de antropologia implantado, e a expectativa em torno de ter programa de pós-graduação aprovado pela CAPES, me fizeram retornar a Porto Seguro permanecer por mais algum tempo. A aprovação do PPGES, com os dois níveis de mestrado e doutorado, mais uma vez fez postergar meu retorno previsto para após o encerramento da 68ª RA. Novamente minha estada foi prorrogada até a realização da primeira seleção de ingresso nos cursos de pós-graduação, após a qual eu voltaria para a UFBA para reassumir as aulas no semestre que se iniciaria em dezembro de 2016.

Eis que no mês de setembro de 2016 o Reitor da UFSB me telefonou para conversarmos. Viajamos juntos para Porto Seguro, ele me consultou sobre meus planos e falou sobre a visibilidade nacional que eu ganhara com a coordenação da reunião da SBPC. Seguiu-se a proposta para que eu continuasse mais algum tempo na condição de assessor para implantar uma pró-reitoria de pesquisa. Mais uma vez me entusiasmei com esta possibilidade e adiei o retorno já informado a meu Departamento na UFBA, que já havia me incluído na programação didática para o semestre que se iniciaria em dezembro de 2016. Ao decidir mais uma vez alongar minha permanência, o que me movia era a possibilidade de atender mais uma demanda institucional.

Com referência aos cursos de segundo ciclo que tiveram autorização do Consuni para ter seus PPCs elaborados desde dezembro de 2014, aqueles continuaram a apresentar o mesmo problema: a insuficiência de docentes especializados e pulverização de especialidades e indefinições de interesses. A maior dificuldade foi com relação ao PPC do Bacharelado em Direito, que mesmo sendo considerado o curso âncora da área das ciências humanas e sociais, e que tem a maior demanda da parte de estudantes, continuou a apresentar enorme déficit numérico e de especialidades dos docentes na UFSB. Este PPC, cuja informação do coordenador era de que se encontrava em andamento, se mostrou inexistente na véspera de sua apresentação no Consuni<sup>58</sup>.

No final do ano de 2016 quando foi realizada uma apresentação preliminar e discussão dos PPCs de alguns cursos em reunião do Consuni, o que representou um significativo demarcador para as atividades do CFCHS. Contudo, mais uma vez esta avaliação levou a que fosse constatada a recorrente deficiência de docentes nas áreas dos cursos autorizados. Uma solução paliativa foi a constituição de Grupos de Trabalho para a finalização de alguns PPCs. Estes GTs vieram a compor a Congregação do CFCHS, elaborando e apresentando novas propostas de curso de segundo

---

58 Foi apresentada no Consuni uma proposta bastante simplificada, elaborada na tarde anterior à reunião. O coordenador não teve qualquer documento sólido para apresentar, alegando que não o fez por não ter uma portaria que o designasse para o cargo.

ciclo, seja sob a forma de Bacharelados, seja na forma de segunda-licenciatura, sendo estes: Bacharelado em História; Licenciatura em História Licenciatura Língua Materna e Literaturas de Língua Portuguesa; e Licenciatura em Línguas e Culturas Estrangeiras Modernas.

O primeiro passo no ano de 2017 foi buscar localizar todos os documentos que vários docentes informaram ter produzido para compor o PPC do Bacharelado em Direito, de forma que sob a coordenação do professor Roberto Rabbani fosse consolidado um documento que foi encaminhado ao Consuni. Mereceu destaque por sua importância na construção do PPC do Bacharelado em Direito, a realização de um Seminário para a apresentação e discussão do mesmo, com a contribuição do Professor Roberto Kant de Lima, da UFF. Este seminário foi antecedido por uma significativa participação e colaboração do Professor Celso Castro, Diretor da Faculdade de Direito da UFBA e da Professora Ana Paula Rocha do Bomfim, da mesma instituição, naquele momento coordenadora do Observatório da Pacificação Social.

Outra relevante iniciativa foi a realização do Seminário prévio a finalização da elaboração do PPC do Bacharelado em Antropologia. Este contou com a presença do professor Jorge Eremites de Oliveira, da Universidade de Federal de Pelotas, naquele momento vice-coordenador da Área de Antropologia e Arqueologia na CAPES, de Fátima Tavares que já se encontrava de volta na UFBA e generosamente foi participar nas discussões e trabalhos. Na ocasião discutiu-se e se reorientou o projeto que se encontrava há algum tempo esboçado, mas, sem maiores avanços por falta de competência apropriada e experiência da docente que assumira a coordenação após a saída de Fátima Tavares. O amadurecimento das discussões levou o grupo proponente a optar por um Bacharelado em Antropologia Aplicada, com quatro Áreas de Concentração: Etnodesenvolvimento e Desenvolvimento Comunitário; Gestão de Patrimônio Cultural; Antropologia Aplicada à Saúde; Antropologia Aplicada à Educação.

O silêncio sobre minha permanência ou não finalmente foi quebrado, quando um colega comentou comigo, criticamente, que em uma reunião para a qual não fui convidado foi apresentado um novo docente relacionado ao grupo que exercia influência hegemônica junto à administração central, que viria por meio de processo de redistribuição para assumir o cargo de assessor com a incumbência de planejar a implantação de uma pró-reitoria de pesquisa e inovação na UFSB. Dediquei meus últimos dias como decano do CFCHS, na consolidação dos PPCs dos cursos de segundo ciclo e do PPGES. Finalizada a eleição que ocorreu no mês de junho, com a posse da eleita na segunda semana de julho, dei início a meu retorno para casa, para as baías, onde Fátima Tavares havia assumido responsabilidade por nossos trabalhos, sendo minha participação ocasional nos fins de semana quando vinha a Salvador.

Imagem 31 – Encerramento da Missão Princeton University-UFSB



Foto: autoria desconhecida.

A última atividade da qual participei na UFSB foi na condição de assessor nos últimos dois meses de minha permanência, por ocasião da vinda de uma missão da *Princeton University* à UFSB, quando o Reitor me solicitou acompanhá-los juntamente com os visitantes. Tratava-se de um grupo no qual eu conhecia um dos participantes, do tempo em que estive no Instituto de Saúde Coletiva. De volta a Salvador e finalizado e encaminhado o relatório sobre a missão, visitas feitas e discussões que ocorreram durante a presença do grupo da *Princeton University*, senti-me tomado por uma estranha sensação de estar em busca do tempo que perdi. Tenho plena certeza de ter investido e trabalhado muito na construção da nova universidade, contudo, às vezes me invade o sentimento de que eu nada tivesse feito e este tempo fosse desperdiçado, e que me roubou a possibilidade de produzir artigos, entre outras formas de produção acadêmica, que se demanda de um pesquisador que se encontra na fase da carreira que naquele momento me encontrava.



## De volta para casa?... Para não ficar em casa!

Estou de volta à casa, ao meu lugar no mundo, de volta às baías e seus mistérios e encantos, de volta ao estudo com terapeutas tradicionais e suas práticas populares em saúde. Darei continuidade, assim, ao que fazia desde meu encontro com Carlo Castaldi, que me trouxe de volta às baías sem perder de vista às outras regiões que investi, juntamente com destacados parceiros. Refiro-me às baías, por serem várias, e os estudos ocorrerem em pelo menos duas, a de Todos os Santos e a de Iguape<sup>59</sup>.

O projeto denominado “Identificação e Mapeamento de Saberes e Práticas Tradicionais em Saúde”, aborda questões colocadas por seu título à luz de duas categorias de interpretação antropológica, tratando-as no âmbito de dois setores de busca terapêutica e provimento de cuidados em saúde. Um destes setores é o que identifiquei como setor comunitário tradicional de cuidados em saúde; o outro como setor profissional contemporâneo de cuidados em saúde. No estudo, parto da referência à discussão iniciada por Kleinman (1980) e sua rediscussão por Caroso e outros (2007), que consideraram as condições peculiares das práticas em saúde em segmentos comunitários na Bahia como fator principal na proposição destas duas categorias que apresentam maior amplitude e abrangência.

A área em estudo é um contexto de formação multiétnica, em que se identifica persistente e crescente renovação de interculturalidade, o que reclama por identificar

---

59 Nesta segunda baía temos um contrato de pesquisa e devolutiva, que foi negociado, elaborado e assinado publicamente, com o Conselho Quilombola, constituído de comunidades quilombolas com os quais temos trabalhado por meio de intensa participação e colaboração.

e analisar os fatores que se encontram envolvidos em quatro aspectos que são de imensa importância e relevância para explicar aquelas práticas: a) suas origens e características; b) a resistência e persistências dos conhecimentos, saberes e práticas nos cuidados em saúde; c) transformações por que passam aquelas práticas como resultante da disponibilidade da atenção pública à saúde, representada pela ESF; d) desaparecimento e re-emergência de práticas ao longo da trajetória de indivíduos e de grupos sociais aí presentes.

### **Antigos projetos, apropriação do legado e visão do futuro**

De volta a UFBA, certamente com planos para o futuro, como o que me levou a produzir o presente texto em tempo bastante curto. Insatisfeito com o formato de alguns memoriais tomei para leitura, dei início a procura por uma nova maneira de fazê-lo dialogando com o que busco definir com etnografia do self ou autoetnografia reflexiva, praticando o estranhamento em busca de ver-me na posição da alteridade, o que veio de imediato demandar novos aprendizados de como diferenciá-la de um memorial no qual se limita repetir o curriculum Lattes, que se encontra disponível e acessível para alguém que sinta necessidade, e queira dispender tempo, com uma consulta complementar. Volto aqui a uma de minhas fontes de inspiração, mais uma vez mencionando o citado Carlo Castaldi (CAROSO; CASTALDI; 2007), que reagiu a minha provocação para que narrasse sobre sua experiência em Itaparica contando uma história que anteriormente não pudera contar, e, da mesma maneira simples, busco construir uma autonarrativa etnográfica sobre minha própria trajetória, sem as formalidades e limites requeridos de um curriculum vitae.

No que se refere ao âmbito acadêmico, que inevitavelmente se prolonga ao da casa, já que, entre outras interseções Fátima e eu somos colegas de departamento, parceiros nas pesquisas que realizamos e em alguns escritos nos últimos anos, há algum tempo se discutia a ideia de fazermos um estágio de pesquisa em ano sabático numa outra universidade, de país, preferencialmente de língua inglesa. Analisada algumas possibilidades, nossa escolha recaiu sobre a longa e produtiva parceria que já temos com Gilles Bibeau e Ellen Corin, em Montreal, o que também traz de volta o trabalho junto com Naomar Almeida que iniciamos nos idos do ano de 1991.

Este retorno ao corpus de dados do projeto “*Social and Cultural Landmarks for Community Mental Health (Brazil)*” tem a finalidade de proceder a reanálise dos vários textos, narrativas e histórias com base na hermenêutica antropológica, tomando para tal as proposições dos métodos semânticos, especificamente no que se refere à hermenêutica do discurso e das práticas (OCHS; CAPPS, 2001; MATTINGLY; UCHOA, 2000; KIRMAYER, 2000; TURNER, 2000; RICOUER, 2000; FOUCAULT, 1996;

BIBEAU; CORIN, 1995). Para o tipo de aproximação que proponho realizar, será necessário estabelecer o diálogo entre as várias abordagens contemporâneas e teoria da leitura etnocrítica de Bibeau e Corin (1995), cuja proposta principal é de trazer as contribuições da semiologia para a leitura e interpretação de dados etnográficos.

As duas fases do projeto, cada uma com dois anos de duração, e os segmentos posteriores até o ano 2001, resultaram na produção de corpus de dados etnográficos (uma boa parte a ser devidamente reanalisada e reinterpretada) que se encontra em guarda na UFBA. Pretendo retrabalhar estes com os mencionados parceiros durante o período sabático (Estágio Sênior) que planejo iniciar em abril de 2018 em Montreal. Neste momento, a proposta é retomar, discutir e reinterpretar estes dados à luz de nossas novas experiências, dos avanços teóricos e metodológicos, com os quais vimos dialogando e aprendendo novos caminhos para o tratamento de dados etnográficos. A tarefa consistirá, portanto, em buscar interpretar aqueles dados não inteiramente analisados, além de reinterpretar aqueles anteriormente trabalhados à luz de novas perspectivas.

Do ponto de vista dos avanços teóricos no campo das ciências sociais, e, particularmente, da antropologia, proponho intensificar o diálogo com algumas categorias teóricas que emergiram e adquiriram forte atenção e vigência nas três últimas décadas, tais como interculturalidade (MENEDEZ, 2006); intermedialidade (GREENE, 1998; FOLLÉR, 2004; LANGDON, 2004); teoria ator-rede (LATOUR, 2006, 2002); noção de pessoa e dualidade mente/corpo (INGOLD, 2015). Por meio destes diálogos teóricos e metodológicos, proponho buscar interpretações e explicações renovadas para os fenômenos outrora observados, que vieram a integrar o corpus etnográfico que constitui nosso acervo de pesquisa, sob a orientação da teoria etnocrítica de Bibeau e Corin (1995).

Os fundamentação da proposta etnocrítica, que proponho retomar em diálogo com outras teorias vigentes neste momento, ancoram-se nas teorias semiológicas pós-estruturalistas, representadas pelos *cinco códigos*, de Roland Barthes (1992), pelo *enciclopedismo versus dicionário*, de Umberto Eco (1991), pela *semanálise*, de Julia Kristeva (1969, 1974), pelo *desconstrutivismo*, de Jacques Derrida (1971) e pela *identidade narrativa*, de Paul Ricoeur (1988, 1994), entre outros (BIBEAU, 1997). A proposta da etnocrítica é de superar as dificuldades de leitura dos textos culturais, cujos principais complicadores são: a) as ambivalências e o jogo do “escondido e revelado”; b) a autoria coletiva da cultura, que requer do intérprete o reconhecimento das claras conexões entre as narrativas pessoais e as meta-narrativas de um povo; c) os “claros e escuros” dos textos, que demandam uma atitude atenta às qualidades da interpretação de primeiro nível, como condição necessária para chegar a outra interpretação de segundo nível.

Do ponto e vista da estratégia de análise dos dados, Bibeau e Corin (1995) e Bibeau (1997) propõem que a seja feita uma leitura ao mesmo tempo compreensiva, explicativa e interpretativa como forma de superar as dificuldades de análise dos materiais etnográficos por meio da reunião de informações sobre os principais códigos e categorias-chave de uma dada configuração cultural. Para aqueles autores, nesta tarefa de leitura etnocrítica devem ser observadas quatro regras básicas, que propõem firmar as interpretações em bases confiáveis: 1) Adquirir familiaridade com a superfície da realidade, o que equivale ao próprio contexto sociocultural ao qual pertencem os fatos analisados; 2) Olhar atrás das cenas e ler as entrelinhas, que nos levaria a investigar além da superfície que se apresenta ao olhar, por meio do contato e da releitura continuada dos textos etnográficos, das narrativas das histórias, permitindo que as múltiplas vozes presentes no contexto e nos textos possam ser devidamente evidenciadas e consideradas; 3) Trilhar os passos dos adivinhos, estes representados por aquelas pessoas que apresentam sensibilidade no conhecimento da sua própria cultura, podendo levar o antropólogo / pesquisador a descobrir significados mais profundos para os fenômenos observados; e 4) Dedicar-se a um esforço cooperativo e criativo, no trabalho com a comunidade e com seus membros, visando ultrapassar os limites impostos pela condição do etnógrafo, na maior parte das vezes, não pertencer ao contexto local, proposta esta que apresenta claro potencial para dialogar com aquela da autoetnografia analítica proposta por Anderson (2006) e Silva (2015).

146

Propomos seguir esta orientação em busca de soluções inovadoras que melhor se moldem ao tratamento dos dados que dispomos, para análise do sistema de “signos, significados e práticas” (CORIN et ali 1990) relacionados à saúde mental comunitária. Estes procedimentos serão observados na análise e interpretação das diversas narrativas e histórias pessoais obtidas por intermédio de vários tipos de entrevistas semiestruturadas e não-estruturadas, com vistas a identificar, compreender e explicar os significados atribuídos à saúde mental e sua ausência nas comunidades estudadas. Assim, uma estratégia de abordagem etnográfica possibilitará nossa aproximação do discurso e das experiências da doença mental, das práticas de apoio e dos tratamentos relacionados, seguindo o modelo metodológico que discutimos e a experiência obtida ao longo do trabalho de campo.

Serão tomadas como referência as mudanças que ocorreram nas últimas décadas, tanto no campo da antropologia, da psiquiatria transcultural e de campos de conhecimento associados, quanto no âmbito da assistência à saúde mental no Brasil. Considero que estes seja um momento oportuno para lançar este olhar em perspectiva temporal diacrônica e sincrônica que proponho. Esta busca será feita particularmente nos aspectos que se referem aos cuidados biomédicos promovidos pelas novas

políticas de Estado e de governos (implementação do SUS, ESF, Lei nº 10.216 de 6 de abril de 200, CAPS etc.); no campo das práticas comunitárias em saúde (práticas etnomédicas e etnopsiquiátricas, ativismo político e crescimento do envolvimento e participação comunitária); e, conseqüentemente, na visão dos usuários sobre serviços em saúde disponibilizados e em sobre suas estratégias de seleção terapêutica.

Como ocorreu em outros países da América Latina, o Brasil vem implementando mudanças na sua política nacional de saúde, com o objetivo de criar um sistema nacional de saúde no que se refere aos cuidados biomédicos promovidos pelas novas políticas de Estado e de governos (implementação do SUS, ESF, Lei nº 10.216 de 6 de abril de 200, CAPS etc.), levando a uma descentralização progressiva e municipalização de serviços de saúde. Ao mesmo tempo em que no campo das práticas comunitárias em saúde ocorreu o crescimento do ativismo político e maior envolvimento e participação comunitária; e, conseqüentemente, na visão dos usuários sobre serviços em saúde disponibilizados quanto às suas estratégias de seleção terapêutica. Este novo cenário que se apresenta justifica proposta de reestudo proposto, como forma de contribuir com o a compreensão das mudanças nas políticas e estratégias de oferta de serviços de saúde mental baseados na comunidade.



## Enfim!... Para chegar a um fim e não ao fim...

Não ocorre exatamente como encerrar este memorial, ao qual busquei dar o tom de autoetnografia reflexiva, mas, dou-me conta que falta muito a ser narrado. Escrevê-lo me fez percorrer quase toda a minha carreira de antropólogo e professor universitário que, recém graduado, enfrentou uma primeira turma de estudantes substituindo os dois docentes decanos no Departamento que se denomina de Antropologia e Etnologia. Versa a micro história da vida privada de um Departamento cuja dupla denominação, antropologia e etnologia, decorreu do choque de concepções entre dois dos seus criadores. Thales de Azevedo, médico, de forte influência norte-americana; o segundo, Frederico Edelweiss, adepto da etnologia de base europeia e indigenista, conhecido bibliófilo e estudioso da língua e cultura tupi. Mas, estas memórias originais já repousam com aqueles que conviveram com o momento mais remoto da instituição, que renitentemente persiste voltada para suas tradições mais barrocas e não enfrenta seriamente as necessidades, há muitas décadas urgentes, de assumir seus papéis e responsabilidades frente a uma sociedade e um campo científico dinâmico e cambiante.

Há poucos dias completei 67 anos de idade, no momento em que iniciei a escrita deste texto ainda tinha apenas 66 anos, e mais de quatro décadas como professor na UFBA, com passagem mais recente pela UFSB. De onde me encontro neste momento, lanço o olhar para trás e vejo não apenas minha experiência, mas a minha convivência com o outro, mais uma vez, no sentido antropológico que é dado ao conceito. Tenho claras memórias do período em que fui estudante de pós-graduação na UCLA, na década de 1980, e daquele momento em que retornei como professor visitante, de

setembro de 2001 a agosto de 2002, atuando no ensino no *Department of Anthropology e Latin American Studies Center-LASC*. Assim como de minha participação no Instituto de Saúde Coletiva e seus antecedentes. Do ensino do Mestrado em Medicina Interna, inicialmente em parceria com a professora Eliana Azevedo. Dos nove anos intensamente dedicado ao Museu de Arqueologia e Etnologia que sobrevivera a um desastre como resultado de má gestão e desvio de suas finalidades. E dos quatro anos em que estive cedido pela UFBA à UFSB para exercer cargo de direção durante seu período de implantação.

Dou-me conta, ainda, que neste momento submeto-me a avaliação em busca de atingir o patamar universitário mais alto da carreira universitária. Esta seria uma situação estável e previsível se estivéssemos em países em que as carreiras não se encontram permanentemente em reestruturação; certamente esta ascensão teria ocorrido em momento muito anterior. Mas, pertencço a geração em que as mudanças de normas e critérios foram uma constante, criando sensação de despertencimento e dúvidas, constantes e salutares dúvidas!... Mas, não são a ciência e o aprendizado movido pela dúvida!?...

Pergunto-me se não seria oportuno aproveitar esta ocasião para lembrar que a ciência e movida pela curiosidade, pela dúvida, pelo querer saber, pela vontade de conhecer, explorar e compreender. Não são todos estes elementos juntos que nos fazem antropólogos, em busca de saber o momento o momento de estranhar e compreender o outro, a alteridade, os povos com os quais estudam, mesmo quando este outro somos nós mesmos?!... A mente ativa sempre questiona como será amanhã, no próximo mês, no próximo ano e nos anos seguintes?!... Não sei!... esta expressão de baianidade que indica reações de surpresa, incerteza, perplexidade, é o princípio da dúvida e da disposição para aprender, o que agora faço neste encontro acadêmico que me permite olhar para mim mesmo como se fosse o outro etnográfico, me permitir falar de mim como alteridade. Enfim, tentei fazer minha carreira profissional e meu eu pessoal objeto do meu próprio relato autoetnográfico analítico, no qual sou quase sempre meu próprio interlocutor, mas, penso nos outros que lerão o que ora narro para meu próprio registro. Pergunto-me, será que deu certo?...

Permanecem as dúvidas que expressei no início deste relato evocando as revelações oníricas que constroem a condição de Pessoa Sagrada atribuída a Black Elk e a todos que interpretam seus próprios sonhos. Felizmente permanecerão as discordâncias, dúvida ainda, o não dito e muitas coisas a dizer!... Enfim, tomando de empréstimo uma estrofe da poesia/letra da música intitulada Roda, de autoria de Gilberto Gil e João Augusto (1966), lembráramos que “Quem sabe tudo e diz logo fica sem nada a dizer”. Resta-me, portanto, e restar-me-á sempre, muito a dizer, por mais que eu consiga aqui dizer.

# Publicações e outros produtos

## Artigos completos publicados em periódicos

TAVARES, Fátima; CAROSO, Carlos. *Conversas sobre o que os anjos podem fazer? Comentários ao texto de Bruno Latour*. Debates do NER. , v.2, p.45 - 52, 2017.

SANTANA, Carolina O. de; JESUS, T. B. de; AGUIAR, W.M de; FRANCA-ROCHA, W.; CAROSO, CARLOS. *Assessment of health risk related to the ingestion of trace metals through fish consumption in Todos os Santos Bay*. Environmental Monitoring and Assessment (Print). v.189, p.189 - 204, 2017.

SANTANA, Carolina O.; JESUS, T.B.; AGUIAR, W.M.; FRANCA-ROCHA, W.; CAROSO, Carlos. *Trace elements in muscle of three fish species from Todos os Santos Bay, Bahia State, Brazil*. Environmental Monitoring and Assessment (Print). , v.189, p.123 - 139, 2017.

TAVARES, Fatima R. G; CAROSO, Carlos. *Candomblé(s) e espaço público na Ilha de Itaparica, Bahia*. Religião e Sociedade. v.35, p. 297 - 318, 2015.

TAVARES, Fátima; CAROSO, Carlos; SANTANA, C. *Mediações do cuidado no âmbito do Programa Saúde da Família em Itaparica, Brasil|Mediated care in a public program for family health in Itaparica, Brazil*. Etnográfica. Lisboa, p. 489 - 513, 2015.

PONDÉ, Milena; MENDONÇA, Milena S.S.; CAROSO, Carlos. *Proposta metodológica para análise de dados qualitativos em dois níveis*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. v. 16, p. 129 - 143, 2009.

CAROSO, Carlos. *Presença do antropólogo Carlo Castaldi no Brasil: 1953 a 1958*. Tempo Social (USP. Impresso) , v.20, p.297 - 303, 2008.

PONDÉ, Milena; CAROSO, Carlos. *A Critical View of the Use of the Concept of Leisure as a Tool Analysis in Mental Health Studies*. *Loisir et Société*. v. 26, p. 69 - 84, 2003.

PONDÉ, Milena; CAROSO, Carlos. *Lazer como fator de proteção da saúde mental*. Revista de Ciências Médicas (PUCCAMP), v. 12, p. 163 - 172, 2003.

PONDÉ, Milena; CAROSO, Carlos. *Existirá uma Intencionalidade nos Diferentes Discursos sobre Prevenção e Planificação em Saúde Mental?*. *Psychiatry On-line*. v. 5, p. 09 - 09, 2000.

RODRIGUES, Núbia; CAROSO, Carlos. *A Sina de Curar: A Palavra de um Terapeuta Religioso*. *Horizontes Antropológicos*. v.12, p.183 - 212, 1999.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia; ALMEIDA FILHO, Naomar. *Manejo comunitário em saúde mental e experiência da pessoa*. *Horizontes Antropológicos (online)*. v.4, p.63 - 83, 1998.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia. *Nativos, veranistas e turistas: identidades, mudança e deslocamento sócio cultural no Litoral Norte da Bahia*. *Revista Turismo em Análise*. v. 9, p. 61 - 75, 1998.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia; ALMEIDA-FILHO, N.; CORIN, E.; BIBEAU, G. *When healing is prevention: Afro-Brazilian religious practices related to mental disorders and associated stigma in Bahia, Brazil*. *Curare (Berlin)*. v. 12, p. 195 - 214, 1997.

CAROSO, Carlos. *Empreendimento e Transição Econômica Entre Agricultores Polono-Brasileiros*. *Alteridades*. v.2, p. 9 - 22, 1995.

CAROSO, Carlos. *Pankararé de Brejo do Burgo: Um Grupo Indígena Aculturado*. *Boletim do Museu do Índio*. v. 6, p. 1 - 12, 1977.

### **Capítulos de livros publicados**

MACHADO, Renata; CAROSO, Carlos; TAVARES, Fatima. *Festas, tradição e invenção em Matarandiba, Baía de Todos os Santos*. In: TAVARES, Fátima; BASSI, Francesca. *Festas na Baía de Todos os Santos: visibilizando diversidades, territórios, sociabilidades*. 1ª ed. Salvador, Bahia: Edufba, v.1, p. 32-50, 2015.

CAROSO, Carlos; TAVARES, Fatima.; TELES, Carlos. *The Socio-Environmental Vulnerability of Traditional Peoples and Poor Populations in Brazil*. In: REUTER, Thomas (Org.), *Averting a Global Environmental Collapse: The Role of Anthropology and Local Knowledge*. 1ª. ed. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, v.1, p. 23-42, 2015.

CAROSO, Carlos; CASTALDI, Carlo. *Renascido para a Santidade: Corporalidade, doenças, curas e milagres em Itaparica*. In: TAVARES, Fatima; ARCAND, Francesca Maria Nicoletta Bassi. *Para além da eficácia simbólica: estudos em ritual, religião e saúde*. Edufba, v. 1, p. 175-202, 2012.

TAVARES, Fatima; PEREIRA, Cláudio; CAROSO, Carlos. *Diversidade, Visibilidade e Dimensão Pública da Vida Religiosa na Baía de Todos os Santos*. In: CAROSO, C; TAVARES, F.; PEREIRA, C. *Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos - Tomo II*. 1ª. ed. Salvador, BA: EDUFBA, v.1, p. 479-528, 2011.

CAROSO, Carlos; TAVARES, Fatima R. G.; PEREIRA, Cláudio. *Os contornos da Baía de Todos os Santos*. In: CAROSO, C; TAVARES, F.; PEREIRA, C. *Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos - Tomo II.1* ed. Salvador, Bahia: EDUFBA, v.1, p. 13-26, 2011.

CAROSO, Carlos; TAVARES, Fatima. *Atuação profissional no âmbito da assistência social*. In: TAVARES, F.; GUEDES, S.L. e CAROSO, C. (Orgs.) *Experiências de ensino e prática em antropologia no Brasil*. 1ª. ed. Brasília, DF: ABA/ÍCONE Gráfica e Editora, v.1, p. 97-103, 2010.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia. *Doença Mental Crônica e Tecnologias Comunitárias de Manejo Terapêutico*. In: CAROSO, C. (Org.). *Cultura, Tecnologias em Saúde e Medicinas em Perspectiva Antropológica*. 1ª. ed. Salvador: EDUFBA, v.500, p. 199-217, 2008.

MARTINS, Rafael Losada; CAROSO, Carlos. *Lembranças, Memórias, Esquecimentos e Versões: Trajetória de um Médico Popular na Ilha de Itaparica*. In: CAROSO, C. (Org.). *Cultura, Tecnologias em Saúde e Medicinas em Perspectiva Antropológica*. 1ª. ed. Salvador: EDUFBA, v.500, p. 147-162, 2008.

PONDÉ, Milena P.; CAROSO, Carlos. *Tecnologias Culturalmente Sensíveis em Saúde Mental*. In: CAROSO, C. (Org.). *Cultura, Tecnologias em Saúde e Medicinas em Perspectiva Antropológica*. 1ª. ed. Salvador: EDUFBA, v.500, p. 01-284, 2008.

PONDÉ, Milena; CAROSO, Carlos. *Tratamento ou Prevenção? Tecnologias em conflito no cuidado em saúde mental*. In: CAROSO, C. (Org.). *Cultura, Tecnologias em Saúde e Medicinas em Perspectiva Antropológica*. 1ª. ed. Salvador: EDUFBA, v.1, p. 185-197, 2008.

CAROSO, Carlos; CASTALDI, Carlo. *Carlo Castaldi: o reencontro de um naufragado com a Antropologia*. In: PEREIRA, C. e SANSONE, L. Projeto UNESCO no Brasil 50 anos depois. 1ª. ed., Salvador: EDUFBA, v.01, p. 185-203, 2007.

BELTRÃO, Jane Fellipe; CAROSO, Carlos. *Patrimônio, Linguagens e Memória Social*. In: ECKERT, C; BELTRÃO, J. F. Antropologia e Patrimônio Cultural - Diálogos e Desafios Contemporâneos. 1ª. ed. Florianópolis: Nova Letra, v.1, p. 45-56, 2007.

CAROSO, Carlos. *A Imagem e a Ética nas Encruzilhadas da Ciência*. In: VÍCTORA, C. et al. Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil. 1ª. ed. Niterói: EdUFF, v.1, p. 137-150, 2004.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia; ALMEIDA FILHO, Naomar. *Nem tudo na vida tem explicação: explorações sobre causas de doenças e seus significados*. In: LEIBING, A. (Org.). Tecnologias do Corpo: Antropologias das medicinas no Brasil. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Nau, v.1, p. 145-173, 2004.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia. *Exus no Candomblé de Caboclos*. In: PRANDI, Reginaldo (Org.). Encantaria Brasileira: O Livro dos Mestres, Caboclos e Encantados. 1ª. ed. São Paulo: Pallas, v.01, p. 331-362, 2001.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia; ALMEIDA FILHO, Naomar; CORIN, E.; BIBEAU, G. *Saúde Mental, terapias religiosas e prevenção da rotulação e estigma*. In: BARREIRA, C. e PORDEUS JR, P. Cultura, Narração e Identidade. 1ª. ed. São Paulo: Terceira Margem, v.1, p. 49-79, 2000.

RODRIGUES, Núbia; CAROSO, Carlos. *Exu na Tradição Terapêutica Religiosa Afro-Brasileira*. In: CAROSO, Carlos e BACELAR, Jeferson (Orgs.) Faces da Tradição Afro-Brasileira. 1 ed. São Paulo: PALLAS/CEAO/CNPq., v.01, p. 239-255, 1999.

RODRIGUES, Núbia; CAROSO, Carlos. *A Idéia de Sofrimento e Representação da Doença na Construção da Pessoa*. In: Dias Duarte, L.F. Fachel Leal, O. (Orgs.) Doença, Sofrimento e Perturbação: Perspectivas Etnográficas. 1ª. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998, v.01, p. 137-150.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia. *Para Quem a Loucura é um Problema?* In: LIMA, Jacob Carlos; KOURY, Mauro G.P e RIFIOTIS, Theophilos. Trabalho, sociedade e meio ambiente. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1ª, v.01, p. 121-135., 1997.

CAROSO, Carlos; DIAS, Noilton J.; OLIVEIRA, Neivalda F. *Cuidados de Saúde nas Doenças Tropicais Transmissíveis: Pluralismo Médico no Tratamento da Leishmaniose* In: BUCHILLET, Dominique. *Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia*. 1ª ed., v 01, p. 135-158, 1991.

CAROSO, Carlos. *Identidade Étnica e Organização Sócio-Cultural: Um Grupo de Colonos Polono-Brasileiros no Paraná*. In: CARVALHO, Maria Rosário G. *Identidade Étnica, Mobilização Política e Cidadania*. 1ª. Ed, Salvador: Editora Gráfica da Bahia, v.01, p. 124-141, 1989.

### **Livros organizados**

CAROSO, Carlos; TAVARES, Fatima R. G.; PEREIRA, Cláudio. *Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos - Tomo II*. Salvador, BA: EDUFBA, v. 2. 2011.

TAVARES, Fatima; GUEDES, S.L.; CAROSO, C. (Orgs.). *Experiências de ensino e prática em antropologia no Brasil*. Brasília. DF: ABA/ÍCONE Gráfica e Editora, v. 1. p. 103, 2010.

CAROSO, Carlos, (Org.). *Cultura, Tecnologias em Saúde e Medicinas em Perspectiva Antropológica*. Salvador: EDUFBA, v.500. p.284, 2008.

BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos. *Brasil, Um País de Negros?* São Paulo: Pallas, v.500. p.284, 2007.

CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson (Orgs.). *Faces da Tradição Afro-Brasileira: Religiosidade, Sincretismo, Anti-Sincretismo, Reafricanização, Práticas Terapêuticas, Etnobotânica e Comida*. São Paulo, SP: Pallas, v.500. p.352, 2006.

BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos (Orgs.). *Brasil: um País de Negros?* 3ª. Ed. São Paulo: Pallas/CEAO/FUNDAÇÃO FORD, v. 1. p. 284, 1999.

CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson. *Faces da Tradição Afro-Brasileira: Religiosidade, Sincretismo, Anti-Sincretismo, Reafricanização, Práticas Terapêuticas, Etnobotânica e Comida*. 2ª Ed., São Paulo: Pallas/CEAO/CNPq., v. 1. p. 346, 1999.

### **Trabalhos completos publicados em anais de eventos**

TAVARES, Fatima; CAROSO, Carlos. *Heterogeneidade terapêutica no âmbito da Estratégia Saúde da Família em Itaparica, Bahia*. In: Quaderni di Thule. Revista italiana di studi americanistici. Perugia, Itália: Centro Studi Americanistici, v.1. p. 285 – 292. 2014.

CAROSO, Carlos. *Museus Arqueológicos e Etnográficos*. In: 3º. Fórum Nacional de Museus 2008 - Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento, Florianópolis. Brasília, DF, IPHAN, 2008.

CAROSO, Carlos. *Práticas Terapêuticas Tradicionais em Itaparica: Contribuição de Carlo Castaldi a Antropologia Médica no Brasil*. In: Quaderni di Thule VII. Atti del XXIX Convegno Internazionale di Americanistica. Perugia: Argus, v.1. p.761 – 770. 2007.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia. *Quando os Turistas Chegaram*. In: XXII Reunião Brasileira de Antropologia, 2000, Brasília, DF. Anais da XXI Reunião Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro, RJ: ABA-Associação Brasileira de Antropologia, 2000. v.01.

PONDÉ, Milena; CAROSO, Carlos. *Existirá uma intencionalidade nos diferentes discursos sobre planificação em saúde mental?* In: São Paulo. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. São Paulo, 1999.

CAROSO, Carlos. *Antropologia da Saúde e das Práticas Médicas: Temáticas e Abordagens no Brasil - Norte e Nordeste*. In: ANAIS DA III REUNIÃO REGIONAL DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE. Belém: EUFPA, v.1. p.409 – 428, 1996.

COSTA, Livia Alessandra Fialho da; ALMEIDA FILHO, Naomar; CAROSO, Carlos; RABELO, M.; ALVES, Paulo César Borges. *Construção Social dos Signos e Significados da Depressão*. In: ANAIS DA III REUNIÃO REGIONAL DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE. Belém: EDUFPA, v.1. p.495 – 505, 1996.

RODRIGUES, Núbia; CAROSO, Carlos; ALMEIDA FILHO, Naomar. *Uma Leitura Antropológica sobre as Causas da Loucura*. In: ANAIS DA III REUNIÃO REGIONAL DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE. Belém: EDUFPA, v. 1. p. 429 – 448, 1994.

CAROSO, Carlos. *Antropologia da Saúde e das Práticas Médicas: Temáticas e Abordagens No Brasil-Norte e Nordeste*. In: ANAIS DO III ENCONTRO REGIONAL DE ANTROPOLOGOS DO NORTE/NORDESTE. Belém, PA: GOELDI/CEJUP, v.01. 1994.

CAROSO, Carlos. *A Experiência com Cooperativas Artesanais na Bahia*. In: Anais do Seminário Sobre Políticas Para o Setor Informal Urbano do Mercado de Trabalho - Bahia: SETRABES/MTB. Salvador, BA: Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social-Bahia/MTb, v. 01. p. 0 – 0, 1978.

CAROSO, Carlos. *Carlo Castaldi: o reencontro de um naufragado com a Antropologia. Projeto UNESCO no Brasil: Textos Críticos*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), p. 185-203, 2007.

CAROSO, Carlos. *Empreendimento e Transição Econômica Entre Agricultores Polono-Brasileiros*. Alteridades (FFCH/UFABA). v.2, p.9 - 22, 1995.

### **Dissertações e tese defendida e aprovada**

CAROSO, Caroso A. *Adaptation, Commercial Change & Choice in a Polish-Brazilian Community*. Tese de doutorado em Antropologia. University of California Los Angeles, UCLA. 1988.

CAROSO, Carlos. *Towards a model of peasant adaptation in Brazil*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. University of California Los Angeles, UCLA. 1982.

CAROSO, Carlos. *Alternativas de Vida: Um Ensaio de Antropologia Urbana*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, UFBA. 1980

157

---

### **Relatórios Antropológicos (Laudos)**

TAVARES, Fátima (Coordenadora); CAROSO, Carlos; BASSI, Francesca; PECHINÉ, Serge; PECHINÉ, Maria Cristina; CRUZ, Ana Paula Cruz; MENDONÇA; Tereza. *Relatório Antropológico de Caracterização Histórica e Geográfica do Território Das Comunidades Remanescentes de Quilombo: Imbiara, Kalolé e Tombo, Município de Cachoeira, Bahia*. Impresso: UFBA/ObservaBaía/INCRA; p. 196; 2017



## Referências

AGAR, Michael H. *The professional stranger: An informal introduction to ethnography*. 1996 [1980].

AGOSTINHO, Pedro. *Kwarip: mito e ritual no Alto Xingu*. EPU. 1974.

AGOSTINHO, Pedro. *Para um programa de pesquisa sobre arqueologia, história e etnografia navais da costa brasileira: o projecto Archenave*. O Arqueólogo Português. Lisboa, Série, v. 4, p. 367-378, 1989.

AMORIM, Paulo Marcos. *Acomponesamento e Proletarização das Populações Indígenas do Nordeste de Brasil*. Boletim do Museu do Índio. Ministério do Interior. FUNAI. Antropologia no. 2. 1975.

ANDERSON, Leon. *Analytic autoethnography*. Journal of contemporary ethnography, v. 35, n. 4, p. 373-395, 2006.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares*. Campinas, SP: Papyrus Editora. 1994.

AZEVÊDO, F. *A Cidade e o Campo na Civilização Industrial e Outros Estudos*. São Paulo: Melhoramentos. 1962.

AZEVÊDO, F. *Brazilian Culture: An Introduction to the Study of Culture in Brazil*. New York: McMillan, 1950.

AZEVÊDO, F. *História da imigração no Brasil*. 1979.

AZEVÊDO, Thales. *Gaúchos: A Fisionomia Social do R.G.S*. Salvador: Progresso, 1958.

AZEVEDO, Thales. Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação, 1975.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Os Kariris de Mirandela: um grupo indígena integrado. Salvador: UFBA (Estudos Baianos, 6), 172 p., 1972.

BARLETT, Peggy F. *Adaptive strategies in peasant agricultural production*. Annual Review of Anthropology, v. 9, n. 1, p. 545-573. 1980.

BARTH, F. *Ecologic Relationship of Ethnic Groups in Swat, North Pakistan*. In: Andrew P. Vayda, ed. Environment and Cultural Behavior: Ecological Studies in Cultural Anthropology. Austin: University of Texas Press. 1982.

BECKER, Howard S. Segredos e Truques da Pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENNETT, J.W. Northern Plainsmen: Adaptive Strategy and Agrarian Life. Arlington Heights: AHM, 1969.

BENNETT, J.W. The Ecological Transition: Cultural Anthropology and Adaptation. New York: Pergamon. 1976.

BOSERUP, Ester. The conditions of agricultural growth: The economics of agrarian change under population pressure. Transaction Publishers, 1966.

BROCHADO, J. P., CALDERÓN, V., CHMYZ, I., Dias Jr, O., EVANS, C., MARANCA, S., ... & RAUTH, J. W. Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. 1969.

BROWN, Dee. Bury my heart at Wounded Knee: an Indian history of the American West. Macmillan, 1972.

CANCIAN, F. Economics and Prestige in a Maya Community. Stanford: Stanford U. Press. 1965.

CARNEIRO, F. Imigração Colonização no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil. 1950.

CARNEIRO, Robert. Review of D. Lathrap. *The Upper Amazon*. American Journal of Archaeology, v. 75, p. 237-39, 1971.

CASTALDI, Carlo; RIBEIRO, Eunice Todeschan e MARTUSCELLI, Carolina. *A Aparição de demônio em Catulé [Minas Gerais]*. In: PEREIRA DE QUEIRÓZ, Maria Isaura; CASTALDI, Carlo; RIBEIRO, Eunice Todeschan e MARTUSCELLI, Carolina. Estudos de Sociologia e História. Apresentação de Paulo Duarte, Introdução de Maria Isaura Pereira de Queiróz.. São Paulo, INEP – ANHEMBI, p. 17-130, 1957.

- CASTALDI, Carlo. *Um exemplo de catolicismo de "folk" na Bahia*. Sociologia [revista da Escola Livre de Sociologia e Política, instituição complementar da Universidade de São Paulo, vol. XVII, n. 3, p. 231-253, 1955.
- CASTALDI, Carlo. *Considerações sobre o Processo de Ascensão Social do Imigrante Italiano em São Paulo*, Anais da 2ª Reunião Brasileira de Antropologia, Edição da Universidade da Bahia, p. 311-314, esp. pág. 313, 1957.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George. *A escrita da cultura. Poética e política da etnografia*, UERJ, 2016.
- CORRÊA, Mariza; WILLEMS, Emílio; PIERSON, Donald. *História da antropologia no Brasil (1930-1960): Depoimentos de Donald Pierson e Emílio Willems*. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.
- COTTRELL, Fred. *Energy & society: the relation between energy, social change, and economic development*. Westport, CT: Greenwood Press Publishers. 1970.
- DALTON, George (Ed.). *Tribal and peasant economies: readings in economic anthropology*. University of Texas Press. 1977.
- DE ARAÚJO, José Góes. *Naufrágios e afundamentos na costa brasileira*. Empresa Gráfica da Bahia, 2003.
- DE JANVRY, Alain. *The agrarian question and reformism in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1981.
- DE SOUSA, Gabriel Soares; DE VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Typographia universal de Laemmert. 1851.
- DIEGUS Jr., M. *Mudanças Sociais no Meio Rural Latino Americano*. Ano 6. no. 2. 1963.
- DIEGUS Jr., M. *Etnias e Culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: INL. 1972.
- DIEGUS Jr., M. *Ocupação Humana e Definição Territorial do Brasil*. Brasil: Conselho Federal de Cultura. 1971.
- DIEGUS Jr., M. *Populações Rurais Brasileiras*. In Szmecsan, T. & O. Queda, eds. *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1973.
- DIEGUS Jr., M. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: CBPE/INEP/MEC. 1960.
- FRIED, Morton. *A evolução da sociedade política: um ensaio sobre antropologia política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976
- GIL, Gilberto e João Augusto. *Roda*, 1966

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *O projeto Unesco na Bahia*. Projeto UNESCO no Brasil. Salvador: EDUFBA, p. 25-37. 2007.

HARRIS, M. *Cultural Materialism: the struggle for a science of culture*. New York: Random House, 1979.

HARRIS, Marvin. *The Rise of Anthropological Theory*. New York: Crowell. 1968.

HARRIS, Marvin. *Town and Country in Brazil*. (Columbia University Contributions in Anthropology, No. 37.) New York: Columbia University Press, 1956.

HELM, June. *The ecological approach in anthropology*. *American Journal of Sociology*, v. 67, n. 6, p. 630-639, 1962.

HINDESS, Barry; HIRST, Paul Q. *Modo de produção Pré-Capitalistas*. Zahar, 1976.

162

HOBSBAWM, E. & RANGER, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JOHNSON, Allen W. *Sharecroppers of the Sertão: Economics and Dependence on a Brazilian Plantation*. Stanford University Press, 1971.

JOHNSON, Allen W. *Individuality and experimentation in traditional agriculture*. *Human Ecology*, v. 1, n. 2, p. 149-159, 1972

JOHNSON, Allen W.; EARLE, Timothy K. *The evolution of human societies: from foraging group to agrarian state*. Stanford University Press, 2000.

KORBONSKI, Andrzej. *The Politics of Socialist Agriculture in Poland: 1945-1960*. New York: Columbia University Press, 1960.

KARPI SKI, Andrzej. *Twenty Years of Poland's Economic Development, 1944-1964*. Polonia Publishing House, 1964.

LEWIS, Paul G. *The Politics of the Polish Peasantry: The Sociology of the Political Party Organization in the Countryside, 1956-70*. England: University of Birmingham. (PhD. Dissertation), 1974.

KULA, Witold. *Economic theory of the feudal system*. United Kingdom: Verso Books, United Kingdom, 1987 [1976].

KULA, Witold et al. *Writing home: immigrants in Brazil and the United States 1890-1891*. East European Monographs, 1986.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Editora Unicamp. 1990.

LASSITER, Luke Eric. *Moving past public anthropology and doing collaborative research*. *Annals of Anthropological Practice*, v. 29, n. 1, p. 70-86, 2008.

- LASSITER, Luke Eric. *From “reading over the shoulders of natives” to “reading alongside natives,” literally: toward a collaborative and reciprocal ethnography*. *Journal of Anthropological Research*, v. 57, n. 2, p. 137-149, 2001.
- LASSITER, Luke Eric. *Authoritative texts, collaborative ethnography, and Native American studies*. *The American Indian Quarterly*, v. 24, n. 4, p. 601-614, 2000.
- MACHADO NETO, Zahidé; BRAGA, Célia Maria Leal. *Garimpos e garimpeiros na Bahia. Relatório de Pesquisa: Mestrado em Ciências Humanas-UFBA*. Salvador, 1974.
- MAIO, Marcos Chor et al. *O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50*. 1999.
- MARANCA, S. *A arqueologia brasileira e o programa nacional de pesquisas arqueológicas (PRONAPA) dos anos 60*. *Arqueologia*, 19(1), 115. 2007.
- MINTZ, Sidney W. *Encontrando Taso, me descobrindo*. *Dados*, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.
- MORAM, Emilio. *Human adaptability: An introduction to ecological anthropology*. University of Indiana Press, 1979.
- NAGENGEST, M. Carole. *The Polish Peasants and the State*. *Dialectical Anthropology*. Vol. 7. No. 1:4766, 1982.
- NEIHARDT, John G. *Black Elk speaks: The life story of a holy man of the Oglala Sioux*. University of Nevada Press. 1961 [1932]
- NETTING, Robert McC. *Agrarian Ecology*. *Annual Review of Anthropology*. Vol. 3:2156, 1974.
- NUGENT, Stephen; OCEAN, Humphrey. *Big mouth: the Amazon speaks*. Browntrout Publishers, 1995.
- OBUSKI, Josef. *The Changing Peasantry of Eastern Europe*. In: Joel Halpern & Barbara Halpern, eds. *The Changing Peasantry of Eastern Europe*. Cambridge: Schenkinan Publishing. Company, 1976.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *A Viagem da Volta: Reelaboração Cultural e Horizonte Político dos Povos Indígenas do Nordeste*. In *Atlas das Terras Indígenas/Nordeste*. Rio de Janeiro: PETI/ Museu Nacional/UFRJ. pp. V-VIII. 1994.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil indígena*. 1972.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: DIFEL, 1964.

- ORLOVE, Benjamin S. *Ecological anthropology*. Annual review of anthropology, v. 9, n. 1, p. 235-273, 1980.
- PEREIRA, Cláudio; SANSONE, Livio. Projeto Unesco no Brasil: textos críticos. Edufba, 2007.
- PEREIRA, J.B.B. Italianos no Mundo Rural Paulista. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1974.
- PFEIFER, Gottfried. *The quality of peasant living in central Europe*. Man's Role in Changing the Face of the Earth, v. 2, p. 240-77, 1956.
- PINE, Frances T. & Przemek T. Bogdanowicz. *Policy Response and Alternative Strategy: The Process of Change in a Polish Highland Village*. Dialectical Anthropology. Vol. 7. No. 1:6780, 1982.
- REDFIELD, R. The Little Community: Peasant Society and Culture. Chicago: U. of Chicago Press. 1960.
- REESINK, Edwin. *Revisitando Os Sertões: breves apontamentos sobre 50 anos de história sertaneja*. O Projeto Unesco, v. 50, p. 1-20, 2007.
- RIBEIRO, D. *Etnicidade, Indigenato e Campesinato*. Revista de Cultura Vozes. Vol. LXXXII. 1980. no. 8:5 18.
- RIBEIRO, Darcy. Indigenato e campesinato. Livraria Ciências Humanas, 1973.
- RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Editora da Civilização Brasileira, 1970.
- ROCHE, J. A Colonização Alemã no Espírito Santo. São Paulo: DIFEL, 1968.
- ROCHE, J. La Colonisation Allemande et Le Rio Grande do Sul. Paris: Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine, 1959.
- ROGER, E. M. Modernization Among Peasants: The Impact of Communication. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1969.
- ROSS, Eric (Org.). Beyond the Myths of Culture: Essays on cultural Materialism. New York: Academic Press, 1980.
- SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Editora Garamond, 2000.
- SAHLINS, Marshall David et al. Stone age economics. New York: Routledge, 2017 [1972].
- SANTOS, J.V.T. dos. Colonos do Vinho. São Paulo: Hucitec, 1984.

- SCHADEN, Egon. *Aculturação Indígena*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. 1969.
- SCOTT, James C. *The moral economy of the peasant: Rebellion and subsistence in Southeast Asia*. Yale University Press. 1977.
- SEYFERTH, G. *A Colonização Além do Vale do Itajaí Mirim*. Porto Alegre: Ed. Movimento. 1974.
- SHIRLEY, R.W. *The End of a Tradition: Culture Change and Development in the Município de Cunha São Paulo, Brazil*. New York: Columbia U. Press. 1971.
- SILVA, Wilton CL. *Para além da ego-história: memoriais acadêmicos como fontes de pesquisa autobiográfica*. Patrimônio e Memória, v. 11, n. 1, 2015.
- STEWART, Julian H. *The concept and method of cultural ecology*. *The Environment in Anthropology: A Reader in Ecology, Culture and Sustainable Living*, p. 5-9. 2006.
- STEWART, Julian H. *Theory of Culture Change: the methodology of multilinear evolution*. Urbana: University of Illinois Press. 1955.
- THOMAS, W.J. & F. Znaniecki. *The Polish Peasant in Europe and America*. New York: Knopf. 1918.
- TURBASKI, S. *Murici Terra Nossa*. Curitiba: Vicentina, 1978.
- VAYDA, Andrew P. (Ed.). *Environment and cultural behavior: Ecological studies in cultural anthropology*. Published for American Museum of Natural History [by] Natural History Press, 1969.
- VAYDA, Andrew P. e RAPPAPORT, Roy A. *Ecology, cultural and noncultural*. *Introduction to cultural anthropology*, p. 477-497. 1968.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo-Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.
- WACHOVICZ, R. *A Saga de Araucária*. Curitiba: Vicentina, 1975.
- WACHOVICZ, R. C. *Abranches: Um Estudo de História Demográfica*. Curitiba: Vicentina, 1976.
- WACHOVICZ, R.C. *História do Paraná*. Curitiba: Editar, 1972.
- WACHOVICZ, R. C. *O Camponês Polonês no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1981.
- WAGLEY, C. *Regionalism and Cultural Unity in Brazil*. Social Forces. Vol. 26. No. 4. 1948.

WHITE, Leslie A. *Energy and the evolution of culture*. American Anthropologist, v. 45, n. 3, p. 335-356, 1943.

WHITE, Leslie A. *The science of culture, a study of man and civilization*. 1949.

WHITE, Leslie A.; MURDOCK, George Peter. *Evolution of culture*. 1959.

WILLEMS, E. *A Aclturação dos Alemães no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1946.

WILLEMS, E. *Assimilação das Populações Marginais no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1940.

WILLEMS, E. *Cunha: Tradição e Transição em Uma Cultura Rural do Brasil*. 1947.

WOLF, E.R. *Types of Latin American Peasantry: A Preliminary Discussion*. American Anthropologist. 1955. Vol. 57. No. 3

WOLF, Eric Robert. *Peasants*. 1966.

**E**ste livro foi produzido em formato 1536 x 2048 pixels e utiliza as tipografias DTL Haarlemmer e Akko Pro, com miolo preparado na Edufba, em formato PDF.

